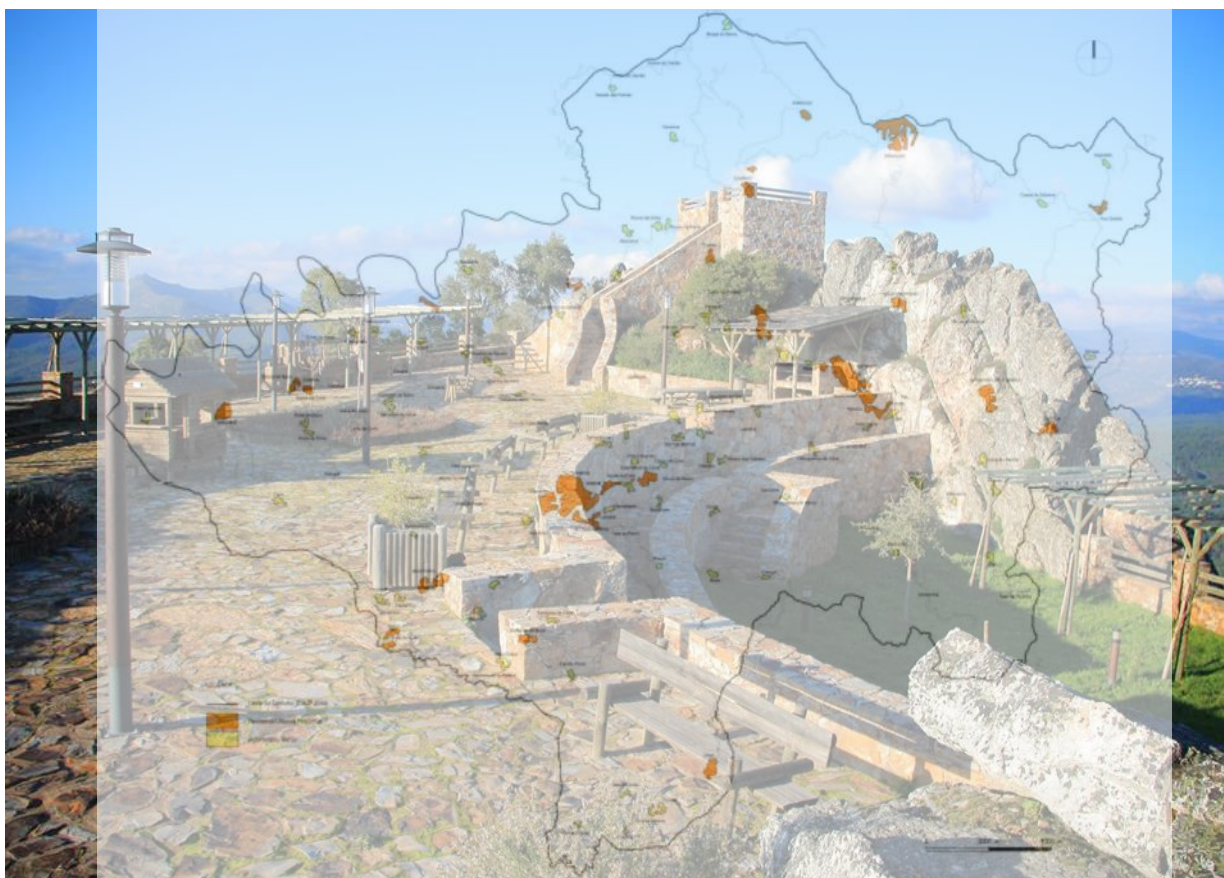
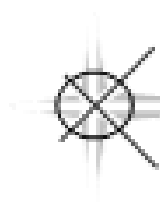


RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE OLEIROS



outubro de 2019



PLANRAIA, ESTUDOS E CONSULTORIA DA RAIA, LDA

Índice	Página
1. Introdução	1
2. Temáticas e âmbitos a desenvolver no REOT	3
3. Programas e Planos Territoriais em vigor na área do município	5
4. Avaliação da execução dos planos territoriais municipais	6
4.1. Avaliação da execução do PDMO	6
4.1.1. Aspetos metodológicos	6
4.1.2. Informação disponível	9
4.1.3. Análise do PDMO em vigor	10
4.1.3.1. Estratégia e objetivos definidos no PDMO	10
4.1.3.2. Propostas de ações/projetos e metas a alcançar com o PDMO	13
4.1.3.3. Estratégia de ordenamento	13
4.1.3.4. Classificação e qualificação do solo e regime de uso e ocupação do solo	15
4.1.3.5. Cartografia do PDMO	19
4.1.4. Níveis de execução das ações/projetos identificado no PDMO	19
4.1.4.1. Níveis de execução dos solos classificados como Solos Urbanizáveis no PDMO	20
4.1.4.2. Níveis de execução dos solos classificados como Espaços Urbanizados no PDMO com execução programada	36
4.2. Avaliação da execução do PPZIO	38
4.2.1. Análise do PPZIO	38
4.2.2. Execução do PPZIO	38
5. Níveis de coordenação interna e externa	40
5.1. Níveis de coordenação interna	40
5.2. Níveis de coordenação externa	41
5.2.1. Entre os planos territoriais municipais e os programas e planos territoriais da responsabilidade do Governo em vigor na área do município	41
5.2.2. Articulação com leis e regulamentos com impacte nos planos territoriais municipais	43

Índice	Página
5.3. Aspetos críticos na gestão dos planos territoriais municipais	48
6. Dinâmicas setoriais	50
6.1. Demográfica e social	50
6.2. Povoamento e estrutura territorial	61
6.3. Usos do solo	65
6.4. Atividades económicas	67
6.5. Reabilitação urbana	76
6.6. Edificado	76
6.7. Equipamentos	78
6.8. Infraestruturas de abastecimento de água	79
6.9. Infraestruturas de águas residuais	81
6.10. Sistema de recolha de resíduos sólidos	84
6.11. Infraestruturas de transporte de energia elétrica	87
7. Conclusões e recomendações	89
8. Bibliografia	92
9. Anexos	93

Índice de Figuras	Página
Figura 1 - Estratégia definida no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	12
Figura 2 - Hierarquia dos aglomerados definida no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	12
Figura 3 - Aglomerados com perímetro urbano delimitado e aglomerados inseridos na categoria de aglomerados rurais no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	17
Figura 4 - Classes e categorias de Solo Urbano delimitadas no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	19
Figura 5 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Cardoso	21
Figura 6 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial nos aglomerados de Estreito e Rebisca	22
Figura 7 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Madeirã	23
Figura 8 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial urbanizável no aglomerado de Mosteiro	24
Figura 9 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Oleiros	25
Figura 10 - Loteamento de São Sebastião	26
Figura 11 - Execução do Loteamento de São Sebastião na vila de Oleiros	27
Figura 12 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Orvalho	28
Figura 13 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Sarnadas de São Simão	29
Figura 14 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Sobral de Baixo ...	30
Figura 15 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial urbanizável no aglomerado de Vale do Souto	31
Figura 16 - Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Vilar Barroco	32
Figura 17 - Espaço Urbanizável – Espaço para atividades económicas, junto ao aglomerado de Cambas	33
Figura 18 - Espaço Urbanizável – Espaço para atividades económicas, junto ao rio Zêzere	34
Figura 19 - Espaço Urbanizável – Espaço para uso especial, junto ao aglomerado de Isna	35
Figura 20 - Loteamento Industrial do Açude Pinto	36

Índice de Figuras	Página
Figura 21 - Execução do Loteamento da Zona Industrial do Açude Pinto	37
Figura 22 - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO)	38
Figura 23 - Execução do PPZIO	39
Figura 24 - Extrato do PMDFCI de Oleiros (adaptado de CMO, 2019)	40
Figura 25 - Áreas da REN no município de Oleiros (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	46
Figura 26 - Evolução da população, famílias e ativos residentes no concelho de Oleiros ...	50
Figura 27 - Evolução da população residente no concelho de Oleiros, por origem geográfica, em 2001 e 2011	51
Figura 28 - Pirâmide etária da população residente no concelho de Oleiros, 2001, 2011 e 2019	53
Figura 29 - Evolução de índices demográficos, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2018	54
Figura 30 - Evolução dos saldos natural e migratório, no concelho de Oleiros, entre 2011 e 2017	55
Figura 31 - Evolução dos níveis de escolaridade da população residente, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011	56
Figura 32 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011	58
Figura 33 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011	59
Figura 34 - Evolução da população residente ativa empregada por profissões, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011	60
Figura 35 - Evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011	61
Figura 36 - Distribuição percentual acumulada da população residente e da população ativa nas freguesias do concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	63
Figura 37 - Distribuição percentual acumulada das famílias, alojamentos e edifícios nas freguesias do concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	64
Figura 38 - Evolução dos usos do solo, no concelho de Oleiros, entre 1995 e 2015	67
Figura 39 - Empresas no município de Oleiros por ramo de atividade (CAE Rev. 3), 2009 e 2017	69

	Índice de Figuras	Página
Figura 40 -	Pessoal ao serviço nos estabelecimentos existentes, no concelho de Oleiros, por ramo de atividade económica (CAE Rev. 3), 2010 e 2017	71
Figura 41 -	Empresas da indústria transformadora existentes, no concelho de Oleiros, por ramo de atividade económica (CAE Rev. 3), 2008/10 e 2017	73
Figura 42 -	Pessoal ao serviço nos estabelecimentos existentes na indústria transformadora, no concelho de Oleiros, por ramo de atividade económica (CAE Rev. 3), 2010 e 2017	74
Figura 43 -	Evolução do número de hóspedes e dormidas, nos estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho de Oleiros, em 2017	75
Figura 44 -	Número de hóspedes por nacionalidade nos estabelecimentos hoteleiros existentes, no concelho de Oleiros, em 2017	75
Figura 45 -	Área de Reabilitação Urbana da vila de Oleiros	76
Figura 46 -	Evolução do nº de licenças concedidas, por tipo de obra, no concelho de Oleiros	77
Figura 47 -	Necessidades de reparação dos edifícios, no concelho de Oleiros, em 2011	78
Figura 48 -	População residente em alojamentos com residência habitual servida por abastecimento de água, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	80
Figura 49 -	Alojamentos com residência habitual servidos por abastecimento de água, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	81
Figura 50 -	População residente em alojamentos com residência habitual servida por sistema de esgotos, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	82
Figura 51 -	Alojamentos com residência habitual servidos por sistema de esgotos, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	83
Figura 52 -	Evolução da população servida por estações de tratamento de águas residuais, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2009	84
Figura 53 -	Edifícios com alojamentos servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011	85
Figura 54 -	Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos por destino, no concelho de Oleiros, entre 2000 e 2017	86
Figura 55 -	Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, no concelho de Oleiros, entre 2010 e 2017	87

	Índice de Figuras	Página
Figura 56 -	Evolução do consumo de energia elétrica, no concelho de Oleiros, entre 2000 e 2017	88
Figura 57 -	Evolução do nº de consumidores de energia elétrica, no concelho de Oleiros, entre 2000 e 2017	88

Índice de Quadros	Página
Quadro 1 - Temáticas e âmbitos a desenvolver no REOT	4
Quadro 2 - Projetos/ações constantes da 1ª revisão do PDMO	13
Quadro 3 - Classes e categorias de Solo Rural delimitadas no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	18
Quadro 4 - Classes e categorias de Solo Urbano delimitadas no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)	18
Quadro 5 - Níveis de execução das ações/projetos identificado no PDMO	20
Quadro 6 - Comparação da classificação e qualificação do solo no PDMO com o DR nº 15/2015	44
Quadro 7 - Áreas integradas na REN no PDMO, <i>versus</i> novo regime da REN	47
Quadro 8 - Evolução de diversos indicadores demográficos, no concelho de Oleiros	52
Quadro 9 - Evolução da população ativa, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011 ...	57
Quadro 10 - Evolução de diversos indicadores no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011	62
Quadro 11 - Evolução dos usos do solo, no concelho de Oleiros, entre 1995 e 2015	66
Quadro 12 - Evolução dos estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento e proveitos de aposento, no concelho de Oleiros, em 2017	74

1. Introdução

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), DL nº 80/2015, de 14 de maio, estabelece no nº 3 do artigo 180º que a câmara municipal de Oleiros elabora de quatro em quatro anos, um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território no município (REOT), a submeter à apreciação da assembleia municipal.

O nº 4 do mesmo artigo refere que o relatório sobre o estado do ordenamento do território traduz o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais objeto de avaliação bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos.

O nº 6 refere que a não elaboração do REOT determina a impossibilidade de rever os planos municipais de ordenamento do território.

O presente relatório pretende dar resposta a este imperativo legal e acautelar as situações futuras de dinâmica do sistema de gestão territorial do município de Oleiros, designadamente fundamentar a eventual necessidade de elaboração de novos planos territoriais ou a revisão e alteração de planos existentes.

Este relatório encontra-se organizado em sete capítulos.

O capítulo seguinte versa sobre as temáticas a desenvolver no quadro do relatório e os aspetos a abordar em cada uma delas.

No 3º capítulo são elencados os planos e programas territoriais em vigor no município de Oleiros, da responsabilidade do município e da responsabilidade do governo.

No capítulo seguinte é realizada uma avaliação da execução dos planos territoriais municipais em vigor, o Plano Diretor Municipal de Oleiros (PDMO) e o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO).

No 5º capítulo são analisados os níveis de coordenação interna entre os planos da responsabilidade do município e os níveis de coordenação externa, entre os planos territoriais municipais e os planos e programas territoriais da responsabilidade do governo. Neste capítulo é também analisada a conformidade e a compatibilidade entre os planos territoriais municipais em vigor e as disposições legais que enquadram os seus conteúdos material e documental.

O capítulo 6 versa sobre algumas dinâmicas setoriais ocorridas no município de Oleiros que interessam ao ordenamento do território, aos níveis demográfico e social, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas diversas.

Finalmente, em função das análises e avaliações efetuadas, o capítulo 7 apresenta conclusões e recomendações em relação à necessidade em se proceder à atualização dos instrumentos de gestão territorial em vigor da responsabilidade do município de Oleiros bem como à necessidade em se proceder à elaboração de novos instrumentos de gestão territorial.

2. Temáticas e âmbitos a desenvolver no REOT

O quadro legislativo e regulamentar sobre o ordenamento do território não especifica nenhum conteúdo temático ou material para os “Relatórios Sobre o Estado do Ordenamento do Território”. O nº 4 do artigo 189º do RJIGT apenas refere que o relatório “traduz o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais objeto de avaliação bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”.

Tendo em conta estas disposições genéricas sobre o conteúdo do REOT e em reunião efetuada com os serviços técnicos da Divisão de Obras e Serviços Urbanos da CMO foi estabelecido que o relatório deverá versar sobre as temáticas e âmbitos constantes do Quadro 1.

Temáticas	Âmbitos a desenvolver
Execução dos programas e dos planos territoriais municipais em vigor	Avaliação da execução dos programas e planos territoriais municipais em vigor na área do município de Oleiros, designadamente: <ol style="list-style-type: none">1. Plano Diretor Municipal de Oleiros (PDMO);2. Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO).
Níveis de coordenação interna	Análise da articulação e coordenação entre os seguintes instrumentos de planeamento da responsabilidade do município: <ol style="list-style-type: none">1. Plano Diretor Municipal de Oleiros (PDMO);2. Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO);3. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Oleiros (PMDFCIO);4. Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Oleiros (PMEPCO).
Níveis de coordenação externa	Avaliação dos níveis de coordenação externa, ou seja, entre os planos e programas territoriais municipais em vigor com os programas e planos territoriais em vigor na área do município de Oleiros da responsabilidade do governo, designadamente: <ol style="list-style-type: none">1. Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT);2. Plano Nacional da Água (PNA);3. Plano Rodoviário Nacional (PRN);4. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL);5. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH -TRO);6. Plano (Programa) de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POACBSL).

	A coordenação externa dos planos territoriais será ainda avaliada sob o ponto de vista da análise da conformidade e da compatibilidade com regimes legais em vigor com impacte direto nos conteúdos material e documental dos planos territoriais municipais, designadamente servidões de utilidade pública, cartografia de base topográfica, RJIGT e sua regulamentação, entre outros, aprovados em data posterior.
Povoamento, Demografia e Económicas e População, Atividades	Evolução do povoamento, população, demografia e famílias, ao nível do município, freguesias e aglomerados urbanos e rurais. Quantitativos populacionais, estruturas etárias, pirâmides etárias, natalidade e mortalidade, saldos naturais, grupos funcionais, género, índices demográficos, população ativa, população inativa, estratos socioprofissionais. Níveis de escolaridade; atração/repulsão, movimentos migratórios, famílias, parque edificado; parque habitacional. Empresas, ramos de atividade, pessoal ao serviço. Turismo e indústria transformadora.
Execução de equipamentos	Evolução dos equipamentos no município, freguesias e aglomerados. Equipamentos de ensino, cultura, desporto, saúde, solidariedade e segurança social, de apoio à infância e à terceira idade e população mais carenciada, de proteção e segurança públicas, etc..
Execução de infraestruturas	Evolução das infraestruturas no município, freguesias e aglomerados, designadamente no que se refere a infraestruturas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, telecomunicações, energia elétrica, gás natural, rede postal, resíduos sólidos, etc..
Dinâmica dos usos do solo e dos sistemas execução programada e não programada dos planos territoriais em vigor	Evolução dos usos do solo no município, freguesias e aglomerados. Loteamentos urbanos, licenciamento de edificações novas, renovação e reabilitação urbana de edificações. Requalificação urbana e do espaço público. Usos urbanos; usos não urbanos, perímetros urbanos, níveis de ocupação e de utilização, densidades, índices e parâmetros urbanísticos; folgas atuais à luz da nova classificação do solo.
Justificação da necessidade de: a) Revisão, alteração ou adaptação dos planos e programas territoriais municipais em vigor; b) Elaboração de novos planos e programas territoriais para área do município.	

Quadro 1 - Temáticas e âmbitos a desenvolver no REOT

3. Programas e Planos Territoriais em vigor na área do município

Na área do município de Oleiros encontra-se em vigor e plenamente eficazes os seguintes planos territoriais municipais:

- a) Plano Diretor Municipal de Oleiros (PDMO), na versão correspondente à 1ª Revisão aprovada pela Assembleia Municipal de Oleiros em 26 de junho de 2015, publicada através do Aviso nº 11679/2015, em Diário da República, 2ª série, nº 200 de 13 de outubro de 2015. Posteriormente sofreu uma Alteração por Adaptação, aprovada em 26 de maio de 2017 pela Câmara Municipal de Oleiros e publicada através do Aviso nº 12103/2017, em Diário da República, 2ª série, nº 195, 10 de outubro de 2017 e uma Correção Material aprovada em 14 de junho de 2019 pela Câmara Municipal de Oleiros, e publicada através do Aviso nº 13478/2019 em Diário da República, 2ª série, nº 163, 10 de agosto de 2019.
- b) Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO), aprovado pela Portaria nº 838/98 de 1 de outubro. Posteriormente sofreu uma alteração aprovada em 28 de dezembro de 2017 pela Assembleia Municipal de Oleiros e publicada através do Regulamento nº 119/2018 em Diário da República, 2ª série, nº 34, 16 de fevereiro de 2018.

No município de Oleiros encontram-se em vigor e plenamente eficazes os seguintes programas e planos territoriais da responsabilidade do governo:

- c) Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), na versão correspondente à 1ª Revisão aprovada pela Assembleia da República, através da Lei nº 99/2019, de 5 de setembro;
- d) Plano Nacional da Água (PNA); na versão correspondente à Revisão aprovada pelo Decreto-Lei nº 76/2016 de 9 de novembro;
- e) Plano Rodoviário Nacional (PRN), na versão aprovada pela 2ª Alteração, através do Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto;
- f) Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL), aprovado através da Portaria nº 56/2019, de 11 de fevereiro;
- g) Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH -TRO), na versão aprovada através da RCM nº 52/2016, de 20 de setembro;
- h) Plano (Programa) de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POACBSL), na versão aprovada pela 1ª Alteração, através da RCM nº 80/2012, de 1 de outubro.

4. Avaliação da execução dos planos territoriais municipais

Neste capítulo procede-se à avaliação da execução dos planos territoriais da responsabilidade do município de Oleiros.

4.1. Avaliação da execução do PDMO

4.1.1. Aspetos metodológicos

No quadro da avaliação do PDMO importa desde logo estabelecer um conjunto de aspetos metodológicos, pressupostos e critérios utilizados de forma a que não restem dúvidas sobre o seu âmbito e resultados esperados, tanto mais que o período de vigência da versão atual do PDMO é de cerca de 4 anos.

Neste período ocorreram alterações que não foram ponderadas no quadro da elaboração da 1ª Revisão do PDMO e ações e intervenções que foram desenvolvidas para além do estabelecido nessa revisão.

Neste contexto, a ausência de um sistema de informação e de um sistema de indicadores estruturados de monitorização do PDMO dificultam a avaliação estruturada que faça o balanço da sua execução neste período temporal.

Âmbito Temporal:

Esta avaliação incide sobre o período de vigência da 1ª Revisão do PDMO, portanto desde a sua aprovação em 2015 até à atualidade. Todavia, a informação sobre a situação de referência (ou situação de partida) contante dos relatórios que fundamentaram a revisão corresponde a períodos temporais nem sempre coincidentes, pois o processo de elaboração da revisão desenvolveu-se ao longo de 11 anos. Quanto à situação de chegada os indicadores disponíveis poderão reportar a momentos temporais distintos atendendo à informação disponibilizada pelo sistema nacional estatístico e pelo sistema de informação da CMO.

Situação de referência e situação de chegada:

Como a situação de referência (ou de partida) para os diferentes temas nem sempre coincide em termos temporais, nos estudos disponíveis relativos à 1ª Revisão do PDMO, privilegia-se a situação de chegada e outras dimensões não abordadas ou ponderadas no seio da revisão, sem que tenha de haver, necessariamente, uma correspondência direta entre a situação de chegada e a situação de partida.

Objetivos, metas e ações:

A avaliação de um plano pressupõe a existência de um sistema articulado de objetivos estratégicos e operacionais e a definição de um programa de ação onde sejam definidas medidas, metas a alcançar e ações/projetos a desenvolver devidamente territorializados, de forma a permitir uma avaliação estruturada e inteligível nos seus resultados. Quando tal não aconteça a avaliação do plano torna-se difícil. Sempre que é possível no quadro desta avaliação, faz-se referência ao alcance de objetivos e à concretização de metas definidas sempre que elas existam.

Resultados versus impactes:

Em termos gerais, resultados correspondem a realizações mensuráveis enquanto os impactes se referem a efeitos decorrerem das realizações ou da ausência delas. Nesta avaliação dá-se especial relevância aos resultados sem, contudo, deixar de, quando também possível, mencionar os impactes ou os efeitos registados.

Sempre que o plano identifica de forma clara metas a alcançar e sendo possível avaliar o seu grau de execução tal é assinalado nesta avaliação.

Quando se trata de ações ou de intervenções imateriais ou mistas, ou de âmbitos que estão muito para além do alcance dos objetivos substantivos do plano e, por isso, difíceis de quantificar ou de avaliar no contexto do mesmo (enquanto instrumento que visa essencialmente promover o desenvolvimento através da promoção do adequado ordenamento do território do município) estes ou não são considerados ou apenas são produzidas breves notas sobre eles.

Avaliação qualitativa versus avaliação quantitativa:

A avaliação do plano do PDMO envolve dimensões qualitativas e quantitativas consoante as temáticas e a informação disponível.

Ações não previstas no plano:

A avaliação incorpora também, no quadro das dimensões acordadas, ações e intervenções não previstas no plano.

Âmbito da avaliação da execução:

Na avaliação da execução do plano não se procede à avaliação da qualidade do funcionamento ou da operação dos sistemas sobre os quais ela incide por não ser a sede própria e adequada a esta tarefa. Esta avaliação deverá ser realizada posteriormente no âmbito de estudos setoriais a desenvolver no quadro da gestão desses mesmos sistemas ou nos estudos da adaptação ou revisão do PDMO. Por exemplo, avalia-se se um determinado equipamento ou infraestrutura está disponível numa determinada localização (abastecimento público de água) mas não se avalia a qualidade dos serviços prestados pelos mesmos (pressão, qualidade da água etc.).

Efeitos induzidos:

Em algumas das temáticas recorre-se adicionalmente a métodos indiretos para efetuar a avaliação a partir dos efeitos induzidos pelas ações desenvolvidas ou intervenções realizadas, sem que tal pressuponha o estudo destas intervenções ou ações. Deduz-se que o acesso a uma determinada infraestrutura ou serviço só é possível se aquela ou este estiver disponível numa determinada localização. Por exemplo, só tem acesso a abastecimento público de água quem tiver acesso a esse sistema o que pressupõe que a infraestrutura se encontra disponível naquele local e que resulta de uma determinada intervenção ou ação.

Evolução do contexto:

Num período de vigência temporal de 4 anos muitas alterações ocorreram na evolução do contexto próximo e alargado em diversas dimensões, tanto territoriais como setoriais, que tiveram impacto no território do município de Oleiros e na execução do PDMO. Na presente avaliação não se procede ao estudo da evolução do contexto seja ele territorial ou temático, nem dos eventuais efeitos que ele exerceu sobre a execução do plano. Esta fará parte do próprio processo de alteração por adaptação ou revisão do PDMO.

4.1.2. Informação disponível

Para efeitos da avaliação da execução privilegiaram-se as fontes de informação de natureza documental em formato analógico ou digital existentes nos estudos da 1ª revisão do PDMO, as disponíveis no sistema de informação e no Portal da CMO (<http://www.cm-oleiros.pt/>), complementadas pela informação dos Censos da População e da Habitação e pelas Estatísticas Oficiais do INE.

Neste processo de avaliação foram consultados os estudos e os documentos cartográficos do PDMO em vigor e os estudos realizados até então no quadro da 1ª revisão do PDMO, iniciada em 2005.

No que se refere a bases cartográficas foram disponibilizados pela CMO a cartografia do PDMO em vigor e os ortofotomapas de 2018.

A tarefa de avaliação desenvolveu-se num quadro de proximidade e de interação entre a autarquia e a equipa tendo como ponto de partida os estudos da 1ª Revisão do PDMO e como ponto de chegada o momento atual, procurando sempre que necessário e possível atualizar e validar a informação nas dimensões acordadas para o desenvolvimento da avaliação da execução do plano.

No que se refere à divisão administrativa do concelho, o censo de 2011 reporta ainda à situação anterior à reforma administrativa de 2013 em que existiam 12 freguesias, pelo que neste relatório elas foram mantidas, dado que era a informação estatística mais recente disponível.

4.1.3. Análise do PDMO em vigor

4.1.3.1. Estratégia e objetivos definidos no PDMO

O Relatório de Proposta da 1ª Revisão do PDMO define 15 objetivos gerais (PLURAL/CMO, 2015):

1. Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) hierarquicamente superiores que abrangem o concelho;
2. Agilizar a gestão do PDM e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais em vigor ou em elaboração;
3. Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da atualização do seu conteúdo, da correção de situações desadequadas e do enquadramento de novos investimentos programados;
4. Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento sustentado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
5. Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, e promover a requalificação de alguns aglomerados, propondo, sempre que se justifique, a criação de espaços verdes e de novas áreas de equipamentos de utilização coletiva;
6. Rever os princípios e regras de preservação do património cultural e promover a proteção e valorização dos núcleos antigos, procurando assegurar a defesa do património edificado do concelho;
7. Apostar no sistema multifuncional rural visando a articulação entre a produção florestal, a produção agrícola e o elevado potencial cinegético e pecuário da região;
8. Repensar a estratégia de ordenamento florestal do concelho, apostando na sua diversificação ainda que assente na produção lenhosa, condicionando a ocupação urbana em áreas rurais e isoladas e regulamentando de forma conveniente as ocupações e utilizações possíveis em espaço florestal;
9. Preservar a albufeira de Cabril como reserva estratégica de água, mas apostando noutros usos compatíveis, nomeadamente, o turístico;
10. Rever os princípios e regras de conservação da natureza, através da adequação das restrições e permissões de ocupações e utilizações nas áreas rurais, por forma a preservar o ambiente e o património natural e paisagístico do concelho;

11. Promover a diversificação das atividades base da estrutura económica, através do fomento da autonomia funcional do município, apostando em áreas como o turismo, a produção florestal (atividade já implantada no concelho), assim como a dinamização de atividades tradicionais;
12. Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos camarários e estatais, adequados ao desenvolvimento do município;
13. Proceder à reestruturação da rede viária tendo em consideração o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento;
14. Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais;
15. Adequar o PDM à nova legislação em vigor.

A estratégia de desenvolvimento local definida neste relatório destaca três fatores essenciais de desenvolvimento:

1. Qualidade de Vida;
2. Acessibilidade/proximidade geográfica aos principais polos urbanos do país e a Espanha; e
3. Competitividade.

A estratégia considera a estagnação do decréscimo populacional como o grande desafio de desenvolvimento que o concelho enfrenta e que tal desafio assenta em três pilares:

4. Turismo;
5. Floresta;
6. Acessibilidades;

a partir dos quais são definidos três eixos estratégicos:

- I. Melhoria das Condições de Bem-estar social;
- II. Dinamização da Economia Local;
- III. Valorização Territorial e dos Recursos;

e vários projetos mobilizadores e ações (Figura 1)

GRANDE DESAFIO	ESTAGNAÇÃO DO DECRÉSCIMO POPULACIONAL
PILARES	TURISMO ACESSIBILIDADES FLORESTA
EIXOS ESTRATÉGICOS	I – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR SOCIAL II – DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL III – VALORIZAÇÃO TERRITORIAL E DOS RECURSOS
PROJETOS MOBILIZADORES	Geopark Naturtejo Rede de Aldeias de Xisto (Álvaro) Clusters “Floresta” e “Eólicas” Novas Acessibilidades Feira do Pinhal
OUTROS PROJETOS/AÇÕES	Vários

Figura 1 – Estratégia definida no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

Para dar suporte à estratégia de desenvolvimento o PDMO define 4 níveis hierárquicos para os aglomerados existentes, o reforço da importância da sede de concelho (1º nível) e a consolidação dos centros urbanos de 2º nível (Figura 2).

Níveis Hierárquicos	Centros Urbanos
Centro complementar principal	Oleiros
Centro complementar de 2º nível	Orvalho e Estreito
Centro complementar de 3º nível	Mosteiro, Álvaro, Madeirã, Isna, Sarnadas São Simão, Cambas, Sobral de Baixo, Cancinos e Foz do Giraldo.
Centro complementar de 4º nível	Restantes centros

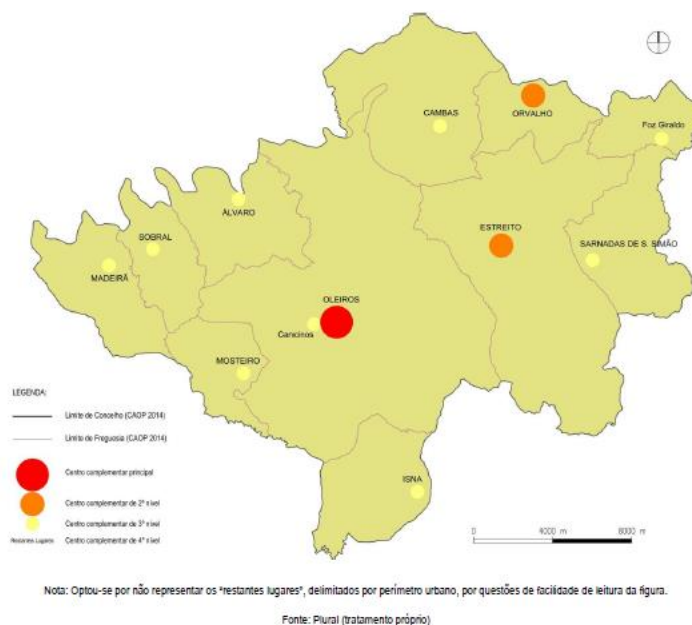


Figura 2 – Hierarquia dos aglomerados definida no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

Em termos gerais as perspetivas demográficas constantes do PDMO apontam para a manutenção da perda de população. No cenário otimista mantem-se o número de habitantes recenseados no Censo de 2011, em torno dos 5700 habitantes. Nos outros dois cenários, intermédio e pessimista, a população residente reduzir-se-á para valores próximos dos 4600 e 4300 habitantes, respetivamente.

O PDMO considera mais plausível que a população evolua entre o cenário otimista e o cenário intermédio, considerando este último como “limite mínimo de uma trajetória demográfica plausível”.

4.1.3.2. Propostas de ações/projetos e metas a alcançar com o PDMO

No Relatório, na Planta de Ordenamento e no Regulamento da 1ª Revisão do PDMO foram identificadas 69 ações/ projetos distribuídos pelos três eixos estratégicos (Quadro 2 e Anexo I).

Eixo	Nº de propostas
I - Melhoria das condições de bem-estar social	13
II - Dinamização da economia local	18
III - Valorização territorial e dos recursos	38
Total	69

Quadro 2 – Projetos/ações constantes da 1ª revisão do PDMO

4.1.3.3. Estratégia de ordenamento

Segundo o Relatório da Proposta a 1ª Revisão do PDMO destina-se a “corrigir algumas lacunas do PDM em vigor, dando resposta às carências sentidas e adequando o ordenamento à realidade atual do concelho e às expectativas de desenvolvimento entretanto geradas”, designadamente a “necessidade de redefinição de todos os perímetros urbanos que, em alguns casos, colidem com condicionantes”, sendo necessário “promover os ajustes entre estes condicionamentos legais e o uso do solo, tendo presentes as necessidades futuras e as perspetivas de desenvolvimento” e “a atual ocupação do solo do concelho”.

A proposta de ordenamento do concelho baseou-se nas seguintes linhas de orientação:

- Ajustar os espaços urbanizados, delimitando-os com rigor, em função da ocupação efetiva ou do seu comprometimento legal de ocupação;

- Contrariar, sempre que possível, as expansões urbanas ao longo das vias através da interrupção dos perímetros urbanos;
- Definir os solos urbanizáveis, em função das expectativas de desenvolvimento e de crescimento, tendo em conta as características do território em causa e a estratégia de desenvolvimento;
- Dotar o concelho de espaços urbanizáveis que permitam dar resposta às necessidades ao nível dos equipamentos e espaços verdes urbanos, que sirvam a população residente e também como atrativo para fixar nova população e aumentar o fluxo de visitantes;
- Definir espaços verdes em solo urbano por forma a enquadrar áreas verdes, de recreio e lazer existentes e áreas com interesse ecológico ou cultural;
- Definir/ consolidar áreas de atividades económicas, como base impulsionadora para fixação deste tipo de atividades e outras complementares, fomentando, inclusivamente, iniciativas de caráter local;
- Dinamizar o setor turístico através da implementação de um quadro normativo e da definição de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, devidamente enquadradas em programas a desenvolver;
- Promover o potencial natural do concelho propondo espaços de fruição e lazer;
- Desenvolver uma proposta de rede viária estruturante e hierarquizada, articulada com as acessibilidades externas e que sustente as propostas de ordenamento;
- Definir as características do ordenamento em solo rural ajustadas à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com a necessidade da sua utilização equilibrada para diversos fins;
- Definir uma estrutura ecológica municipal coerente que permita salvaguardar as áreas com maior sensibilidade biofísica e ecológica;
- Identificar os valores culturais a salvaguardar e definir medidas de proteção e incentivo à conservação;
- Identificar as áreas a sujeitar a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, em função da especificidade da ocupação existente e da existência de valores a salvaguardar e promover, tendo em vista a sua requalificação ou, por outro lado, uma ocupação urbana planeada.

4.1.3.4. Classificação e qualificação do solo e regime de uso e ocupação do solo

O PDMO estabelece a seguinte classificação e qualificação do solo do solo na área do município (Figuras 3 e 4):

1. Solo rural;

1.1. Espaços agrícolas;

1.1.1. Espaços agrícolas de produção;

1.1.2. Espaços agrícolas complementares;

1.2. Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal;

1.3. Espaços florestais;

1.4. Espaços naturais;

1.5. Espaços de ocupação turística;

1.5.1. Espaços de recreio balnear;

1.5.2. Espaços de vocação recreativa;

1.6. Espaços afetos a atividades industriais;

1.7. Espaços destinados a outras estruturas;

1.8. Aglomerados rurais;

1.9. Estrutura Ecológica Municipal;

2. Solo urbano;

2.1. Solo urbanizado:

2.1.1. Espaços centrais;

2.1.2. Espaços residenciais urbanizados;

2.1.3. Espaços de atividades económicas;

- 2.1.4. Espaços de uso especial;
 - 2.1.5. Espaços verdes;
 - 2.2. Solo urbanizável;
 - 2.2.1. Espaços residenciais urbanizáveis;
 - 2.2.2. Espaços para atividades económicas;
 - 2.2.3. Espaços para uso especial;
 - 2.3. Estrutura Ecológica Municipal;
 - 2.4. Zonas Inundáveis;
- 3. Valores culturais;**
- 4. Rede viária;**
- 5. Infraestruturas urbanas;**
- 6. Áreas de risco ao uso do solo;**
- 7. Unidades operativas de planeamento e gestão.**

De acordo com o artigo 44º do regulamento do PDMO, foram delimitados perímetros urbanos, integrados na classe de Espaço Urbano, em 23 aglomerados urbanos do município: Ademoço, Álvaro, Alverca, Amieira, Cambas, Cancinos, Espinheiros, Estreito, Foz do Giraldo, Isna, Madeirã, Mosteiro, Oleiros, Orvalho, Pizoria, Rebisca/S. Torcato, Roqueiro, Santa Margarida/Senhora das Candeias/Lameira, Sardeiras de Baixo, Sarnadas de São Simão, Sobral, Vale de Souto, Vilar Barroco (Figura 3).

Os restantes aglomerados foram integrados na classe de solo rural, na categoria aglomerados rurais, tendo sido eliminados os perímetros urbanos de Cruz do Casal Novo, Curujeira, Amieirinha, Povoíinha, Vale da Figueira, Vale de Centeio, Celadinha, Azinheira, Couço de Baixo, Cruz do Casal Novo, Moutinhosa da Ribeira, Vale Salgueiro, Voltas da Piçarra, Foz Giraldo/ EN112, Leiria de Baixo, Leiria de Cima, Pessilgal e Sabugal e identificados também, como aglomerados rurais, Pandos, Sendinho da Senhora, Brejas do Barco, Selada das Pedras, Cova da Azenha, Estorneiros, Poeiros, Vilar Fundeiro, Açude do Pinto,

Bonjardim, Carvalheira, Dão, Eirigo, Fernão Porco, Moucho, Peso Redondo, Ribeira do Melrico, Ribeiro das Várzeas, Sardeiras de Cima, Vale da Colmeia, Vale Saboroso e Roda de Cima.

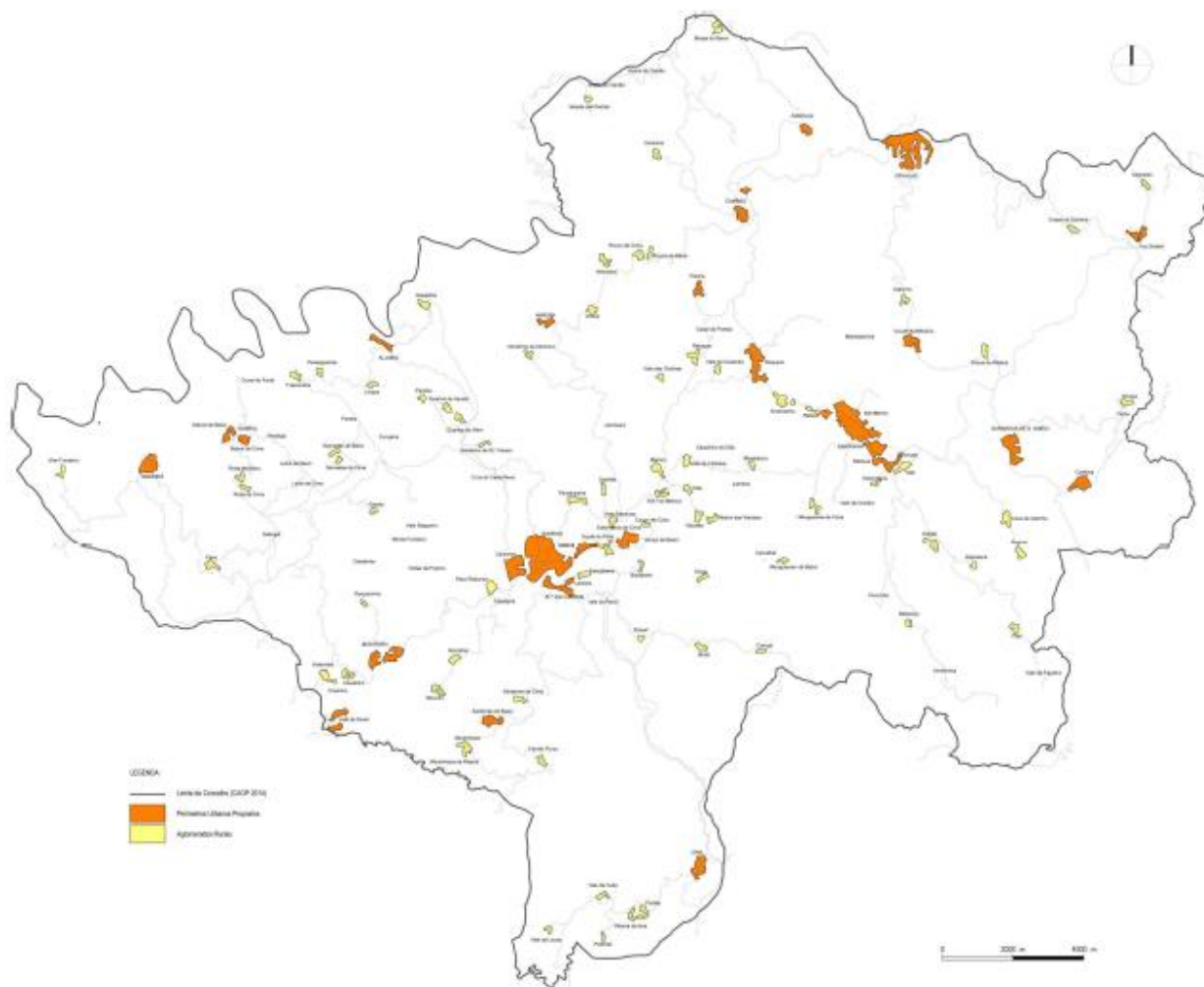


Figura 3 – Aglomerados com perímetro urbano delimitado e aglomerados inseridos na categoria de aglomerados rurais no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

As áreas relativas às classes e categorias de uso do solo constantes do PDMO em vigor encontram-se nas figuras e nos quadros que se seguem (Quadros 3 a 4 e Figura 4).

De acordo com o Relatório de Proposta o solo classificado como urbano ocupa uma representação muito residual na área do concelho, apenas 1,27% do total. Os “Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal” assumem um papel preponderante no solo rural, com cerca de 77% do total da área do concelho.

SOLO RURAL		Área (ha)	
Categorias	Subcategorias		
Espaços agrícolas	Espaços agrícolas de produção	342,22	2 966,07
	Espaços agrícolas complementares	2 623,85	
Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal		36 166,23	
Espaços florestais		3 711,95	
Espaços naturais		3 281,88	
Espaços de ocupação turística	Espaços de recreio balnear	4,71	16,51
	Espaços de vocação recreativa	11,80	
Espaços afetos a atividades industriais		1,25	
Espaços destinados a outras estruturas		9,52	
Aglomerados rurais		348,93	
Reserva Agrícola Nacional		777	
Estrutura Ecológica Municipal		-	
Total		46 512,33	

Quadro 3 – Classes e categorias de Solo Rural delimitadas no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

SOLO URBANO		Área (ha)	
Categorias	Subcategorias		
Solo urbanizado	Espaços centrais	20,28	498,44
	Espaços residenciais urbanizados	435,44	
	Espaços de atividades económicas	24,62	
	Espaços de uso especial	18,10	
	Espaços verdes	4,9	
Solo urbanizável	Espaços residenciais urbanizáveis	77,11	93,65
	Espaços para atividades económicas	12,79	
	Espaços para uso especial	3,76	
Estrutura Ecológica Municipal		5,00	
Zonas Inundáveis		-	
		596,99	

Quadro 4 – Classes e categorias de Solo Urbano delimitadas no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

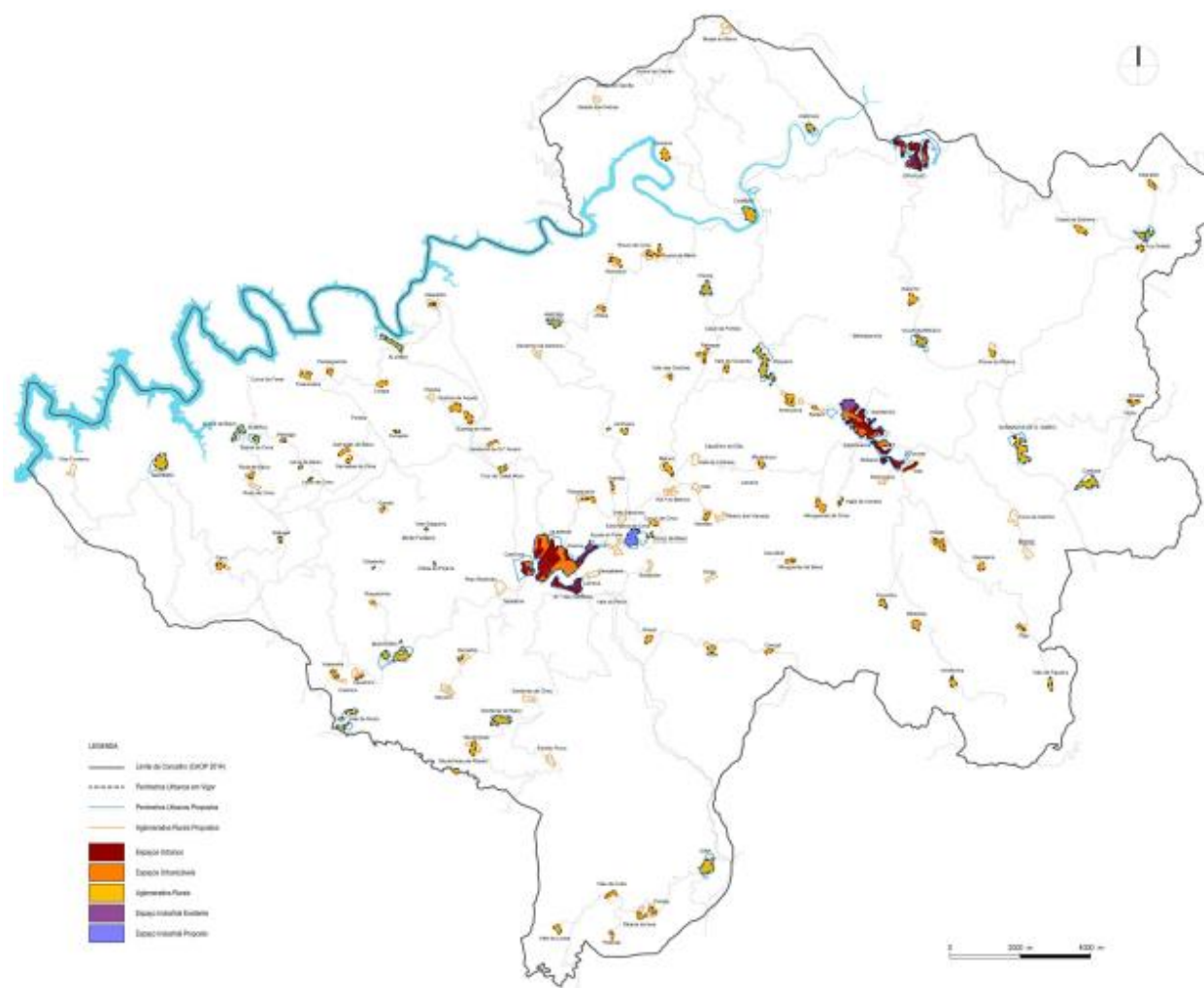


Figura 4 – Classes e categorias de Solo Urbano delimitadas no PDMO (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

4.1.3.5. Cartografia do PDMO

A 1ª Revisão do PDMO foi elaborada com base na cartografia do IGeoE, a Carta Militar de Portugal, Série M888, à escala 1:25 000, editada em 1993, Datum Lisboa.

As classes e categorias de uso do solo foram delimitadas com base nesta cartografia, na completude e nos erros posicionais e temáticos que lhe estão associados.

4.1.4. Níveis de execução das ações/projetos identificado no PDMO

O grau de execução das ações/projetos identificados no PDMO consta do Quadro 5

Natureza das ações/projetos		Avaliação		Grau de execução		
		Sim	Não	Total	Parcial	Não executado
Imateriais	10	10	-	3	3	4
Mistas	17	17	-	1	9	7
Materiais	41	41	-	7	18	16
Total		68	-	11	30	27

Fonte: Anexo I

Quadro 5 - Níveis de execução das ações/projetos identificado no PDMO

Tendo em conta que o período de vigência da 1ª Revisão do PDMO é de apenas 4 anos e que muitas ações se encontram em curso é ainda prematuro retirar conclusões acerca da execução das propostas.

4.1.4.1. Níveis de execução dos solos classificados como Solos Urbanizáveis no PDMO

Para a avaliação da execução dos solos classificados na categoria de Solos Urbanizáveis, a equipa, para além de reunir com os técnicos da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Oleiros, consultou os processos de loteamentos e de obras existentes com licença, comunicação prévia ou autorizações válidas, tituladas por alvará, ou em apreciação, no arquivo daquela divisão, cuja tramitação decorreu nos termos do RJUE, Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro e suas alterações posteriores.

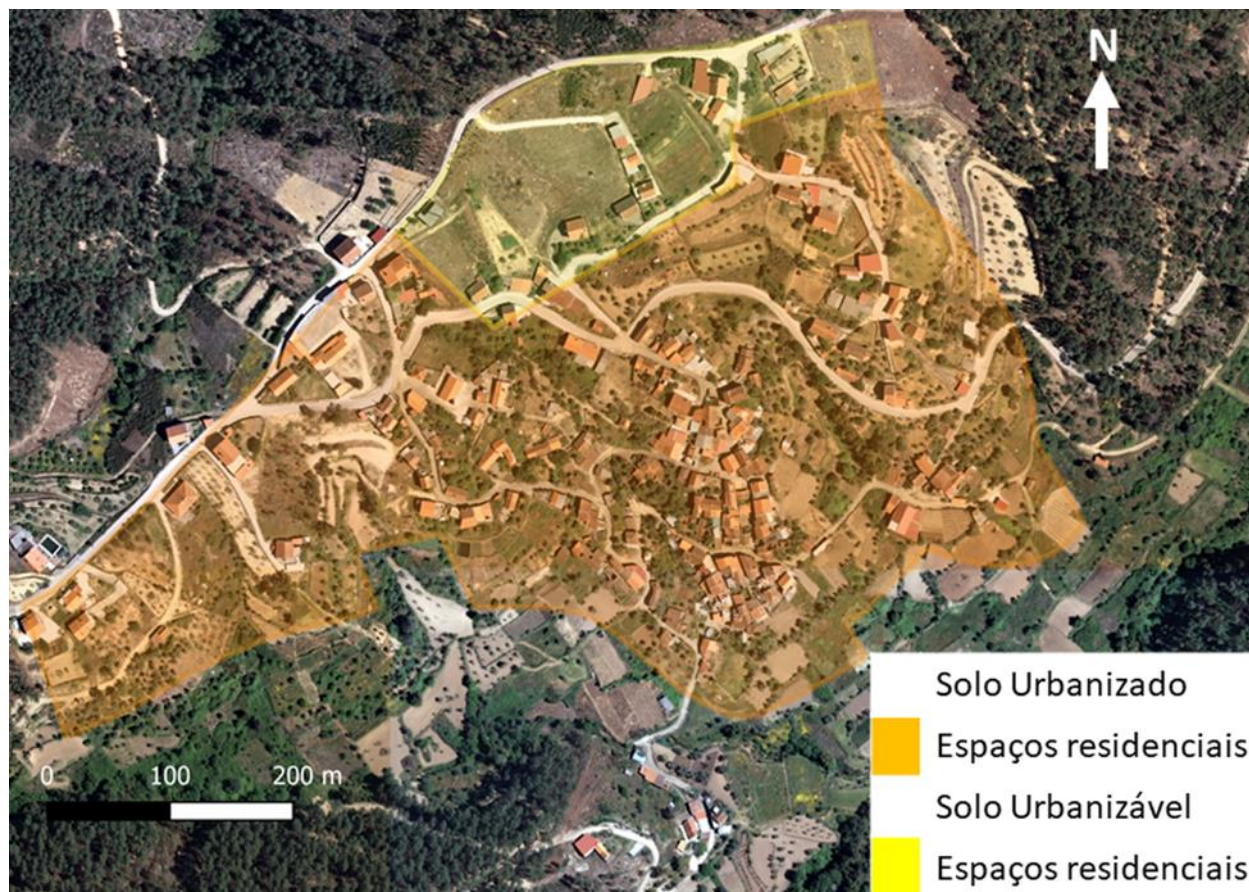
Este trabalho de gabinete foi complementado pela observação dos ortofotomapas existentes para o concelho de Oleiros com data de voo de maio de 2018 e com a realização de trabalho de campo para verificação *in loco* da situação existente, sempre que se revelou necessário.

O resultado deste trabalho é apresentado relativamente aos polígonos definidos na Planta de Ordenamento do PDMO integrado na classe de “Solo Urbano” e na categoria de “Solo Urbanizável”.

Paralelamente, além da avaliação da execução física em concreto é apresentada uma sugestão de possível classificação do solo de cada polígono no quadro da revisão do PDM de Oleiros a promover.

Solos Urbanizáveis - Espaços residenciais

Cardosa (Figura 5)



Fonte: PDMO

Figura 5 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Cardosa

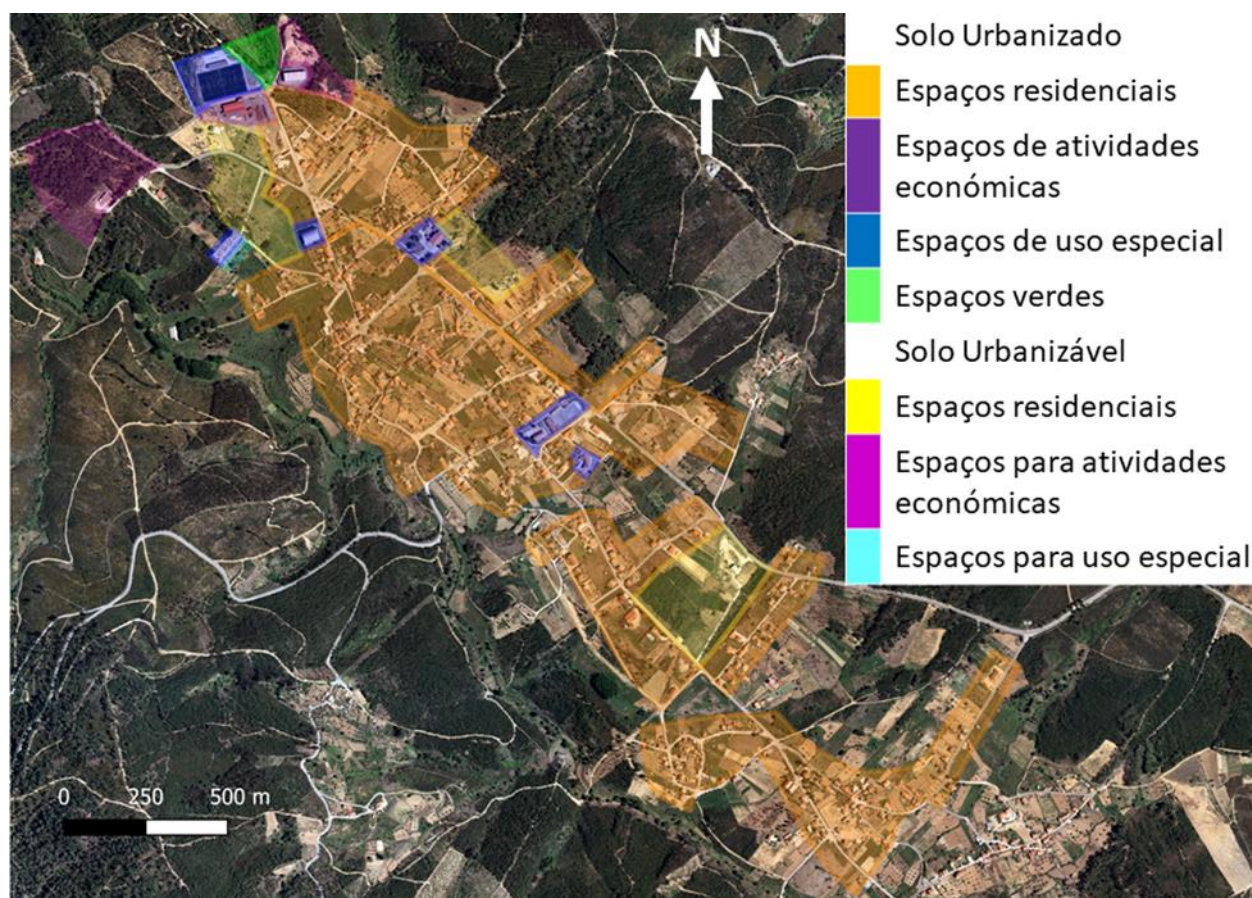
Neste aglomerado foi definido apenas um polígono com uma área de 26 011m² destinado a projetos residenciais e mistos.

Neste espaço encontra-se em construção um edifício destinado a uma Adega para produção de vinho Callum.

Os arruamentos existentes dispõem já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificado como solo urbano e como solo rural da revisão do PDMO.

Estreito e Rebisca (Figura 6)



Fonte: PDMO

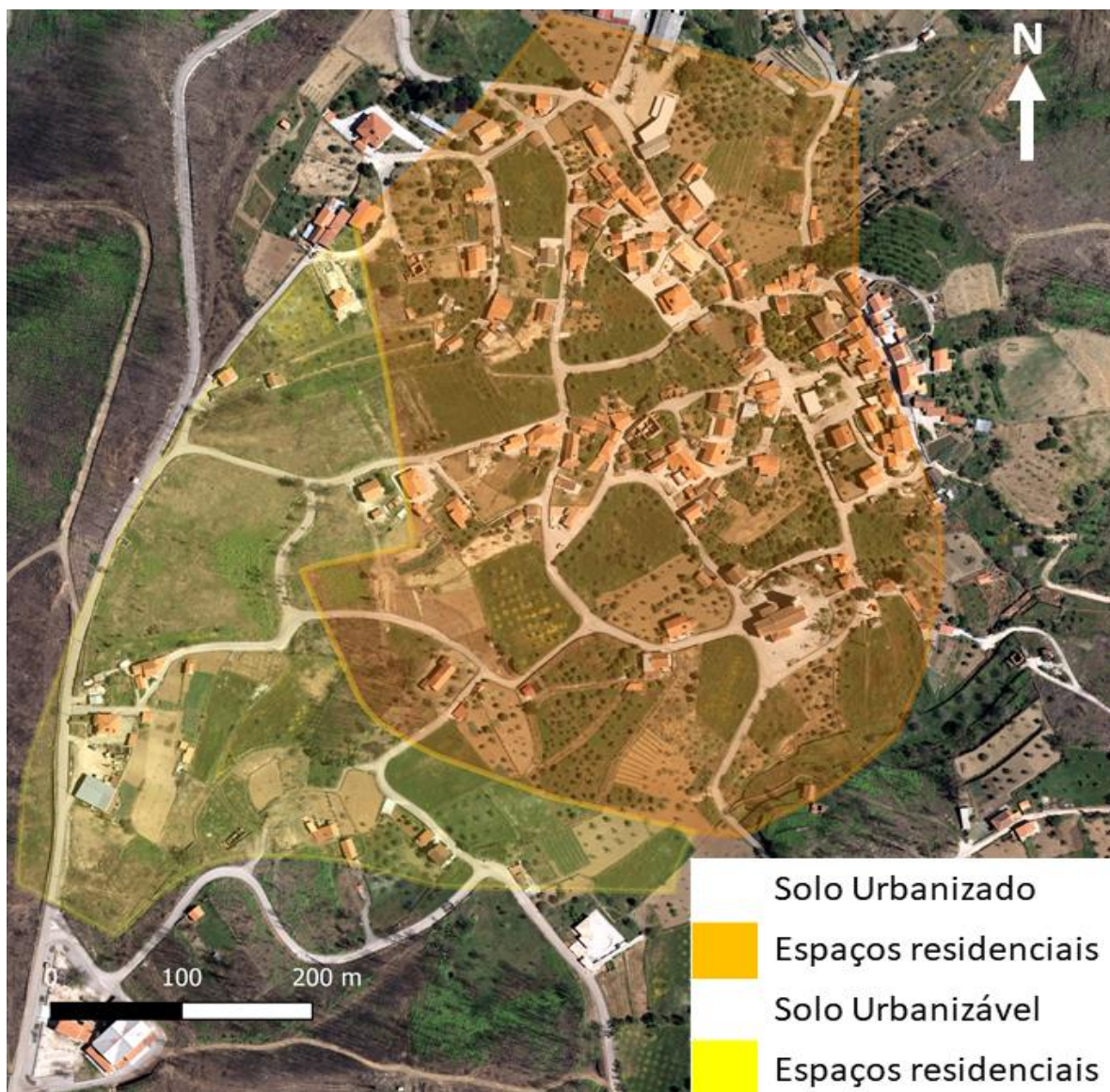
Figura 6 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial nos aglomerados de Estreito e Rebisca

Nestes dois aglomerados foram delimitados 6 polígonos com uma área total de 176 118m² destinados a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação. Em alguns deles existiam algumas edificações pré-existent à Revisão do PDMO.

Os arruamentos existentes dispõem já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, estes polígonos deverão ser reclassificados como solo urbano e como solo rural na revisão do PDMO.

Madeirã (Figura 7)



Fonte: PDMO

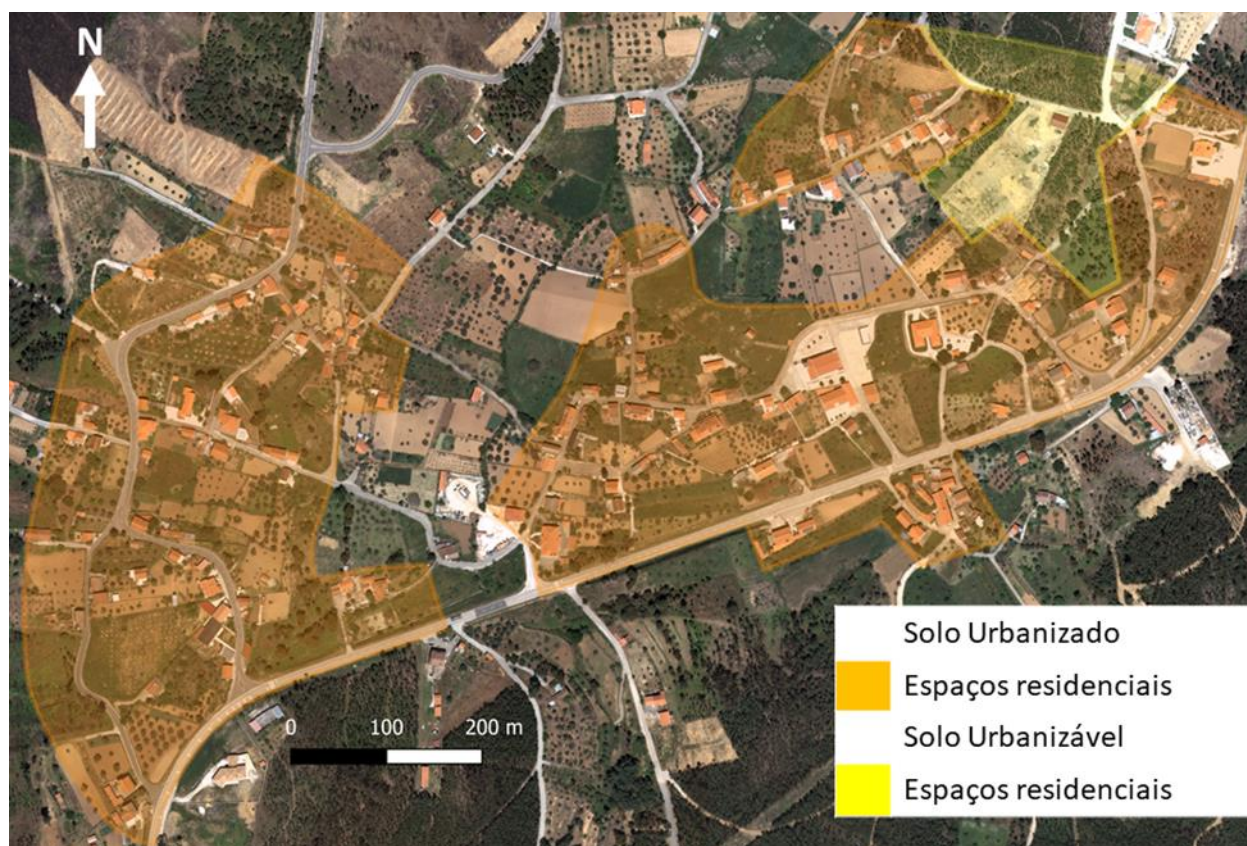
Figura 7 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Madeirã

Neste aglomerado foi delimitado um polígono com uma área total de 68 345m² destinado a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação.

Os arruamentos existentes dispõem já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificados como solo urbano e como solo rural na revisão do PDMO.

Mosteiro (Figura 8)



Fonte: PDMO

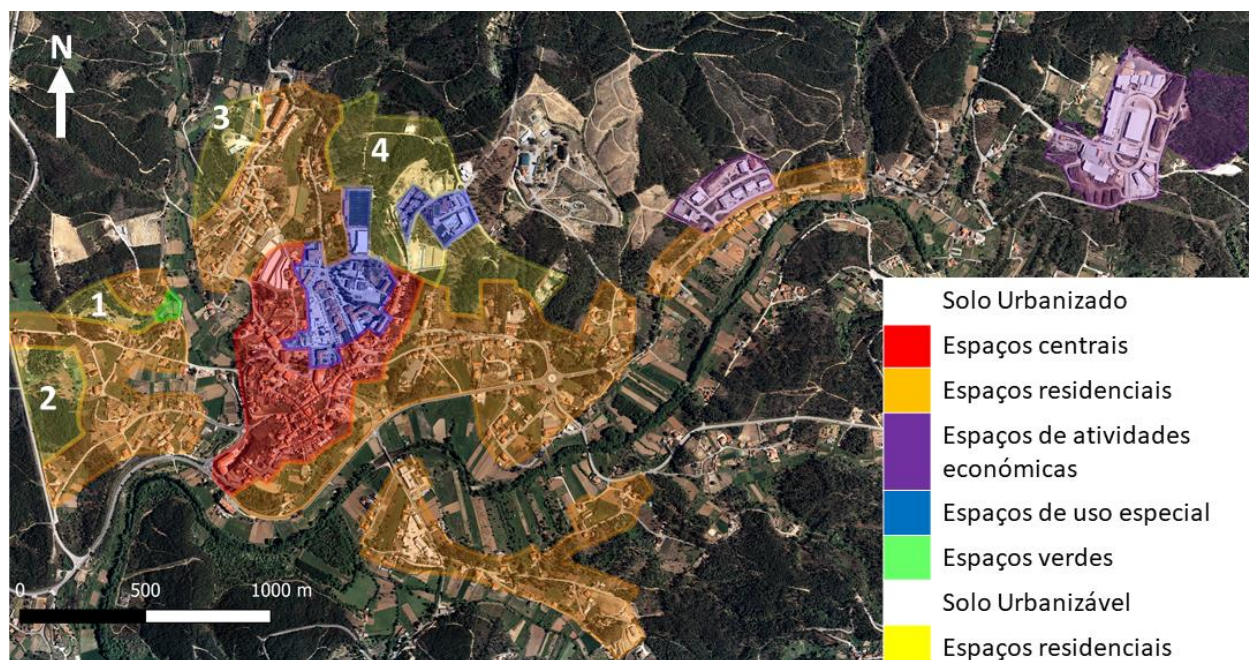
Figura 8 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial urbanizável no aglomerado de Mosteiro

No Mosteiro foi delimitado um polígono com uma área total de 22 178m² destinado a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação.

Os arruamentos existentes dispõem já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificados como solo urbano e como solo rural na revisão do PDMO.

Oleiros (Figura 9)



Fonte: PDMO

Figura 9 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Oleiros

Na vila de Oleiros foram delimitados 4 polígonos com uma área total de 256 129m² destinados a projetos residenciais e mistos.

Para o polígono nº 1, com uma área de 23 172m² não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificado como solo rural na revisão do PDMO.

Para o polígono nº 2, com uma área de 52 693m² não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

Para o polígono nº 3, com uma área de 127 401m² não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação. Existem

já algumas edificações preexistentes à revisão do PDMO. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

No polígono nº 4, com uma área de 52 863m², uma parte encontra-se atualmente em execução programada através do loteamento urbano de São Sebastião da iniciativa da autarquia, que pretende oferecer terrenos em condições vantajosas para a construção de edifícios habitacionais para atrair/fixar população jovem.

Os lotes de terreno são vendidos em hasta pública conforme previsto em regulamento específico para atribuição dos lotes recorrendo a um processo de candidatura.

Este loteamento incide sobre uma área de 80 12,94m² destinada a 13 lotes de terreno para moradias unifamiliares, arruamentos e espaços verdes (Figura 10).



Fonte: CMO

Figura 10 – Loteamento de São Sebastião

Alguns destes lotes encontram-se já atribuídos e com edificações e outros em construção. Encontram-se ainda 5 lotes disponíveis que serão atribuídos de acordo com o regulamento em vigor (Figura 11).



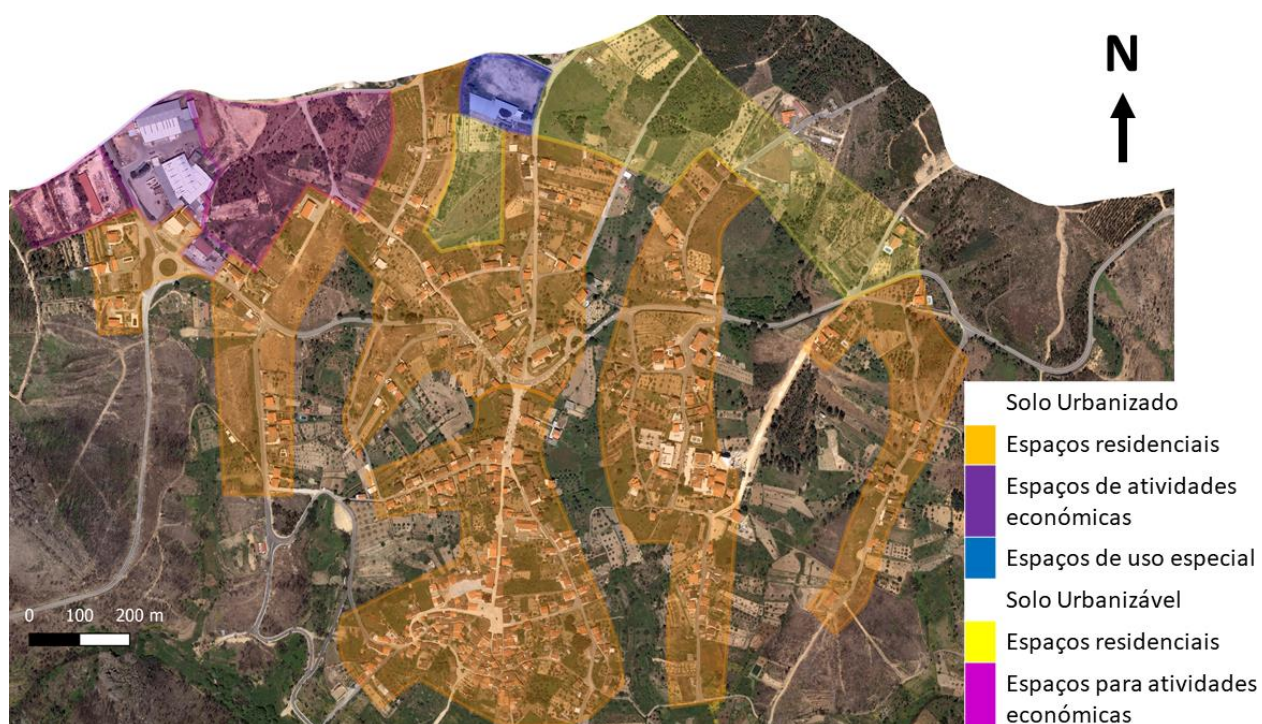
Fonte: CMO

Figura 11 – Execução do Loteamento de São Sebastião na vila de Oleiros

Para restante área não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

Orvalho (Figura 12)



Fonte: PDMO

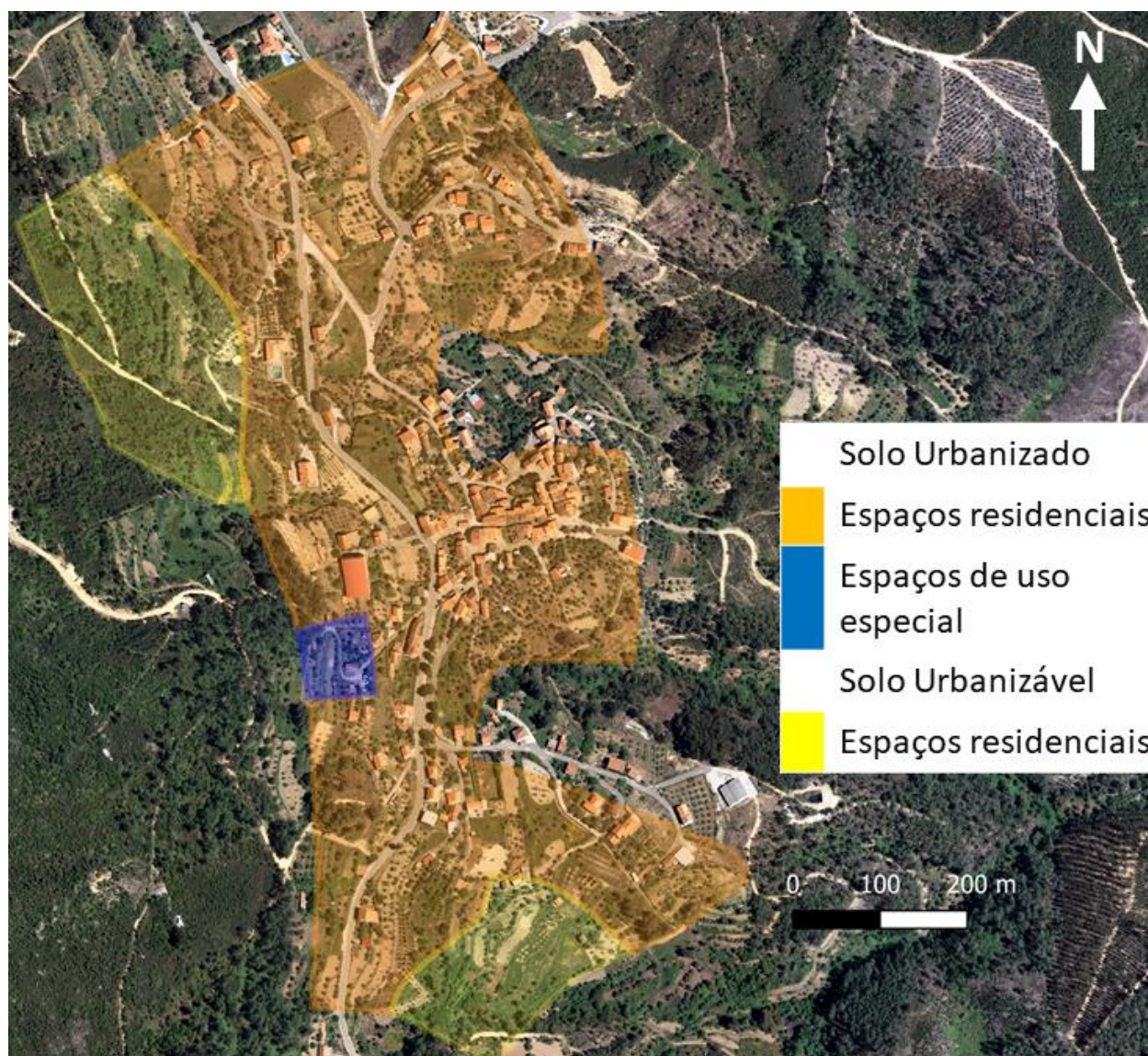
Figura 12 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Orvalho

No Orvalho foram delimitados 4 polígonos com uma área total de 174 366m². Destes, 3 destinam-se a projetos residenciais e mistos e um a atividades económicas.

Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para a transformação destes polígonos. Existem já algumas edificações preexistentes à revisão do PDMO. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, estes polígonos deverão ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

Sarnadas de São Simão (Figura 13)



Fonte: PDMO

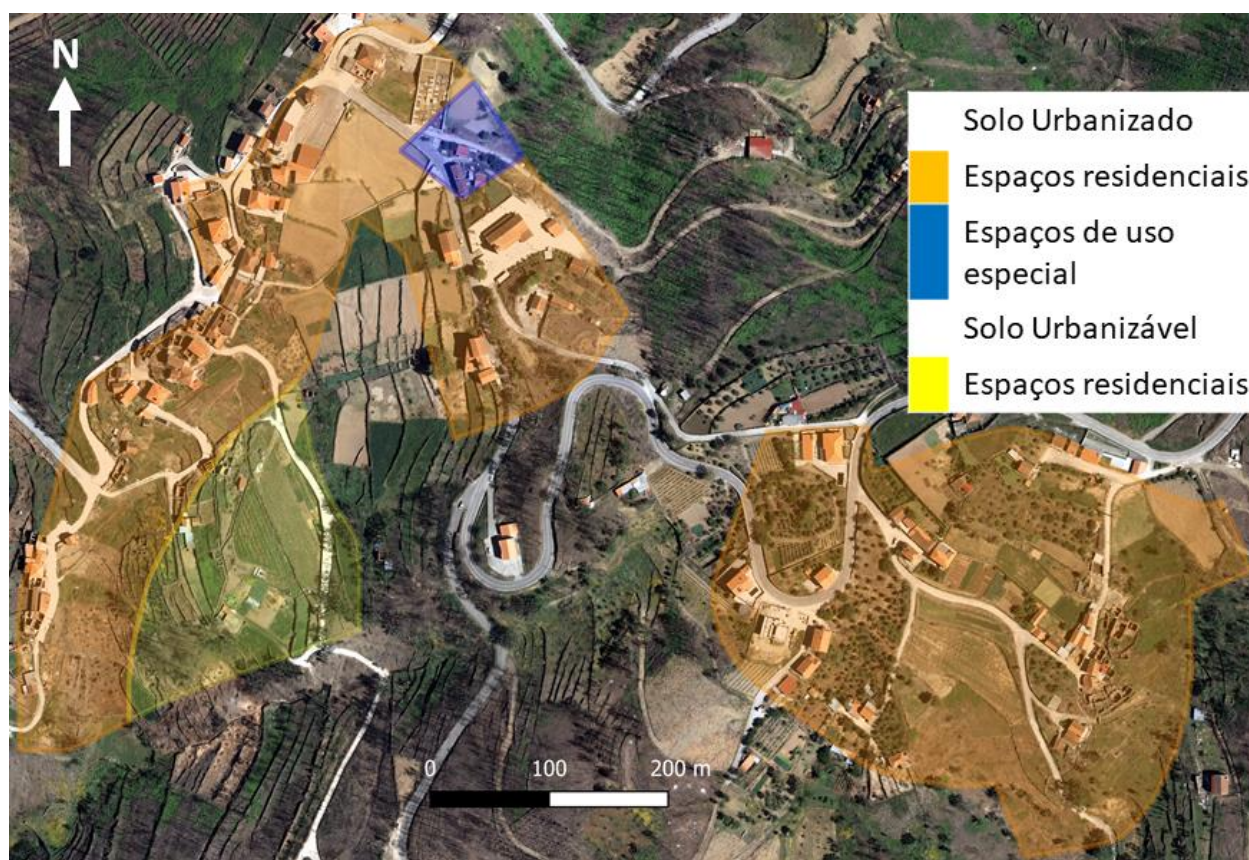
Figura 13 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Sarnadas de São Simão

Neste aglomerado foram delimitados 2 polígonos com uma área total de 51 800m² destinados a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para a transformação destes polígonos. Existem já algumas

edificações preexistentes à revisão do PDMO. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, estes polígonos deverão ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

Sobral de Baixo (Figura 14)



Fonte: PDMO

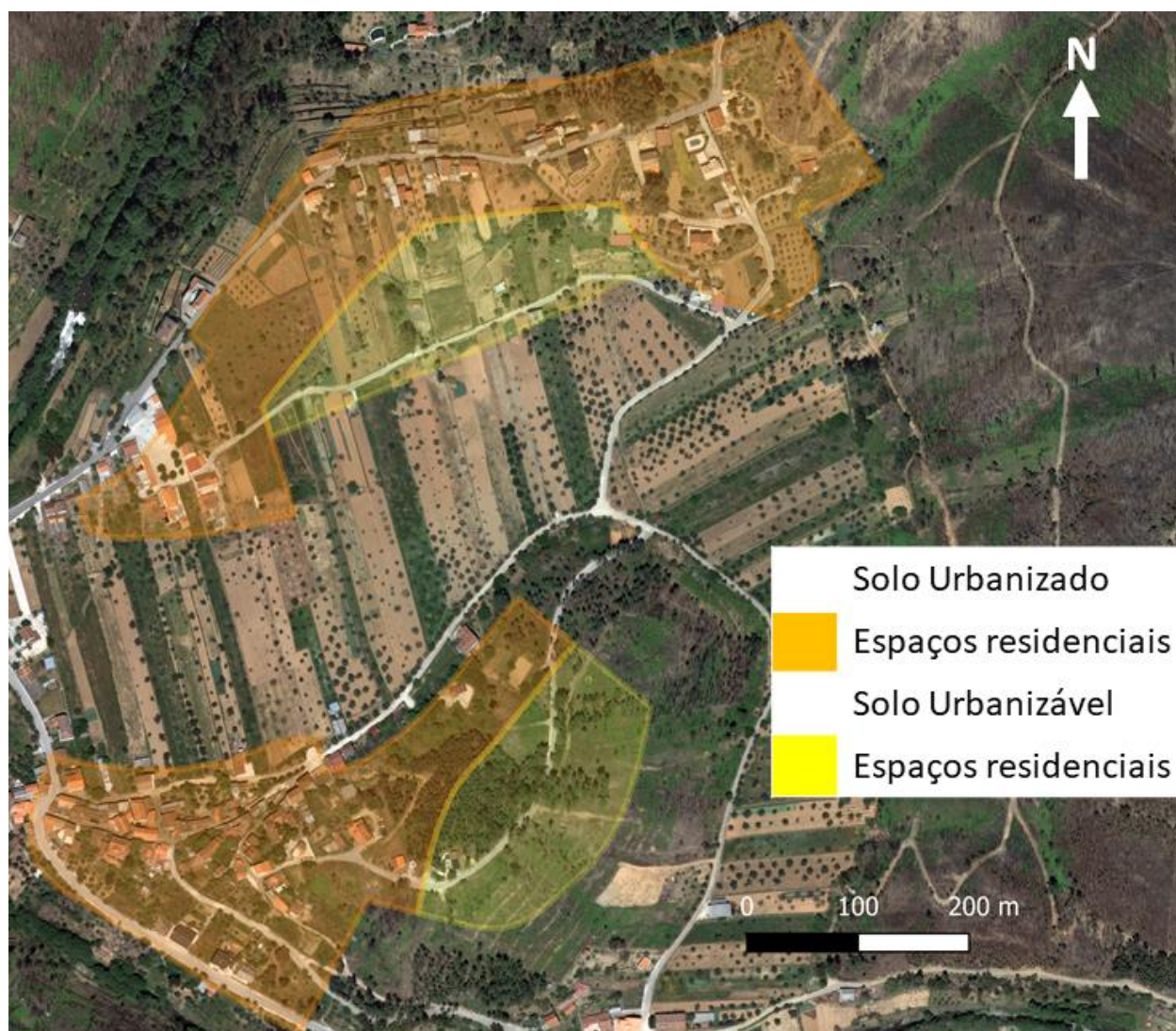
Figura 14 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Sobral de Baixo

Em Sobral de Baixo foi delimitado um polígono com uma área total de 18 289m² destinado a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação.

Os arruamentos existentes dispõem já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificados como solo urbano e como solo rural na revisão do PDMO.

Vale de Souto (Figura 15)



Fonte: PDMO

Figura 15 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial urbanizável no aglomerado de Vale do Souto

Neste aglomerado foram delimitados 2 polígonos com uma área total de 36 982m² destinados a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para a transformação destes polígonos. Existem já algumas

edificações preexistentes à revisão do PDMO. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, estes polígonos deverão ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

Vilar Barroco (Figura 16)



Fonte: PDMO

Figura 16 – Espaço Urbanizável – Espaço residencial no aglomerado de Vilar Barroco

Em Vilar Barroco foram delimitados 2 polígonos com uma área total de 28 076m² destinados a projetos residenciais e mistos. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para a transformação destes polígonos. Existem já algumas edificações preexistentes à revisão do PDMO. Uma parte dos arruamentos existentes dispõe já das infraestruturas necessárias ao processo de urbanização.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, estes polígonos deverão ser reclassificados como solo urbano e solo rural na revisão do PDMO.

Solos Urbanizáveis - Espaços para atividades económicas

Junto ao aglomerado de Cambas (Figura 17)



Fonte: PDMO

Figura 17 – Espaço Urbanizável – Espaço para atividades económicas, junto ao aglomerado de Cambas

Este polígono delimitado junto de Cambas com uma área de 54 454m² destina-se ao desenvolvimento de atividades turísticas. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificado como solo rural na revisão do PDMO.

Junto ao rio Zêzere (Figura 18)



Fonte: PDMO

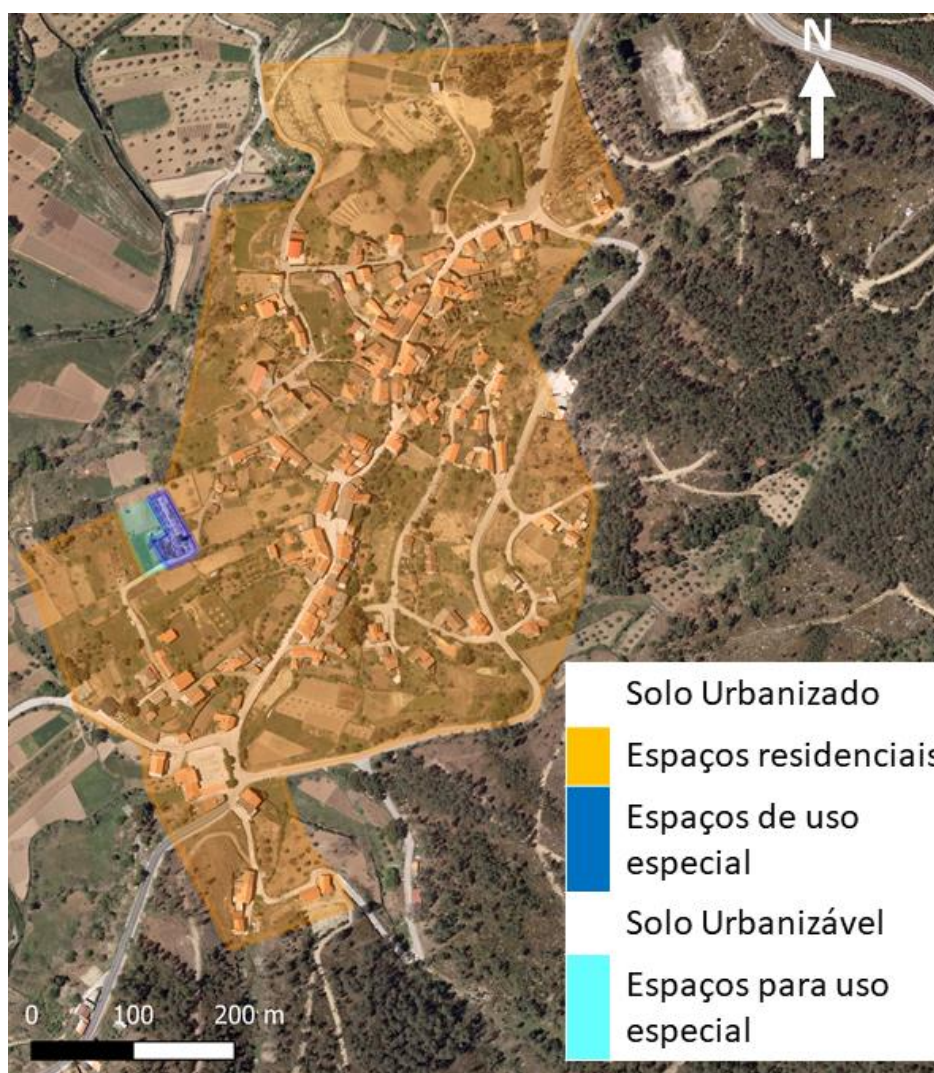
Figura 18 – Espaço Urbanizável – Espaço para atividades económicas, junto ao rio Zêzere

Este polígono com uma área de 1 400m² destina-se ao desenvolvimento de atividades turísticas. Não existe qualquer pretensão apresentada junto da CMO nem se conhece qualquer iniciativa ou projeto público ou privado para sua transformação.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono deverá ser reclassificado como solo rural na revisão do PDMO.

Solos Urbanizáveis - Espaços para uso especial

Junto ao aglomerado de Isna (Figura 19)



Fonte: PDMO

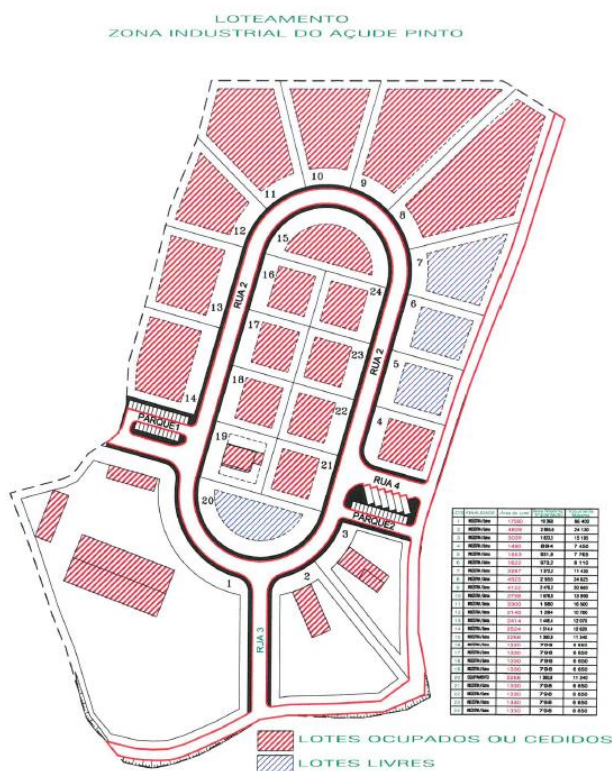
Figura 19 – Espaço Urbanizável – Espaço para uso especial, junto ao aglomerado de Isna

Este polígono com uma área de 1 214m² localizado junto do cemitério destina-se à ampliação deste equipamento, não tendo sido ainda desenvolvido o respetivo projeto.

Tendo por base os critérios definidos no Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto, este polígono poderá ser reclassificado como solo rural ou como solo urbano na revisão do PDMO.

4.1.4.2. Níveis de execução dos solos classificados como Espaços Urbanizados no PDMO com execução programada

Na área do município existe apenas uma área classificada como espaço urbanizado com urbanização programada em loteamento urbano destinado a atividades económicas, o Loteamento da Zona Industrial do Açude Pinto (Figura 20).

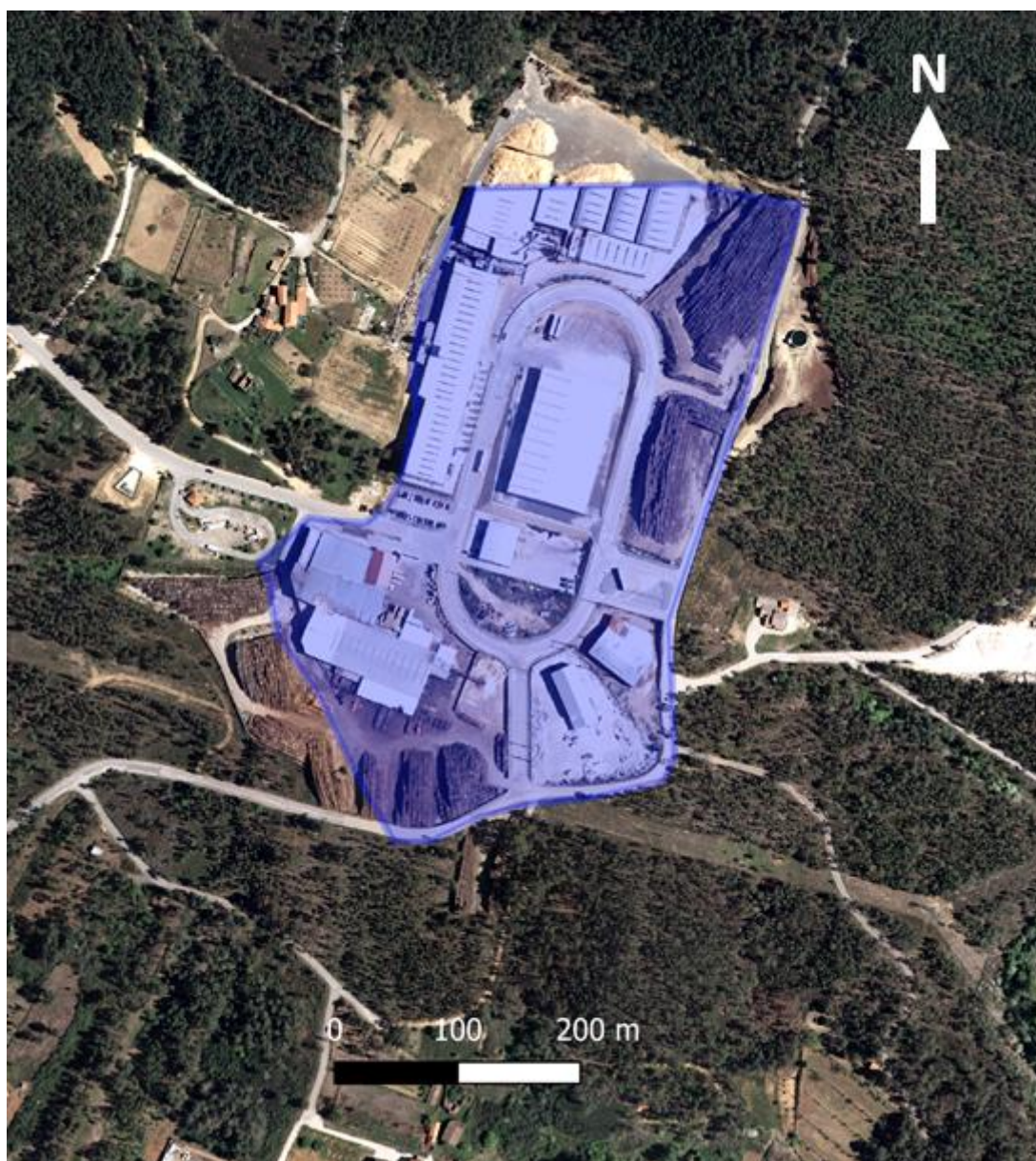


Fonte: CMO

Figura 20 - Loteamento Industrial do Açude Pinto

Este loteamento incide sobre uma área de 99 479m² e criou 24 lotes. Destes 23 são destinados a instalação de atividades económicas e um a equipamento.

Atualmente encontram-se já ocupados 20 lotes restando apenas 4 por ocupar (Figura 21).



Fonte: CMO

Figura 21 – Execução do Loteamento da Zona Industrial do Açude Pinto

4.2. Avaliação da execução do PPZIO

4.2.1. Análise do PPZIO

O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO), da iniciativa do município foi aprovado pela Portaria nº 838/98, de 1 de outubro e alterado pelo Regulamento nº 119/2018 publicado em Diário da República, 2ª série, nº 34, 16 de fevereiro de 2018, visa disponibilizar lotes de terreno para a instalação de atividades económicas na área do município junto à vila de Oleiros.

O PPZIO incide sobre uma área com uma superfície de 4,13 ha de terreno, dos quais 3,14 ha se destinam a 11 lotes de terreno para instalação de atividades económicas e a restante área para arruamentos, estacionamento e espaços ajardinados (Figura 22).



Fonte: CMO

Figura 22 – Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros (PPZIO)

4.2.2. Execução do PPZIO

As obras de urbanização previstas, os arruamentos e respetivas infraestruturas bem como os espaços ajardinados já se encontram executados.

Nos 11 lotes previstos para atividades económicas apenas um, o lote 10, com uma área de 7 101,32 m², propriedade da CMO, com instalações construídas (pavilhão industrial) sem qualquer empresa ou atividade industrial, encontra por ocupar (Figura 23).



Fonte: CMO

Figura 23 – Execução do PPZIO

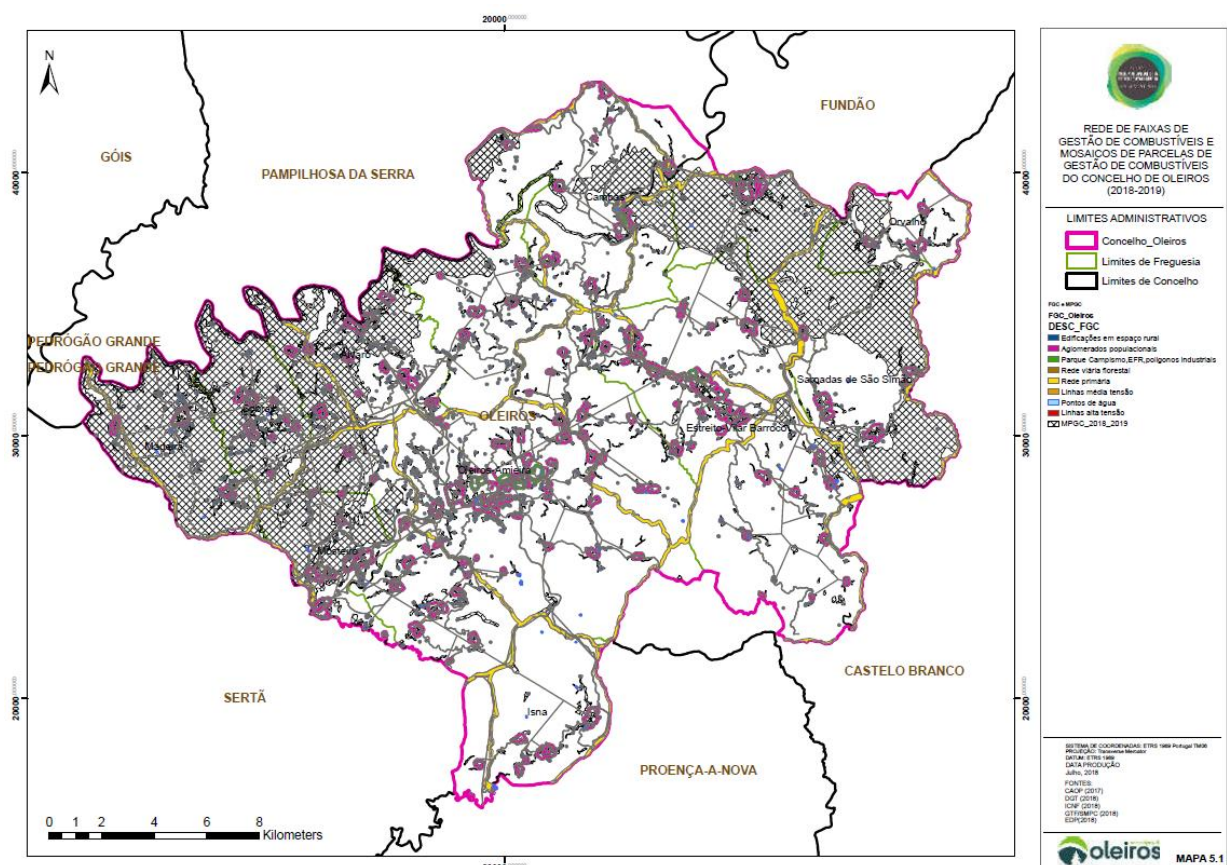
5. Níveis de coordenação interna e externa

5.1. Níveis de coordenação interna

A articulação entre a versão atual do PDMO em vigor e a versão atual do PPZIO é total. O PDM aprovado em 2015, manteve em vigor o PPZIO, aprovado em 1998.

A alteração ao PPZIO aprovada em 2018, que se traduziu na alteração da finalidade dos lotes, não alterou o PDMO.

Na sequência da ocorrência dos grandes incêndios florestais que deflagraram em Oleiros em 2017 houve necessidade de efetuar a 1ª revisão do Plano Municipal de defesa da Floresta Contra Incêndios de Oleiros (2018/19). (Figura 24).



Fonte: CMO

Figura 24 – Extrato do PMDFCI de Oleiros (adaptado de CMO, 2019)

Com esta revisão do PMDFCI será necessário introduzir alguns ajustamentos no regime de uso do solo constante do regulamento do PDMO em vigor.

As orientações e disposições relativas à proteção civil que possa ter implicações no ordenamento do território constantes do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Oleiros (PMEPCO) aprovado no final do ano de 2012, foram integradas no PDMO, aprovado em 2015. Desta forma encontra-se garantida a articulação necessária entre estes dois domínios de intervenção e respetivos planos.

5.2. Níveis de coordenação externa

5.2.1. Entre os planos territoriais municipais e os programas e planos territoriais da responsabilidade do Governo em vigor na área do município

Nesta sede apenas se avalia a coordenação do PDMO com os outros programas e planos de nível superior, pois, como acima foi referido este manteve em vigor o PPZIO, não sendo por isso necessário verificar a articulação do PPZIO com os restantes planos da responsabilidade do governo.

Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT) - Lei nº 99/2019 de 5 de setembro.

O PNPOT contém um conjunto de diretrizes de coordenação e articulação e de diretrizes de conteúdo para os Planos Diretores Municipais. Estas orientações, algumas de substância e outras de conteúdo, traduzem preocupações de sustentabilidade e de integração de temáticas e matérias que em alguns casos não se encontram vertidas na versão atual do PDMO.

A atual versão do PDMO necessita de acolher estas preocupações.

Plano Nacional da Água (PNA) - Decreto-Lei nº 76/2016 de 9 de novembro

O PNA estabelece um conjunto de orientações genéricas a prosseguir em todos os instrumentos de planeamento nacionais e municipais que constituem preocupações com a gestão do recurso água e a garantia da sua quantidade e qualidade em todo o território nacional. O PNA estabelece orientações para as bacias hidrográficas em particular a desenvolver no quadro dos planos de gestão de região hidrográfica.

A área do município de Oleiros encontra-se inserida no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH-TRO).

Plano Rodoviário Nacional (PRN) - Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto

O PDMO foi aprovado posteriormente ao PRN. A articulação com este plano foi garantida no quadro do acompanhamento que a administração pública exerceu na elaboração do PDMO no seio da Comissão Mista de Coordenação e no parecer final que esta emitiu.

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH -TRO) - RCM nº 52/2016, de 20 de setembro de 2016

O PGRH-TRO contém um conjunto de objetivos estratégicos e de medidas que requerem alguma ponderação no quadro do planeamento territorial municipal, embora do ponto de vista de articulação não se antevejam necessidades adicionais de articulação da versão do PDMO em vigor com este plano.

Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL) - Portaria nº 56/2019, de 11 de fevereiro de 2019

Com a entrada em vigor do PROF CL a declaração de adaptação do PDMO deve ser emitida no prazo de 60 dias e transmitida ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e terá implicações a nível da qualificação do solo rústico nas plantas de condicionantes e de ordenamento e no regulamento do PDMO.

A atual versão do PDMO necessita de adaptação obrigatória ao PROF CL e de melhorar a articulação com este programa.

Plano (Programa) de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POACBSL) - RCM nº 80/2012, de 1 de outubro de 2012

A 1ª Alteração da Revisão do PDMO, aprovada em 26 de maio de 2017, publicada através do Aviso nº 12103/2017 no Diário da República, 2ª série, nº 195 de 10 de outubro, consubstanciou uma alteração por adaptação ao POACBSL. Assim encontra-se garantida a articulação entre o PDMO e o POACBSL.

5.2.2. Articulação com leis e regulamentos com impacte nos planos territoriais municipais

Esta articulação será avaliada tendo em atenção os regimes legais em vigor que enquadram a classificação do solo, a elaboração, revisão e alteração de planos territoriais, servidões de utilidade pública e cartografia, matérias com impacte direto nos conteúdos material e documental dos planos territoriais municipais.

Classificação e qualificação do solo no PDMO *versus* regras de classificação do solo em vigor

As classes e categorias consideradas no PDMO em vigor não coincidem com as estabelecidas na legislação que regulamenta a classificação e qualificação do solo nos planos municipais, o Decreto Regulamentar nº 15/2015, 19 de agosto (Quadro 6).

A classificação do solo deverá ser ajustada à classificação geral estabelecida no diploma tendo em conta os critérios nele definidos, podendo envolver processos de reclassificação de solo urbano para solo rústico, que devem ser devidamente ponderados.

Esta reclassificação deverá ser efetuada com trabalho de campo e verificação *in loco* das condições de execução e ocupação existentes, bem como dos compromissos efetivamente assumidos.

Classificação do solo no PDMO		Classificação do Solo no Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto	
1. Solo Urbano	1.1. Solo urbanizado 1.1.1. Espaços centrais 1.1.2. Espaços residenciais urbanizados 1.1.3. Espaços de atividades económicas 1.1.4. Espaços de uso especial 1.1.5. Espaços verdes 1.2. Solo urbanizável 1.2.1. Espaços residenciais urbanizáveis 1.2.2. Espaços para atividades económicas 1.2.3. Espaços para uso especial 1.3. Estrutura Ecológica Municipal	1. Solo Urbano	1.1. Espaços centrais 1.2. Espaços habitacionais 1.3. Espaços de atividades económicas 1.4. Espaços verdes 1.5. Espaços Urbanos de baixa densidade 1.6. Espaços de uso especial: 1.6.1. Espaços de equipamentos; 1.6.2. Espaços de infraestruturas estruturantes; 1.6.3. Espaços turísticos.
	2.1. Espaços Agrícolas 2.1.1. Espaços Agrícolas de produção 2.1.2. Espaços Agrícolas Complementares 2.2. Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal 2.3. Espaços Florestais 2.4. Espaços Naturais 2.5. Espaços de ocupação turística 2.5.1. Espaços de recreio balnear 2.5.2. Espaços de vocação recreativa 2.6. Espaços afetos a atividades industriais 2.7. Espaços destinados a outras estruturas 2.8. Aglomerados rurais 2.9. Estrutura Ecológica Municipal		2.1. Espaços Agrícolas 2.2. Espaços Florestais 2.2.1. Espaços florestais de produção; 2.2.2. Espaços florestais de proteção do solo e da água ou de conservação; 2.2.3. Espaços ocupados por sistemas silvo pastoris ou espaços mistos de uso silvícola com agrícola alternado; 2.2.4. Espaços florestais com funções predominantes de recreio e valorização da paisagem; 2.3. Espaços de Exploração de recursos energéticos e geológicos 2.4. Espaços naturais e paisagísticos 2.5. Espaços de atividades industriais 2.6. Outras categorias de solo rústico: 2.6.1. Espaços culturais; 2.6.2. Espaços de ocupação turística; 2.6.3. Espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações; 2.6.4. Aglomerados rurais; 2.6.5. Áreas de edificação dispersa.
3. Valores culturais 4. Rede viária 5. Infraestruturas urbanas		3. Espaços-canal	

Quadro 6 – Comparação da classificação e qualificação do solo no PDMO com o DR nº 15/2015

Esse ajustamento será simples e quase direto na classe e categorias de solo rural para solo rústico e será mais complexo na classe e categorias de solo urbano, em particular na categoria de solos urbanizáveis, para solo urbano ou para solo rústico.

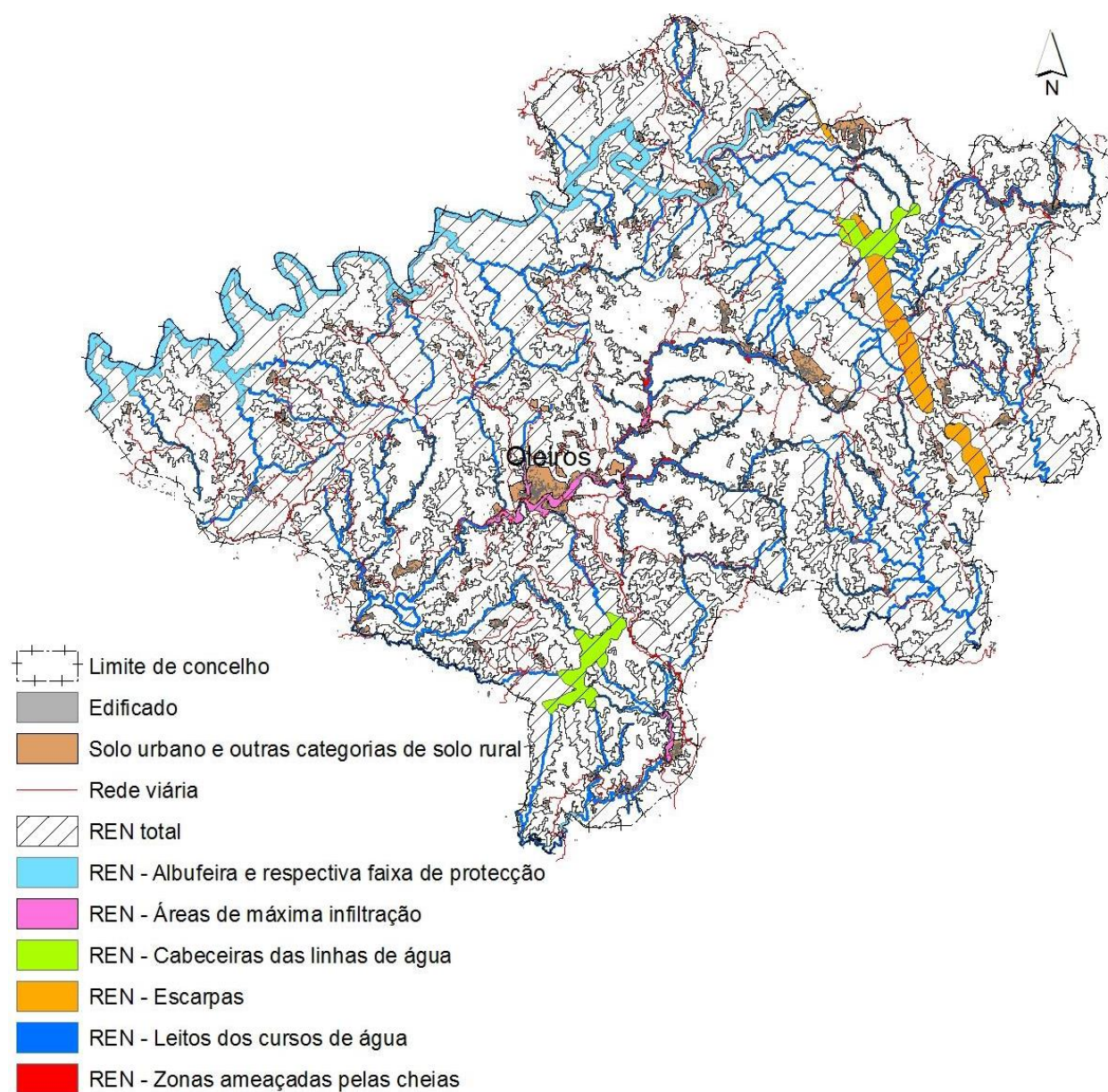
Os 93,65 ha de solo urbanizável delimitados no PDMO, afetos a usos residenciais, a atividades económicas e a usos especiais deverão ser reclassificados como solo urbano ou como solo rústico tendo em conta o grau de execução e de ocupação destas áreas conforme estabelecido no DR nº 15/2015.

Estes solos urbanizáveis encontram-se delimitados nos aglomerados de Cardosa, Cancinos, Espinheiros, Estreito, Madeirã, Mosteiro, Oleiros, Orvalho, Vale de Souto, Sarnadas de São Simão, Sobral de Baixo e Vilar Barroco, na praia fluvial de Cambas e numa área junto ao rio Zêzere em Madeirã.

Os ajustamentos ocorrerão na planta de ordenamento e nas disposições regulamentares do PDMO em vigor.

Reserva Ecológica Municipal constante do PDMO *versus* o atual regime jurídico

A delimitação da REN no município de Oleiros foi realizada pela CCDRC no âmbito da revisão do PDMO e foi aprovada pela Portaria nº 1/2016, 18 de janeiro. As áreas da REN no concelho de Oleiros ocupam 29 586 ha, correspondente a 62,8% da sua superfície total (Figura 25).



Fonte: CMO

Figura 25 – Áreas da REN no município de Oleiros (adaptado de PLURAL/CMO, 2015)

A delimitação da REN foi efetuada de acordo com regime estabelecido no DL nº 16/2008, de 22 de agosto, tendo em atenção as áreas a integrar definidas no DL nº 93/90, de 19 de março e no quadro do regime transitório fixado pelo artigo 43º do DL nº 239/2012, de 2 de novembro.

Com a RCM nº 81/2012, de 3 de outubro foram aprovadas as novas orientações estratégicas para a REN. Estas orientações entraram em vigor com o DL nº 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo DL nº

124/2019, de 28 de agosto. Posteriormente, a Portaria nº 336/2019, de 26 de setembro aprovou a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da REN.

Estas orientações não se encontram vertidas na delimitação das áreas da REN no município de Oleiros.

Embora possa existir correspondência direta entre algumas das áreas integradas na REN do município de Oleiros e aquelas que poderão vir a ser integradas no quadro de uma nova delimitação municipal da REN no concelho de Oleiros, de acordo com o definido no DL nº 124/2019, de 28 de agosto, é de admitir que haverá diferenças substanciais entre a REN em vigor e a resultante da nova delimitação.

Considerando que alguns critérios de delimitação foram alterados e que algumas áreas da REN do município de Oleiros como as “Áreas com risco de erosão”, e “Escarpas”, deixarão de existir e que as “Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo” e as “Áreas de instabilidade de vertentes” serão diferentes é expectável que a área total do município integrada na REN também seja diferente.

Áreas integradas na REN de Oleiros Portaria nº 1/2016, de 18 de janeiro	Áreas a integrar na REN de Oleiros DL nº 124/2019, de 28 de agosto.
Leitos dos cursos de água	1. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre 1.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens 1.2. Lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção 1.3. Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção 1.4. Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.
Zonas ameaçadas pelas cheias	
Albufeiras e faixas de proteção	
Cabeceiras das linhas de água	
Áreas de máxima infiltração	
Áreas com risco de erosão	
Escarpas	2. Áreas de prevenção de riscos naturais 2.1. Zonas adjacentes 2.2. Zonas ameaçadas pelas cheias 2.3. Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo 2.4. Áreas de instabilidade de vertentes

Quadro 7 – Áreas integradas na REN no PDMO, versus novo regime da REN

Sistema Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios

Na sequência da entrada em vigor do DL nº 14/2019, de 21 de janeiro, que veio clarificar os condicionalismos à edificação no espaço rural, no âmbito do Sistema Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios, será necessário promover a sua articulação com o PDMO.

Cartografia do PDMO

A 1ª Revisão do PDMO foi realizada com a cartografia do IGeoE, a Carta Militar de Portugal, Série M888, editada em 1993. Esta cartografia tem mais de 20 anos e encontra-se muito desatualizada.

A elaboração da revisão do PDMO deve ser efetuada de acordo com o disposto no DL nº 193/95, de 28 de julho, na redação que lhe foi conferida pelo DL nº 141/2014, de 19 de setembro, e DL nº 130/2019, de 30 de agosto, e não poderá ter mais do que 5 anos.

Portanto para o procedimento de revisão do PDMO será necessário proceder à aquisição de cartografia de base que cumpra os requisitos definidos naquele diploma legal.

Como a CMO já iniciou o procedimento de aquisição de cartografia para ultrapassar as questões anteriormente enunciadas, relativas a prazos, normas e especificações técnicas, com um rigor posicional superior ao da cartografia utilizada na 1ª Revisão do PDMO, antevêem-se problemas decorrentes da transposição de informação da versão do PDMO em vigor, constante da Planta de Condicionantes e da Planta de Ordenamento, adquirida e representada uma escala menor (1:25 000) para uma escala superior (1:10 000). Estes problemas deverão ser ultrapassados no quadro do procedimento de revisão do PDMO.

5.3. Aspetos críticos na gestão dos planos territoriais municipais

Na gestão das transformações territoriais no concelho de Oleiros são apontadas três questões de maior importância pelos serviços técnicos e administrativos de urbanismo da CMO e pelos munícipes.

Estas questões criam problemas quer aos que pretendem promover operações de alteração dos usos do solo no território do município (proprietários, empresários e projetistas) quer aos que têm que informar e decidir sobre esses processos de alteração dos usos do solo (serviços técnicos e decisores políticos).

Em primeiro lugar, a deficiente qualidade e legibilidade da cartografia da Carta de Ordenamento e da Carta de Condicionantes que dificultam a identificação concreta das pretensões de alteração do uso do solo nas classes de espaço delimitadas e a consequente aplicação das disposições regulamentares.

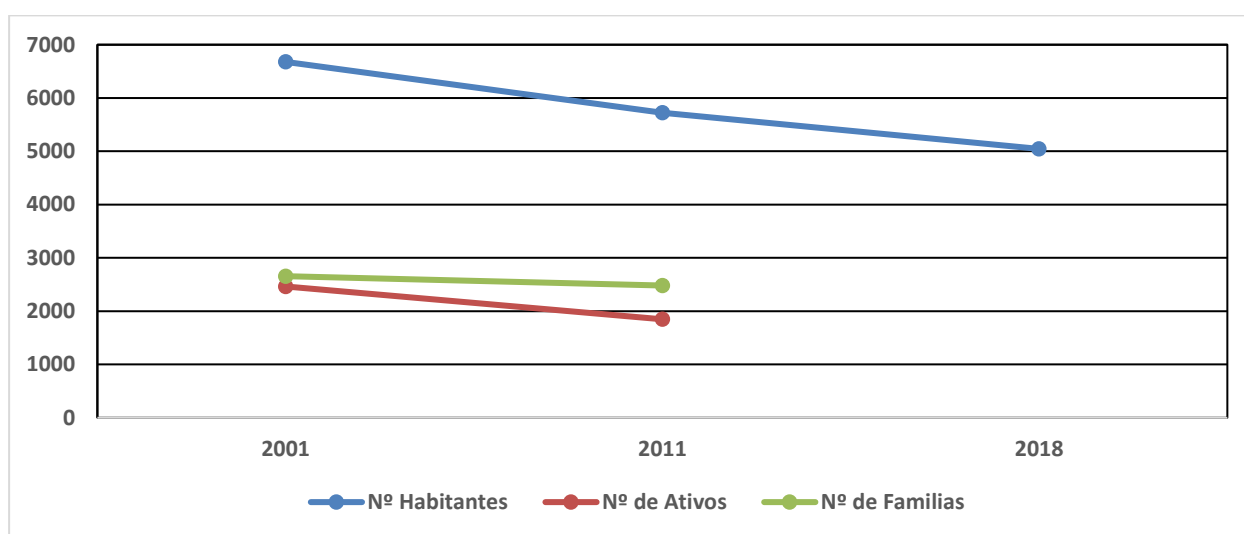
Em segundo, algumas disposições regulamentares do PDMO revelam-se inadequadas à realidade do município de Oleiros, dificultando a realização de investimentos e de obras de urbanização e de edificação por parte dos munícipes e dos investidores. Por outro lado, a redação de algumas dessas disposições regulamentares não é clara e pode suscitar interpretações diversas. A correção material efetuada em 2019, resultou precisamente da inadequação da disposição regulamentar e da sua deficiente redação.

Finalmente, a área de Reserva Ecológica Municipal no município de Oleiros é muito extensa e coloca problemas à gestão das transformações territoriais, impedindo por vezes a realização de investimentos e de projetos com interesse para o desenvolvimento do município.

6. Dinâmicas setoriais

6.1. Demográfica e social

A população residente no concelho tem vindo a diminuir, passando de cerca de 7 000 habitantes em 2001, para cerca de 5 000, em 2018 (segundo estimativa do INE). Em 2011 o número de famílias era de cerca de 2 500 e o número de ativos era inferior a 2 000 (Figura 26).



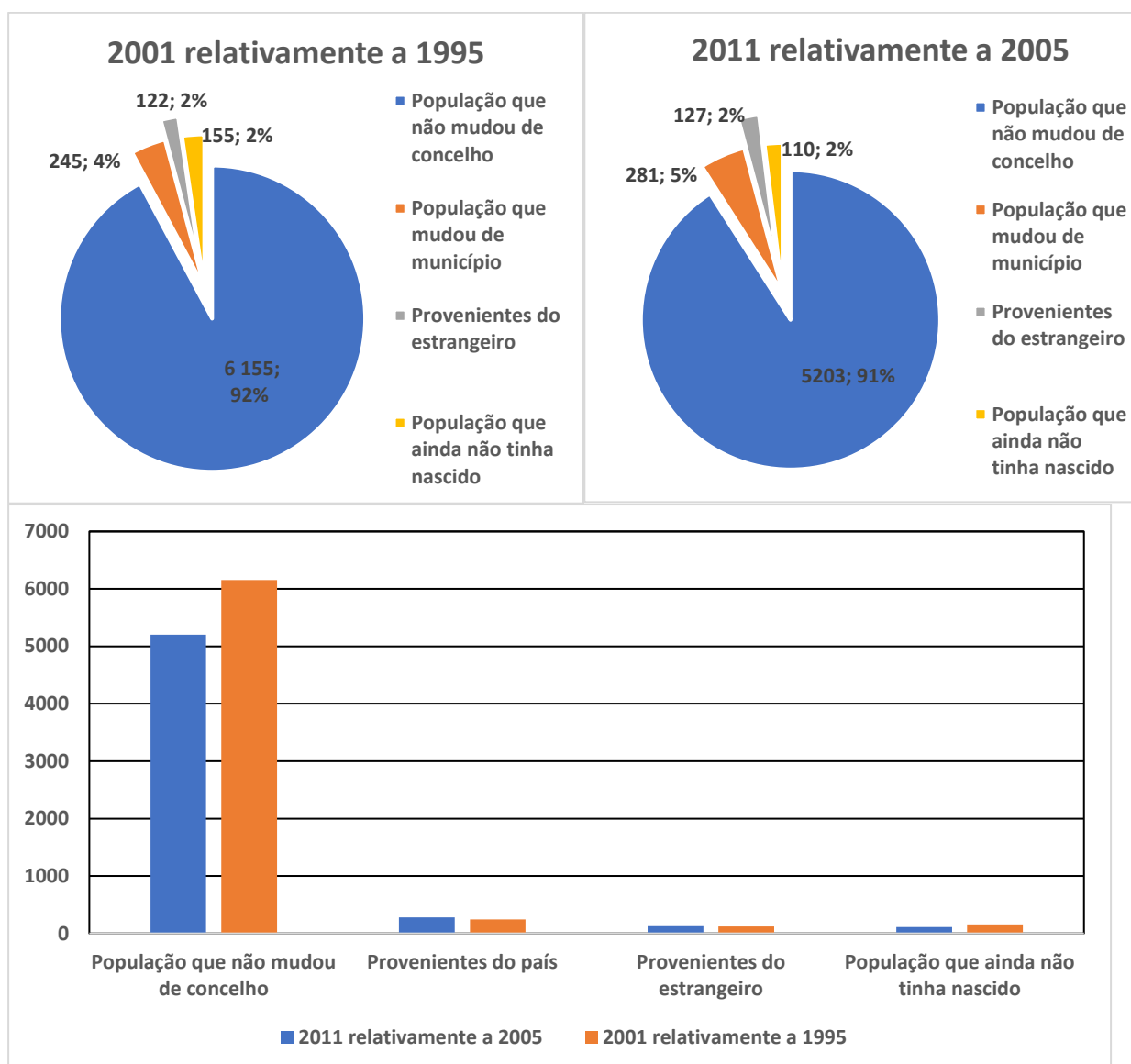
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

INE, Estimativas de População para o ano de 2018

Figura 26 - Evolução da população, famílias e ativos residentes no concelho de Oleiros

A dimensão média da família reduziu-se de 2,5 pessoas/família em 2001 para 2,3 em 2011, o que significa haver uma tendência para famílias de dimensão reduzida (1 e 2 pessoas) com residência habitual no concelho e um decréscimo do número de filhos por família.

Segundo o INE, a taxa de atração total decenal foi de 6% em 2001 e de 7% em 2011, o que significa que o concelho de Oleiros tem atraído população proveniente de outros municípios do país e do estrangeiro (Figura 27).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 27 - Evolução da população residente no concelho de Oleiros, por origem geográfica, em 2001 e 2011

A taxa bruta de atividade teve uma ligeira diminuição, o que revela um decréscimo da população ativa e da população empregada e, simultaneamente, uma diminuição da população dos jovens não ativos (Quadro 8).

O aumento do rácio Nº de Famílias/Nº de Ativos é indiciador de que, em média, existem cada vez mais ativos nas famílias e que existem quase 1,5 ativos em cada família o que, num contexto de envelhecimento, poderá pressionar as políticas sociais para dar resposta adequada a estruturas etárias muito envelhecidas e dependentes.

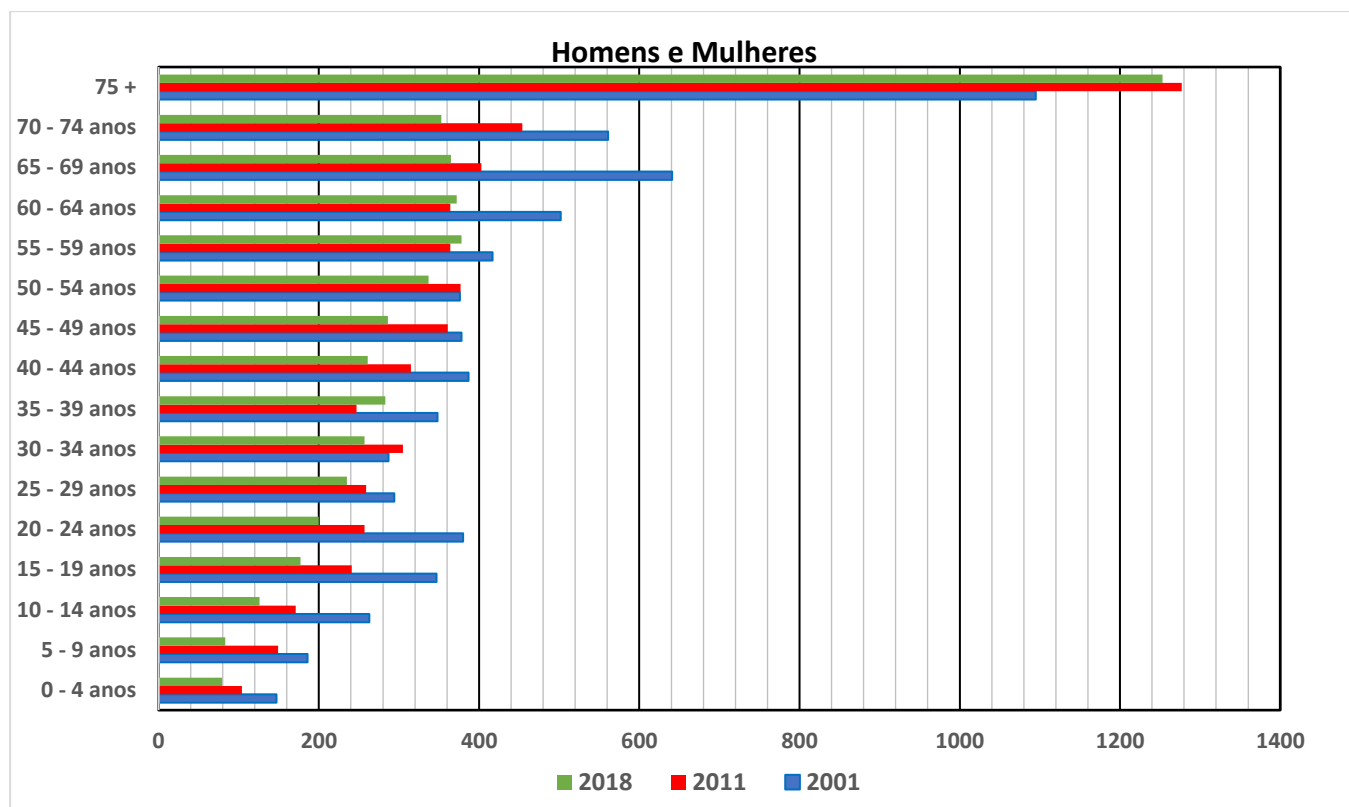
	2001	2011
Nº de Habitantes/Nº de famílias *	2,5	2,3
Nº de Ativos/Nº de Habitantes **	0,4	0,3
Nº de Famílias/Nº de Ativos	1,1	1,3

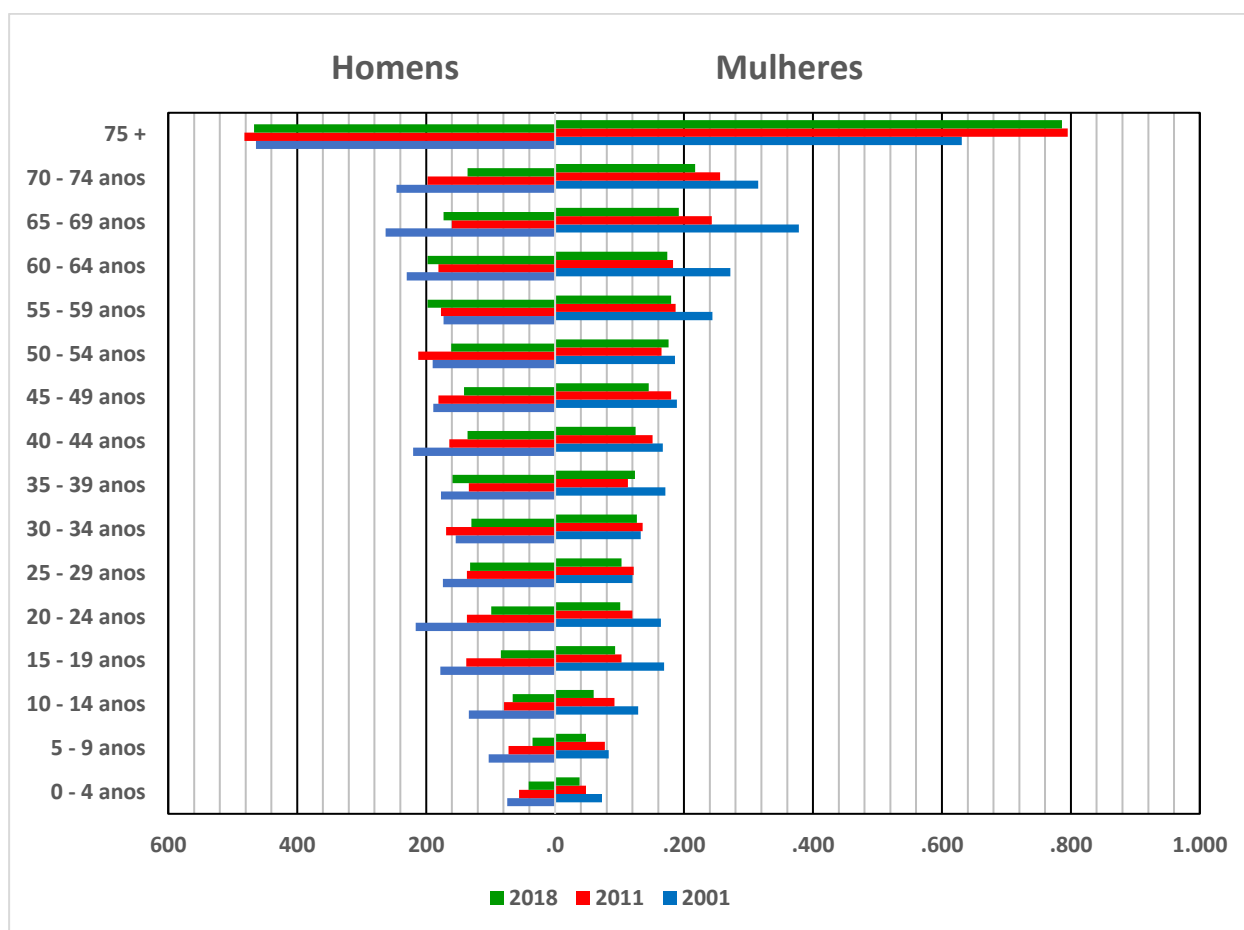
* Dimensão média da família ** Taxa bruta de atividade (%)

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Quadro 8 - Evolução de diversos indicadores demográficos, no concelho de Oleiros

A estrutura etária da população residente por grupos quinquenais revela um acentuado duplo envelhecimento, na base e no topo entre 2001 e 2018. Segundo a estimativa do INE para 2018, o grupo etário dos 75+ anos era representado por mais de 1 200 indivíduos, seis vezes mais que os indivíduos do grupo dos 0-4 e 5-9 anos, e mais do quadruplo dos indivíduos dos grupos etários 10-14 e 15-19 anos. A população feminina era superior à masculina, em cerca de 300 indivíduos, apresentado um envelhecimento generalizado mais acentuado, sobretudo no grupo etário 75+ anos (Figura 28).





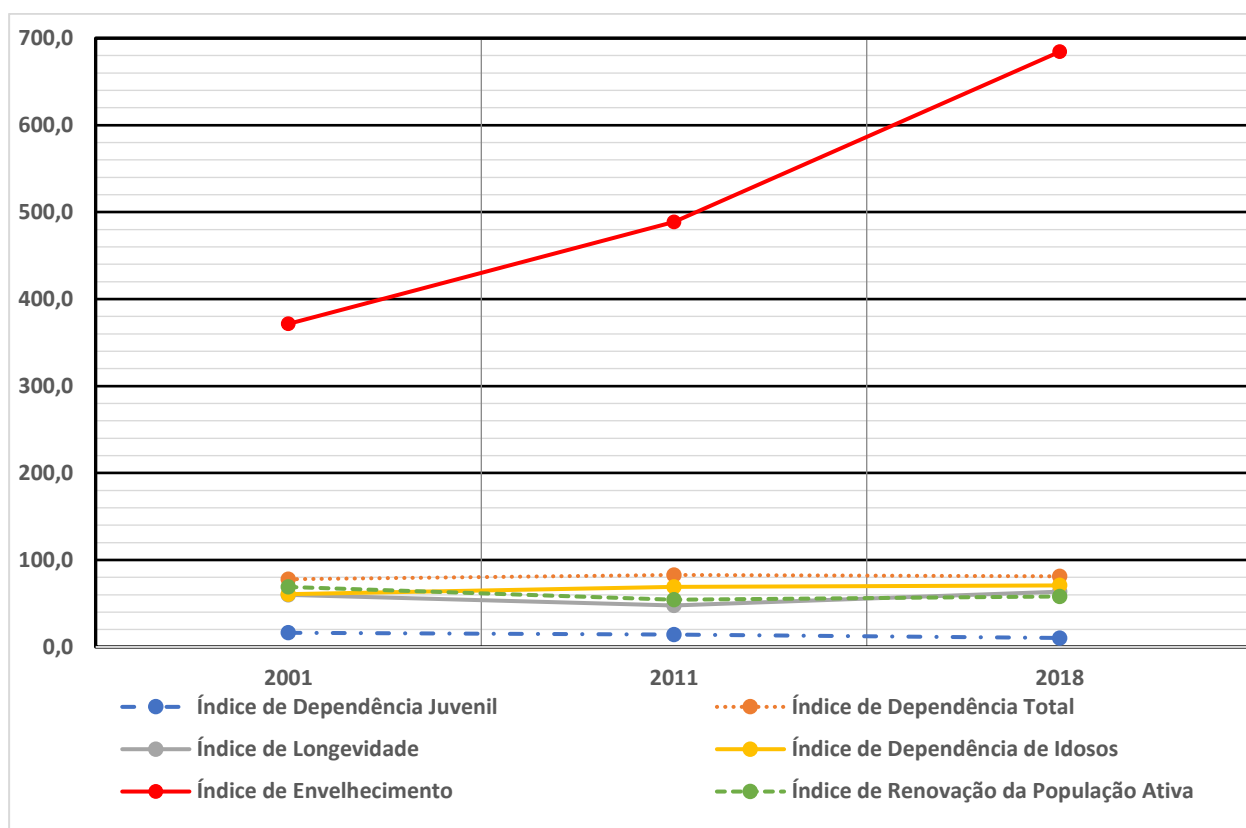
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

INE, Estimativas de população para 2018

Figura 28 - Pirâmide etária da população residente no concelho de Oleiros, 2001, 2011 e 2019

Os índices demográficos revelam uma população fortemente envelhecida e dependente, que gera pressão sobre os recursos, problemas no mercado de trabalho e questões de sustentabilidade das políticas sociais e equipamentos que apoiam os grupos sociais dos jovens e dos idosos por razões opostas.

O índice de envelhecimento mantém a trajetória permanente de subida, mais acentuada nos últimos anos; o índice de dependência juvenil mantém a tendência de queda e o índice de dependência dos idosos, que subiu entre 2001-2011, estabilizou até 2018. O índice de longevidade degradou-se a partir de 2011, contrariando a tendência do período 2001- 2011. O índice de dependência total, que aumentou até 2011, demonstra, em 2018, uma ligeira tendência de descida. No que toca ao índice de renovação da população ativa, o seu valor tem oscilado bastante, não sendo evidente uma tendência (Figura 29).



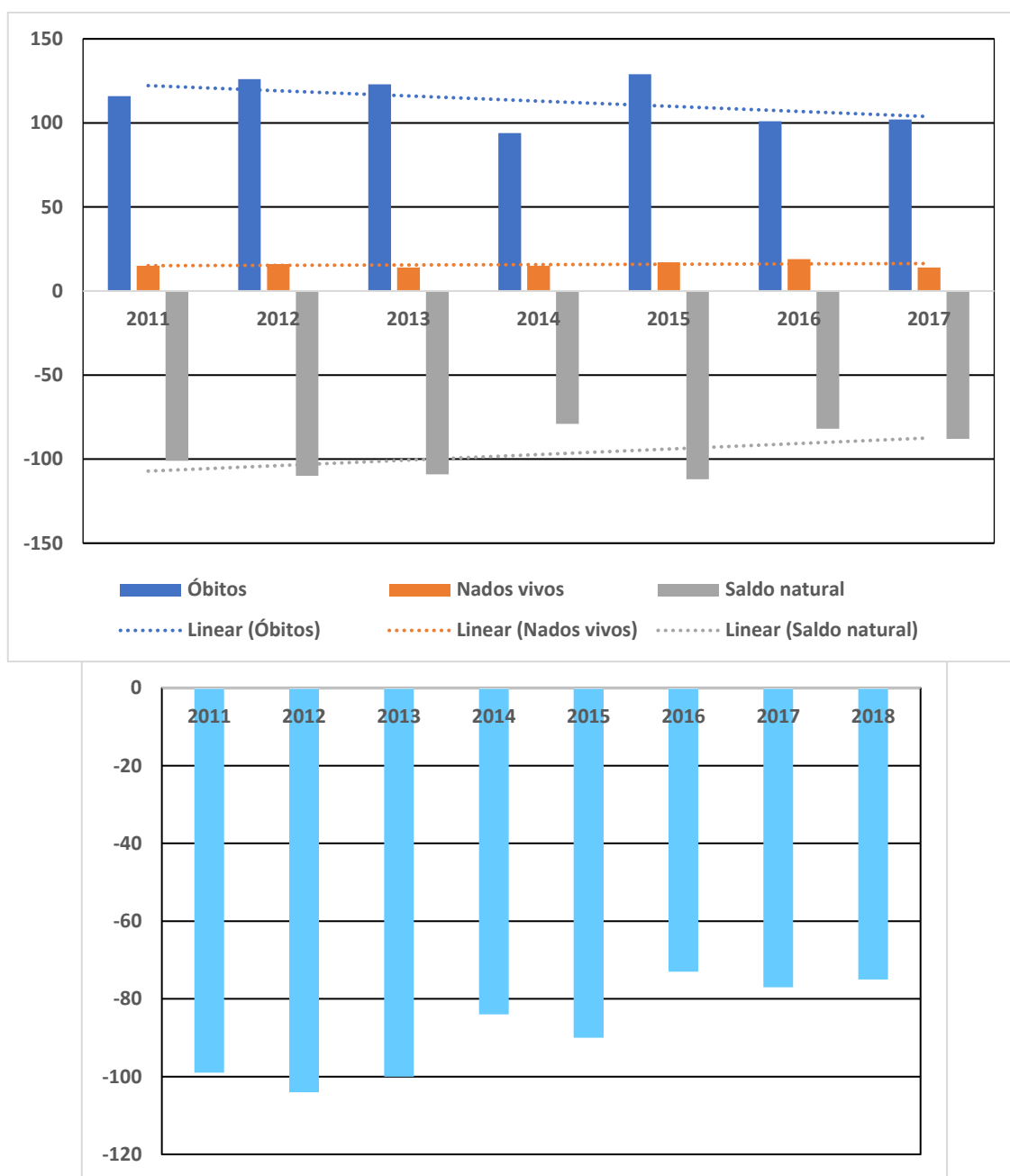
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

INE, Estimativas de população para 2018

Figura 29 - Evolução de índices demográficos, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2018

A situação nos últimos agravou-se por via do registo simultâneo de saldos natural e migratório negativos que se verifica desde 2011, com uma perda média anual estimada em cerca de 95 indivíduos.

No entanto, desde 2015 nota-se uma tendência para ambos os saldos melhorarem (Figura 30).



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

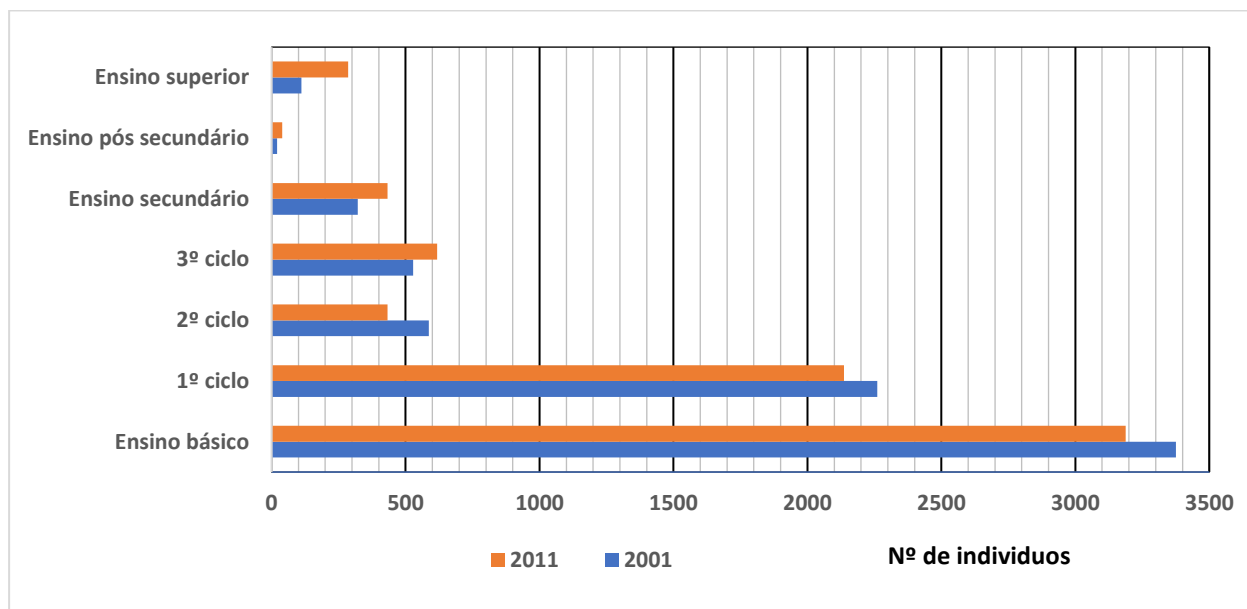
Figura 30 - Evolução dos saldos natural e migratório, no concelho de Oleiros, entre 2011 e 2017

Níveis de escolaridade

A oferta de formação escolar abrange, no município de Oleiros, a totalidade dos níveis de ensino, à exceção do ensino superior.

A escolaridade da população residente registou uma melhoria generalizada, no que toca ao número de indivíduos e nos níveis de escolaridade dos mesmos. Em relação ao ano de 2001, o terceiro ciclo (7º a 9º

ano) aumentou cerca de 100 alunos e o ensino secundário cerca de 110. O ensino pós-secundário (organizado em CET - Cursos de Especialização Tecnológica) duplicou os seus valores. Os estudantes do ensino superior eram quase 300 (Figura 31).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 31 - Evolução dos níveis de escolaridade da população residente, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

População ativa

Segundo o INE, a população empregada registou um decréscimo de cerca de 600 ativos, entre os anos de 2001 e 2011. A taxa de atividade reduziu-se 6% enquanto a taxa de desemprego subiu 2,1% (Quadro 9).

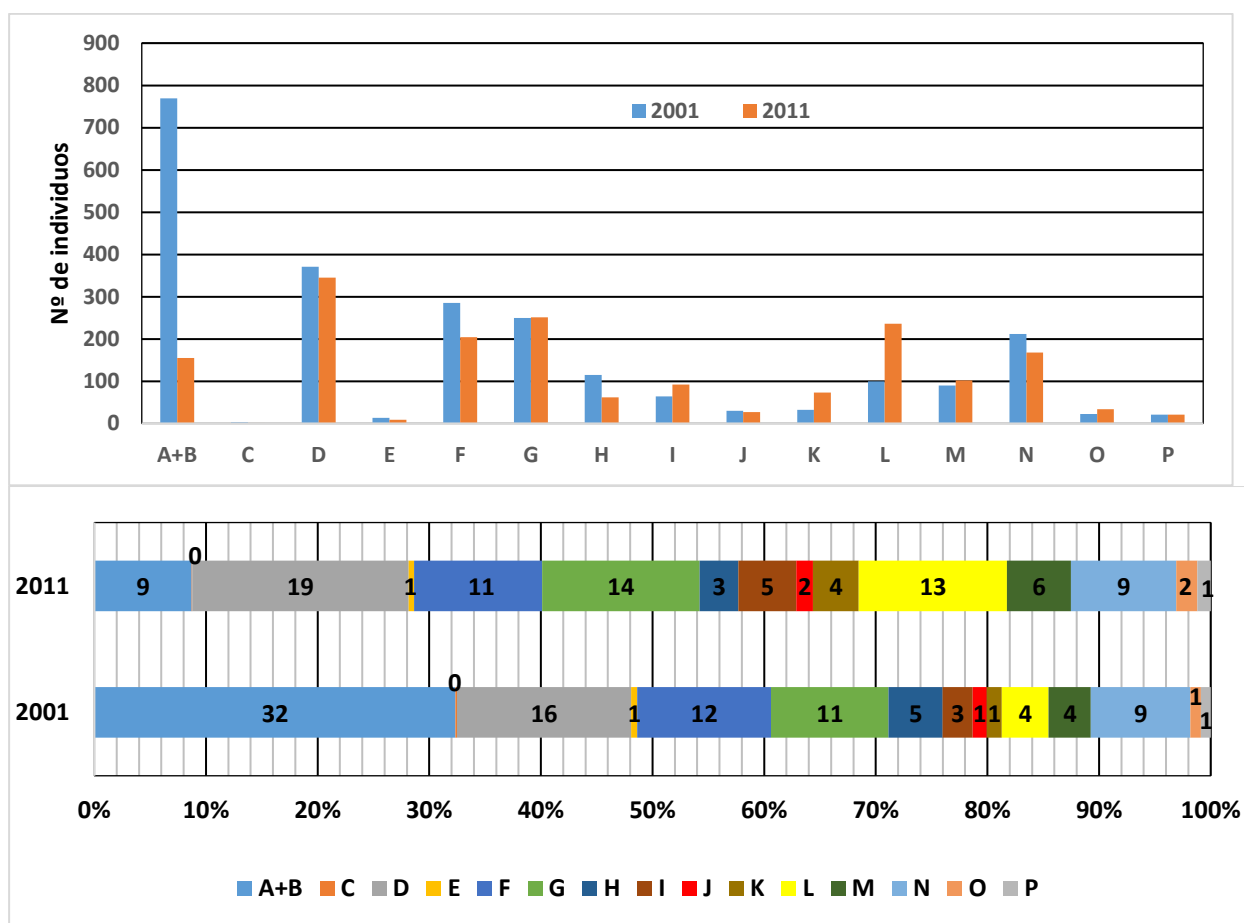
Indicador	2001	2011
População com Atividade Económica	2.377	1.753
População Inativa	3.596	3.480
Taxa de Atividade (%)	40,7	34,7
Taxa de Desemprego (%)	3,5	5,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Quadro 9 - Evolução da população ativa, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

A diminuição da população ativa empregada ocorreu, sobretudo, no número de ativos nos ramos da Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca (-614 ativos), da Construção (-81 ativos) e Alojamento e Restauração (-53 ativos). Esta diminuição foi parcialmente compensada pelos crescimentos dos ativos nos ramos da Administração Pública, Defesa e Segurança Social (+136), dos Transportes, Armazenagem e Comunicações (+28) e das Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (+41). Alguns setores como Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal, e Atividades das famílias com empregados domésticos e Atividades de produção das famílias para uso próprio, mantiveram os valores durante os dois momentos censitários.

O ramo de atividade mais representativo em termos de número de ativos em 2011 era o ramo das Indústrias Transformadoras, enquanto em 2001 era o da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (Figura 32).



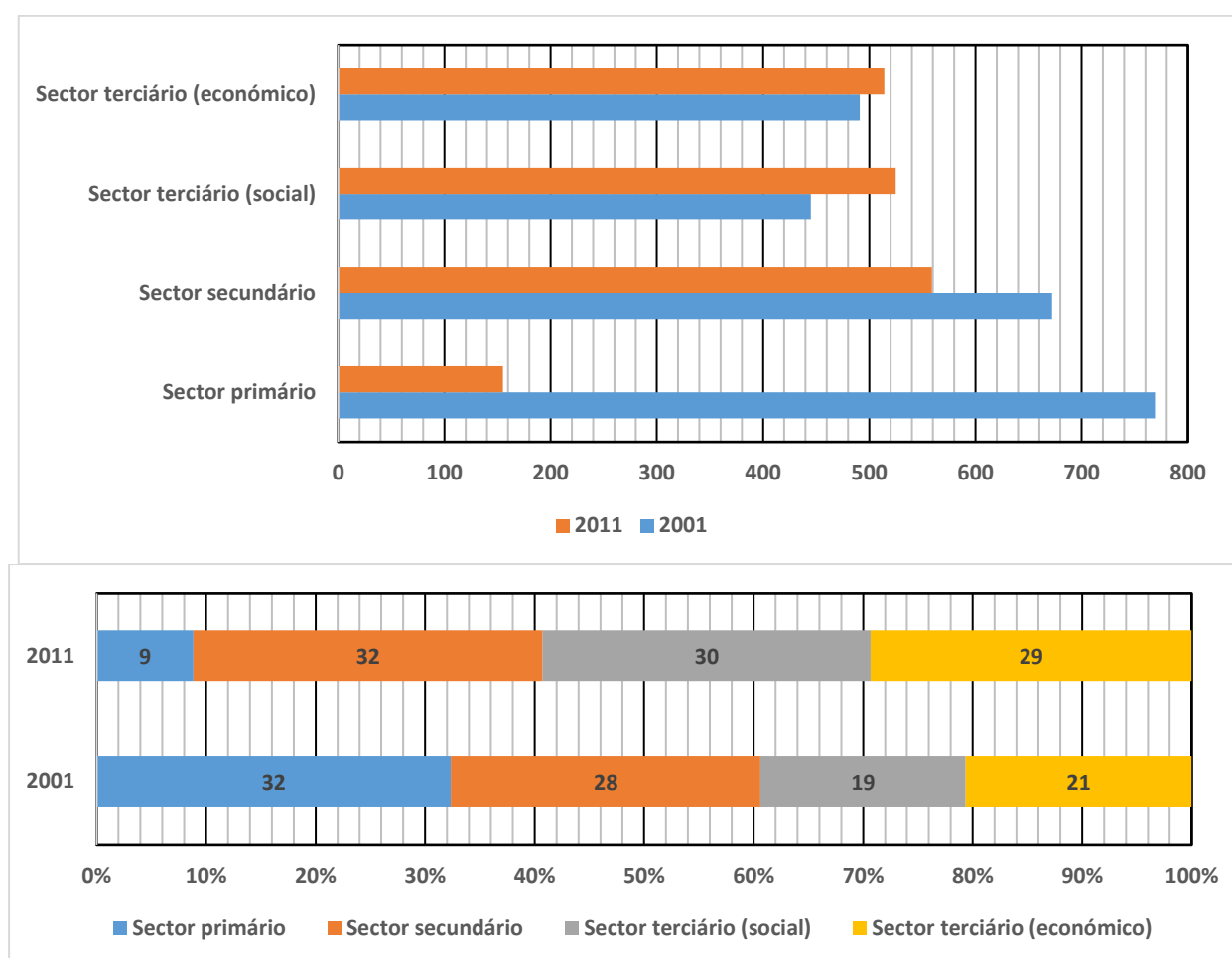
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Legenda:

A + B - Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca; **C** - Indústrias Extrativas; **D** - Indústrias Transformadoras; **E** - Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água; **F** - Construção; **G** - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico; **H** - Alojamento e Restauração; **I** - Transportes, Armazenagem e Comunicações; **J** - Atividades Financeiras; **K** - Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas; **L** - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; **M** - Educação; **N** - Saúde e Ação Social; **O** - Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais; **P** - Famílias com Empregados Domésticos; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

Figura 32 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

O setor primário registou uma diminuição do número de ativos, tal como o setor secundário, mas este em menor grau. O setor terciário registou um incremento no subsector social (+80 ativos), adaptando-se à nova realidade socioeconómica concelhia. No global o setor terciário representava, em 2011, 59% do total de ativos (Figura 33).



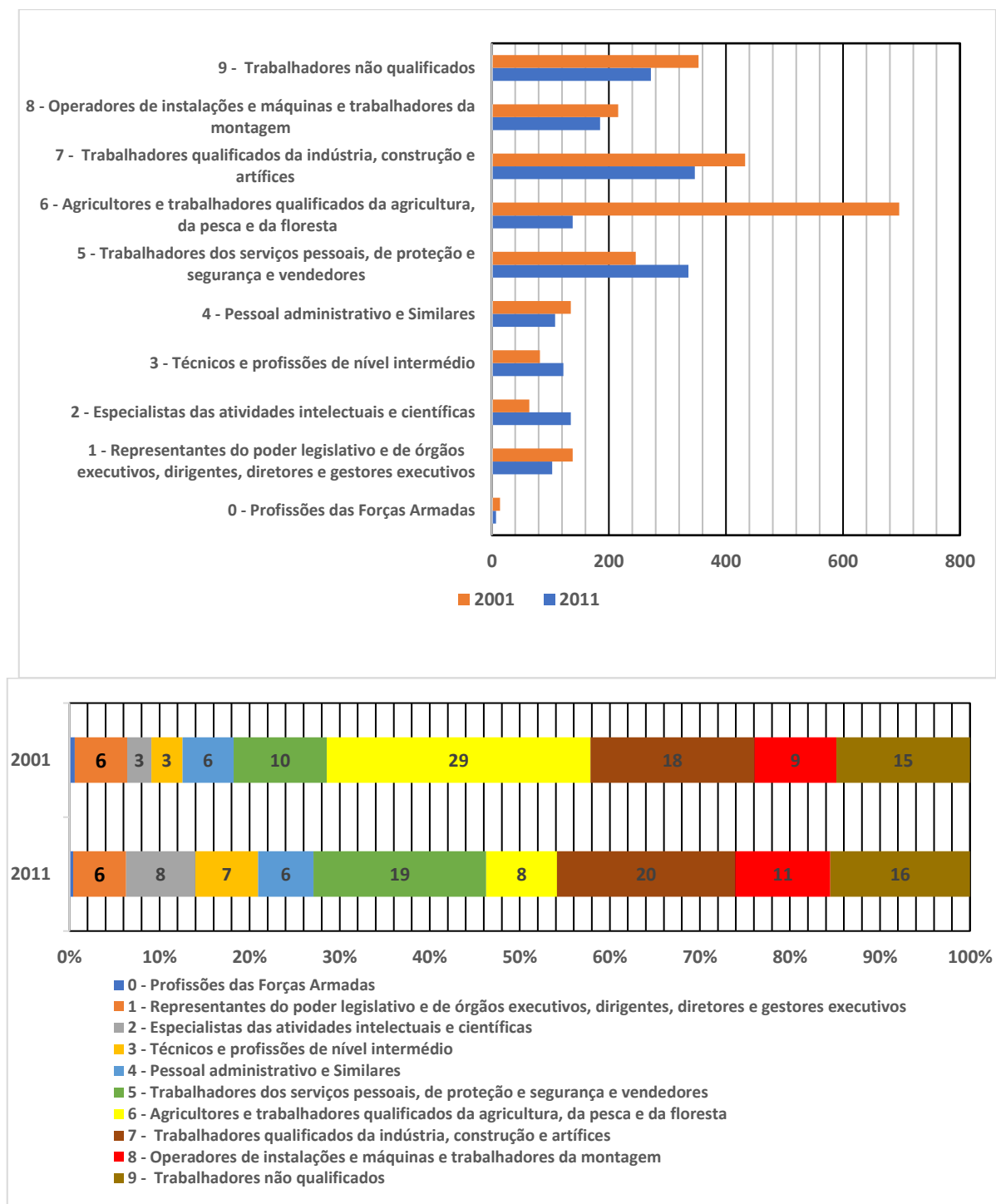
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 33 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

Em termos de profissões há que salientar alguns aspetos: a forte subida dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, que quase duplicaram o seu valor, passando a ser o segundo grupo mais representativo (19% do total de ativos), a diminuição dos Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, que sofrem uma redução superior a dois terços e o peso dos Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices que passaram a ser o grupo profissional que mais funcionários emprega.

Os grupos do Pessoal administrativo e similares e o dos Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos, mantiveram inalterados a sua proporção no peso das profissões.

De registar, também, o aumento dos Técnicos e profissões de nível intermédio e dos Especialistas das atividades intelectuais e científicas, em linha com a nova realidade socioeconómica de reforço da tendência para a terciarização da economia do concelho (Figura 34).

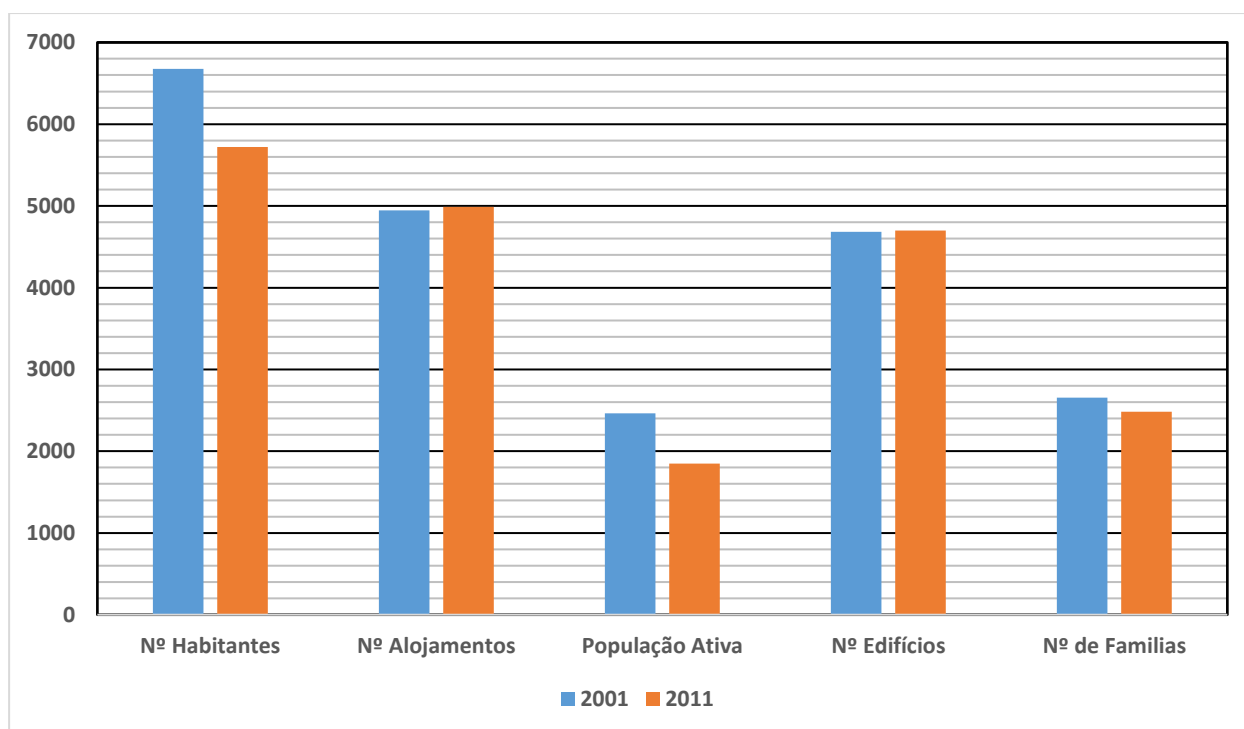


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 34 - Evolução da população residente ativa empregada por profissões, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

6.2. Povoamento e estrutura territorial

Ao longo dos últimos dois momentos censitários, o concelho de Oleiros tem registado uma tendência de ligeira subida, no que toca ao nº de alojamentos e ao nº de edifícios. Quanto ao nº de habitantes e à população ativa, estes têm vindo a descer. O nº de famílias também diminuiu, mas em menor proporção (Figura 35).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 35 - Evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

A taxa de ocupação dos alojamentos manteve-se estável. A dimensão média da família reduziu-se de 2,5 para 2,3 pessoas e a taxa bruta de atividade registou uma pequena descida (Quadro 10).

	2001	2011
Nº de Famílias/Nº de Alojamentos*	0,5	0,5
Nº de Habitantes/Nº de Famílias **	2,5	2,3
Nº de Alojamentos/Nº de Edifícios	1,1	1,1
Nº de Ativos/Nº de Habitantes ***	0,4	0,3
Nº de Famílias/Nº de Ativos	1,1	1,3

* Taxa de ocupação dos alojamentos (%) ** Dimensão média da família *** Taxa bruta de atividade (%)

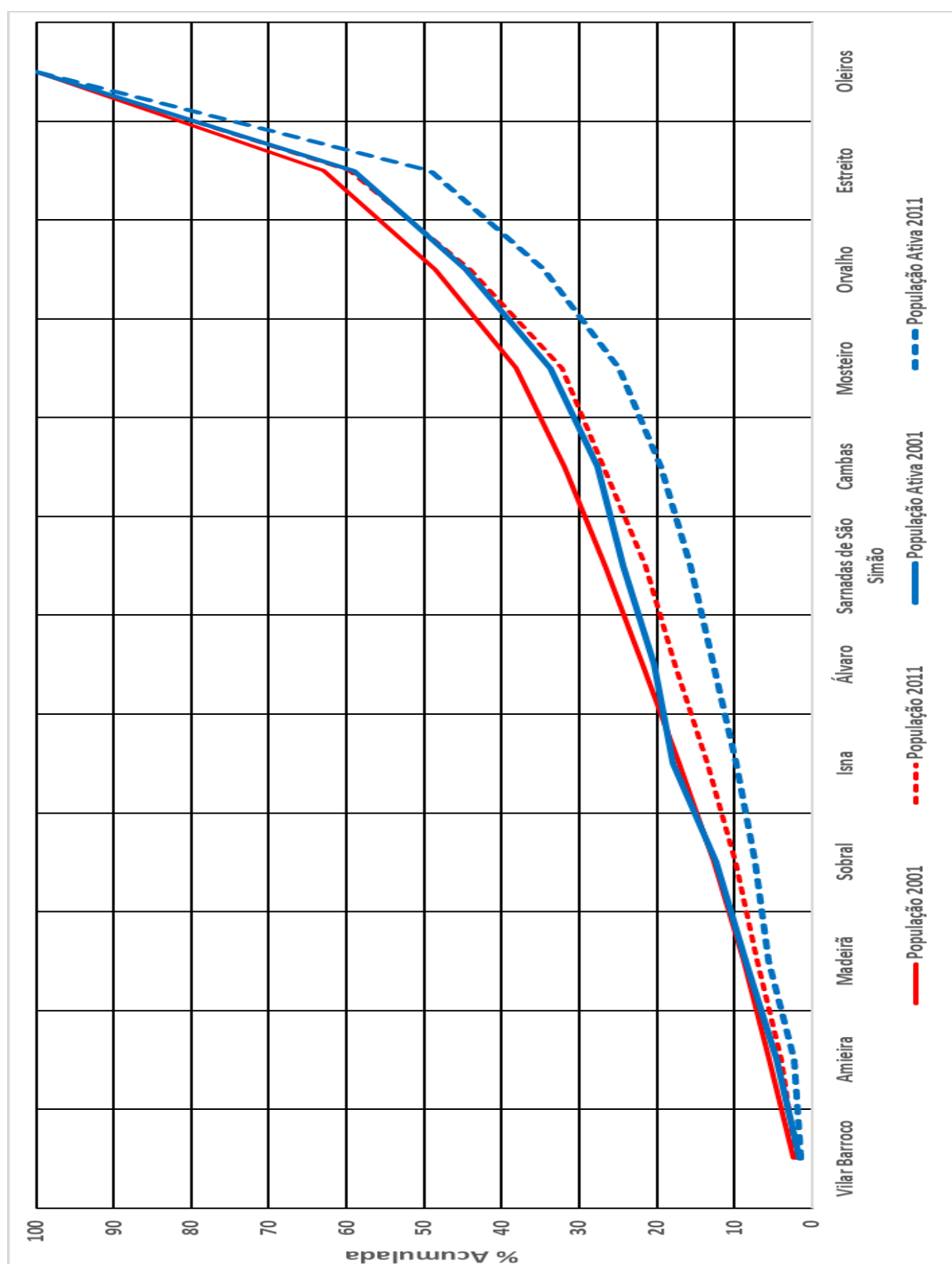
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Quadro 10 - Evolução de diversos indicadores no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

Uma avaliação mais fina deste quadro concelhio permite constatar que o objetivo geral definido no quadro da 1ª Revisão do PDMO de “Reforço da importância da sede de concelho”, é consistente com a evolução registada na estrutura do povoamento ao longo do tempo, em que a vila de Oleiros assume cada vez mais importância populacional, de oferta de serviços e de equipamentos.

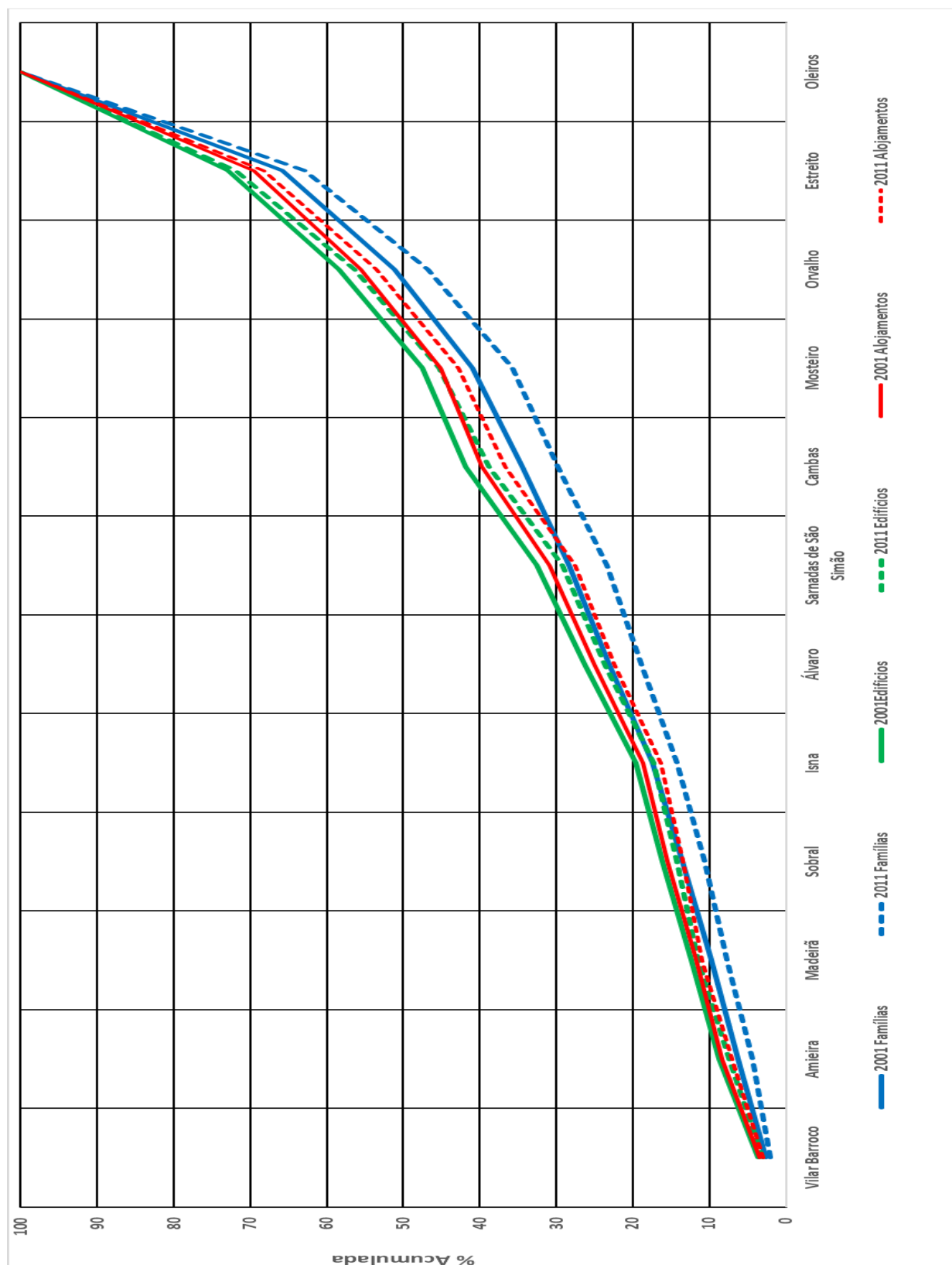
Entre 2001 e 2011, apenas duas freguesias (Oleiros e Orvalho) registaram aumentos do número de famílias; seis freguesias (Cambas, Estreito, Madeirã, Mosteiro, Oleiros e Orvalho) registaram aumentos do número de alojamentos e de edifícios (Anexos II e III).

Em 2011 a freguesia de Oleiros concentrava 40% da população residente, 51% da população ativa, 37% das famílias, 32% dos alojamentos e 28% dos edifícios do concelho (Figuras 36 e 37).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 36 - Distribuição percentual acumulada da população residente e da população ativa nas freguesias do concelho de Oleiros, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 37 - Distribuição percentual acumulada das famílias, alojamentos e edifícios nas freguesias do concelho de Oleiros, em 2001 e 2011

No período 2001 a 2011, a larga maioria dos aglomerados estatísticos registou perdas (mais ou menos expressivas) de população, famílias, alojamentos e edifícios. Apenas 9 aglomerados registaram aumentos de população residente e do número de famílias; 35 aglomerados registaram aumento do número de alojamentos; e 35 aglomerados aumentaram o número de edifícios. Num contexto demográfico adverso, é de destacar a resiliência territorial de 8 aglomerados (Cambas, Cancinos, Carvalheira, Oleiros, Orvalho, Rebisca, Retaxo e São Torcato) que conseguem aumentar a população, as famílias, os alojamentos e os edifícios. Seis aglomerados conseguem aumentar três dos indicadores, 21 têm aumentos em dois indicadores e 5 aumentam um dos indicadores. Dos outros aglomerados, alguns conseguem manter, pelo menos, um dos quatro os valores analisados (Anexos IV e V).

A estrutura territorial é constituída por um elevado número de muitos pequenos aglomerados de população. Dos 92 aglomerados estatísticos identificados no censo de 2011, apenas Oleiros ultrapassava os 1 000 habitantes (com 1 054). No escalão 500-1 000 habitantes foi recenseado o aglomerado de Orvalho e no escalão 100-500 habitantes 7 aglomerados. Abaixo dos 100 habitantes foram recenseados 83 aglomerados populacionais.

Outro facto relevante também é que, embora a população residente isolada e o número de famílias isoladas, de acordo com o critério aplicado nos censos, se tenham reduzido em 1,7% (-250 indivíduos) e 1,6% (-66), respetivamente, entre aquelas duas datas, o número de alojamentos e de edifícios isolados aumentou 0,2% (+18) 0,2% (+16), respetivamente, o que indicia um aumento da dispersão da edificação.

6.3. Usos do solo

Tendo por base a informação das Cartas de Ocupação e Uso do Solo relativas aos anos de 1995 (COS 1995) e 2015 (COS 2015) relativas ao concelho de Oleiros, verificaram-se alterações significativas em termos de ocupação e uso do solo neste período temporal. Por um lado, uma diminuição significativa das áreas afetadas à Floresta (-4 515,2 ha), à Agricultura (-142,3 ha) e em menor grau às Pastagens (-0,5 ha). Estas foram compensadas por um aumento da área ocupada por Matos (+4 560,3 ha), dos Territórios Artificializados (+82,3 ha), dos Corpos de Água (+7,9 ha) e dos Espaços descobertos ou com vegetação esparsa (+7,5 ha). No que toca aos Sistemas Agroflorestais, não houve alteração.

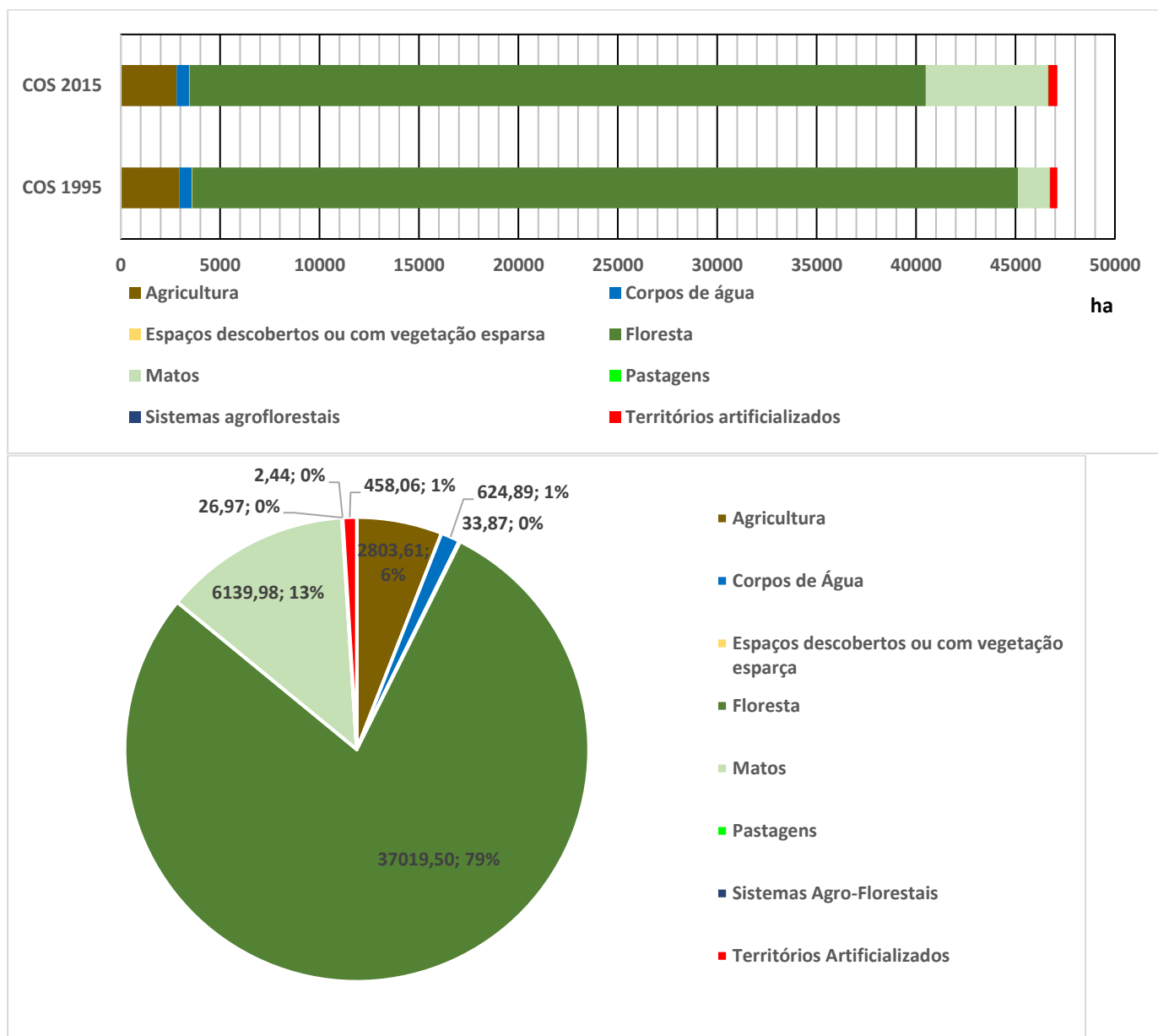
Esta dinâmica da transformação dos usos e ocupações do solo resulta da forte diminuição da população agrícola e das atividades relacionadas com a agricultura e silvicultura que liberta espaços para o crescente

processo de urbanização que exige uma cada vez maior afetação de solos à urbanização e à edificação (Quadro 11 e Figura 38).

Classes de uso do solo	COS 1995		COS 2015		Variação	
	Absoluta (ha)	%	Absoluta (ha)	%	Absoluta (ha)	%
Agricultura	2 945,89	6,3	2 803,61	6,0	-142,3	-4,8
Corpos de Água	617,04	1,3	624,89	1,3	7,9	1,3
Espaços descobertos ou com vegetação esparsa	26,38	0,1	33,87	0,1	7,5	28,4
Floresta	41 534,69	88,2	37 019,50	78,6	-4 515,2	-10,9
Matos	1 579,68	3,4	6 139,98	13,0	4 560,3	288,7
Pastagens	27,43	0,1	26,97	0,1	-0,5	-1,7
Sistemas Agroflorestais	2,44	0,0	2,44	0,0	0,0	0,0
Territórios Artificializados	375,78	0,8	458,06	1,0	82,3	21,9
TOTAL	47 109,32	100,0	47 109,33	100,0	-	-

Fonte: DGT, COS 1995 e COS 2015

Quadro 11 - Evolução dos usos do solo, no concelho de Oleiros, entre 1995 e 2015



Fonte: DGT, COS 1995 e COS 2015

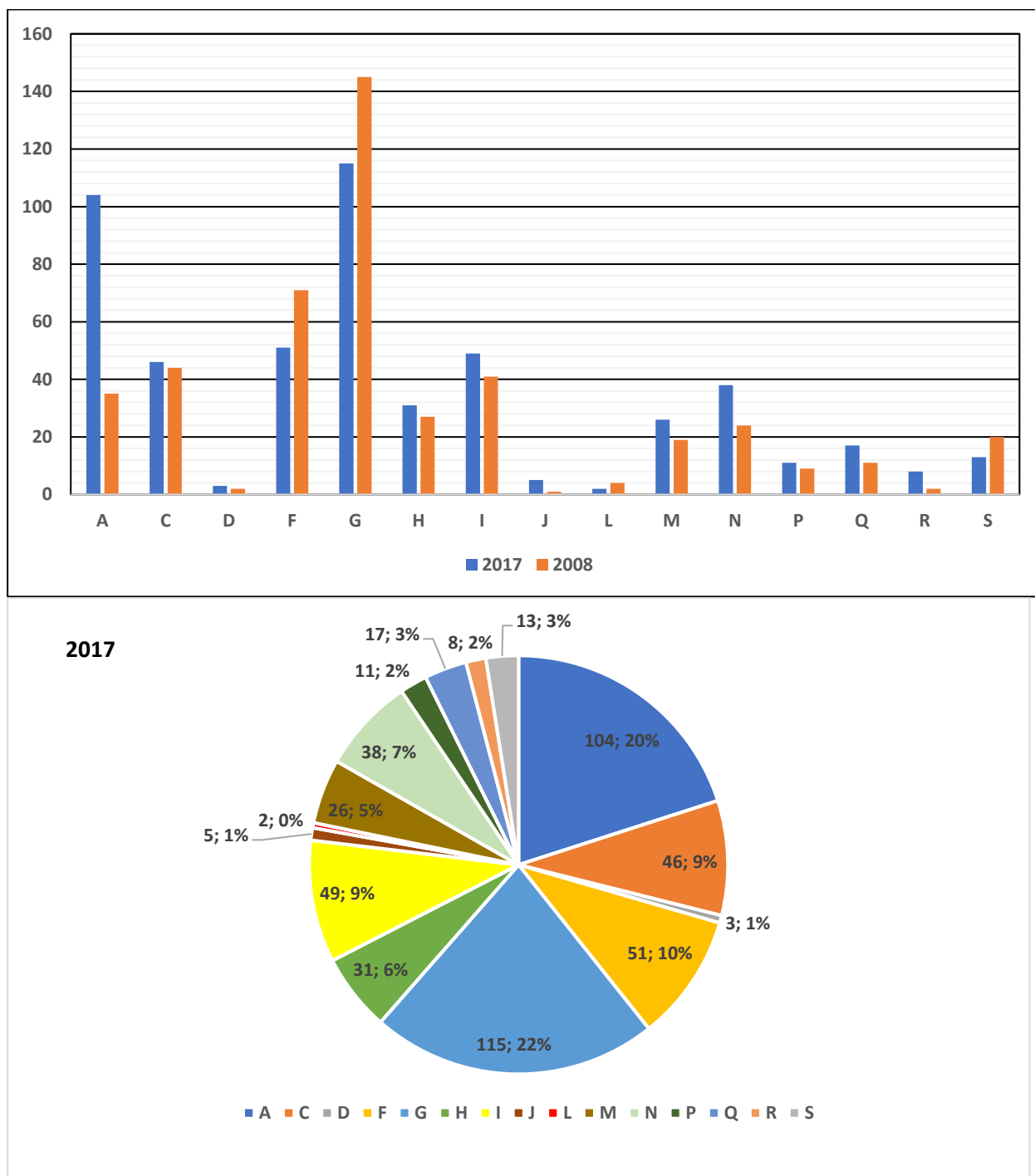
Figura 38 - Evolução dos usos do solo, no concelho de Oleiros, entre 1995 e 2015

6.4. Atividades económicas

Segundo informação do INE, o número de empresas com sede no município de Oleiros registou um aumento de 64 empresas entre 2008 e 2017, que só não foi mais elevado por ter havido uma queda das empresas do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (-30 sociedades) e da Construção (-20 empresas).

Os setores que mais contribuíram para este desenvolvimento foram a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (+69 empresas), as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (+14), o Alojamento, restauração e similares (+8), as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (+7), as Atividades de saúde humana e apoio social e as Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (ambas com +6).

Das 519 empresas existentes no concelho em 2017, 115 (22%) eram do ramo do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, 104 (20%) correspondiam à Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e 51 (10%) representavam a Construção, sendo estes os 3 ramos onde existiam maior número de empresas (Figura 39).



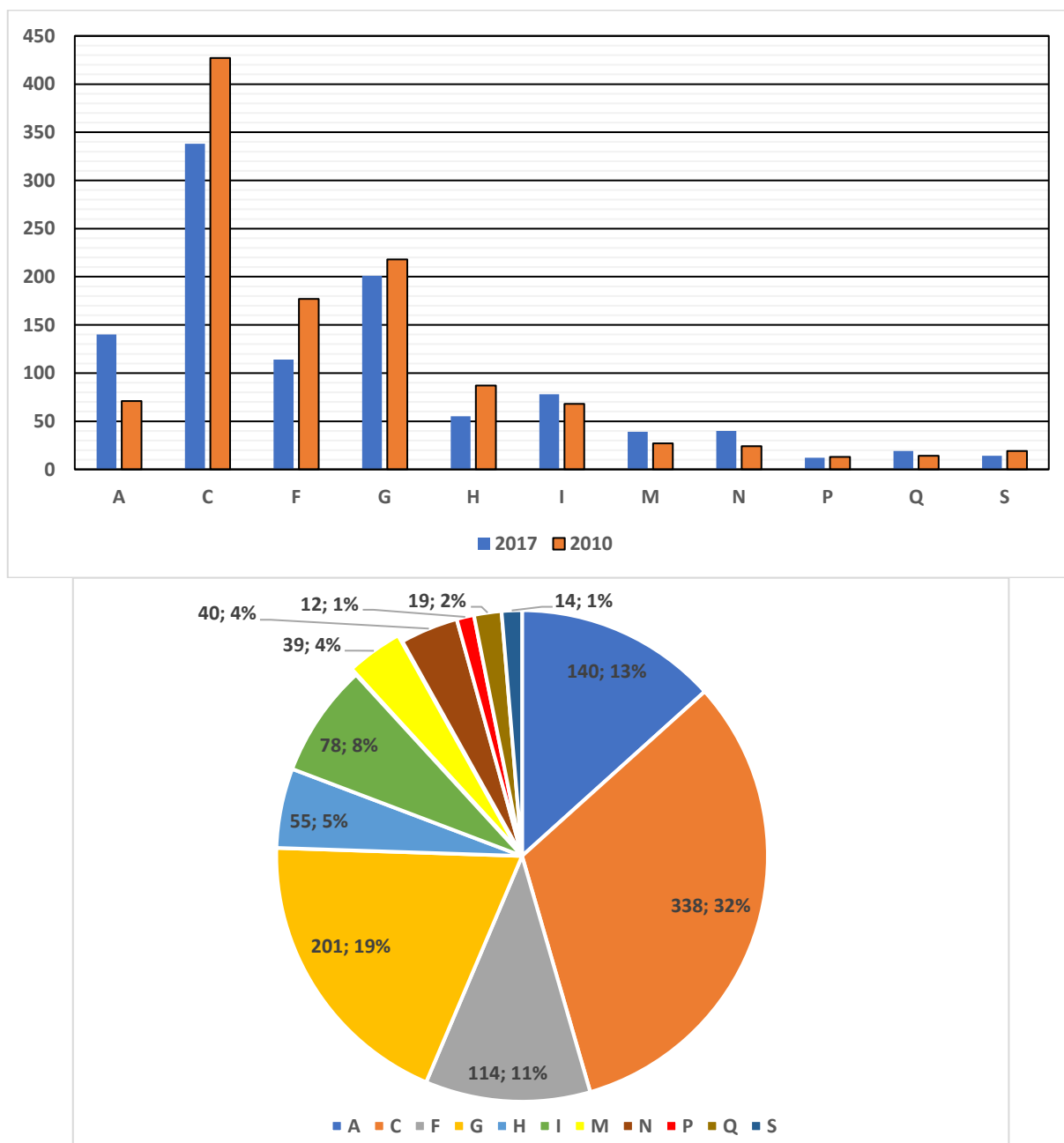
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Figura 39 - Empresas no município de Oleiros por ramo de atividade (CAE Rev. 3), 2009 e 2017

Embora o número de empresas no concelho de Oleiros tenha aumentado entre 2010 e 2017, de acordo com o INE, o pessoal ao serviço nos estabelecimentos registou um decréscimo de 95 postos de trabalho. Esta quebra ocorreu sobretudo nas Indústrias transformadoras (C), na Construção (F) e nos Transportes e armazenagem (H). O aumento registado na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A, que duplicou a quantidade de trabalhadores), nas Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) e nas Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), não compensaram as perdas registadas.

Em 2017, o ramo de atividade das Indústrias transformadoras representava 338 postos de trabalho (32% do total do pessoal), seguindo-se o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (com 201 funcionários e 19%) e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (com 140 postos e 13%) (Figura 40).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

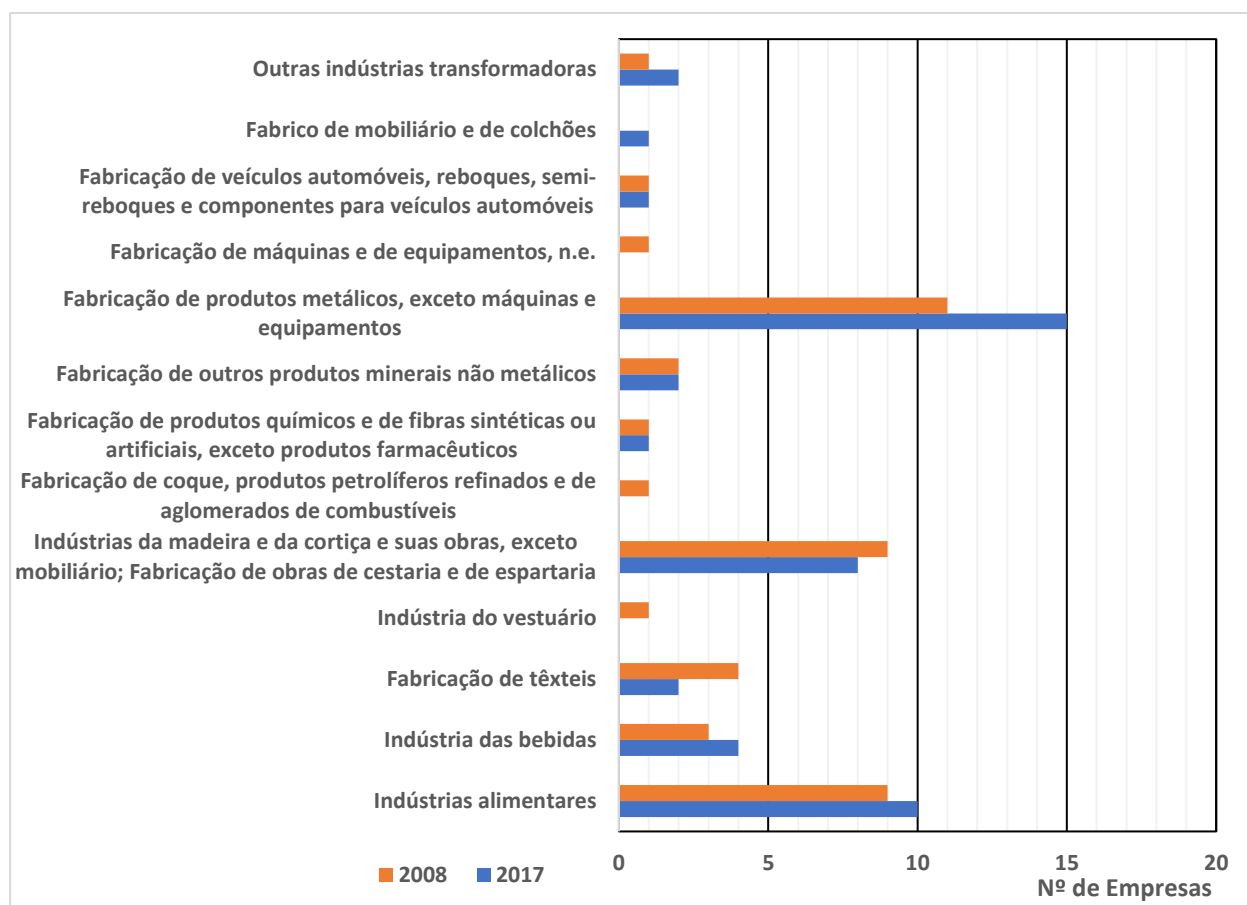
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

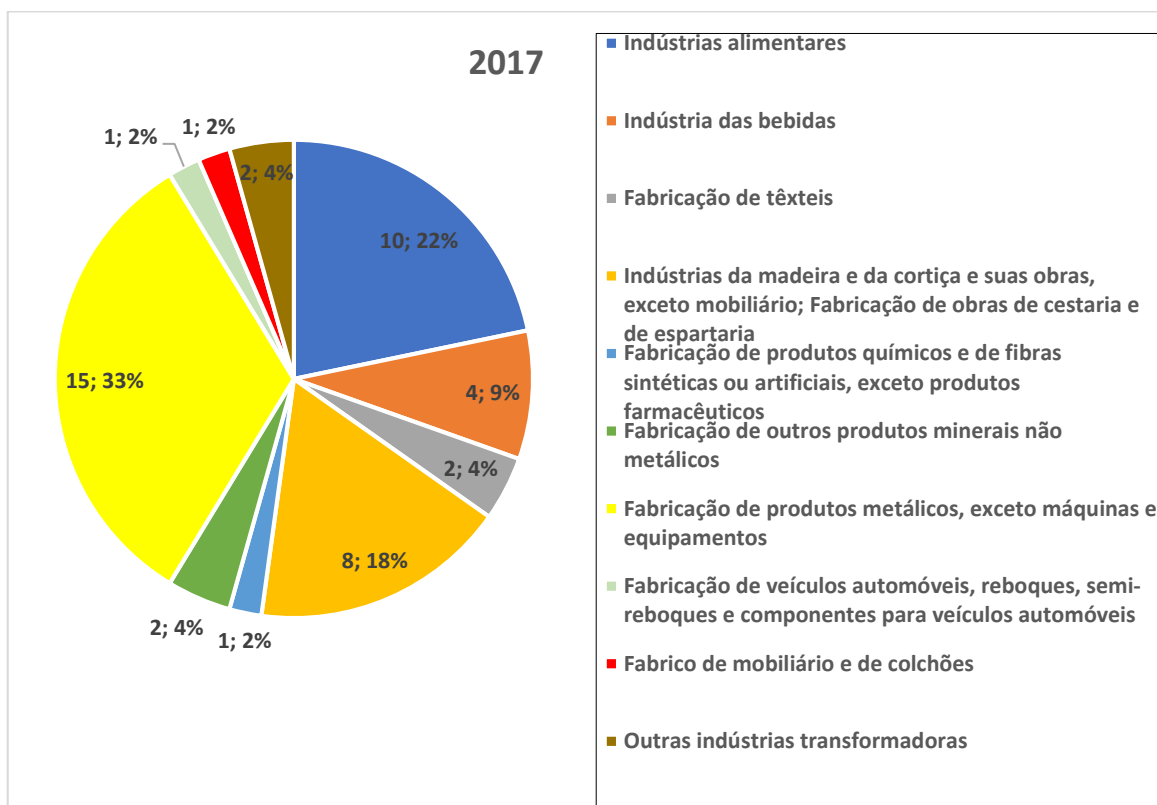
Figura 40 - Pessoal ao serviço nos estabelecimentos existentes, no concelho de Oleiros, por ramo de atividade económica (CAE Rev. 3), 2010 e 2017

Indústria Transformadora

A indústria transformadora, em Oleiros, não tem manifestado uma tendência clara no período 2008-2017. O número de empresas oscilou em torno das 40.

Das 46 empresas existentes em 2017, 15 (33%) dedicavam-se à Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, 10 (22%) eram Indústrias alimentares e 8 (18%) trabalhavam a madeira, a cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria (Figura 41).

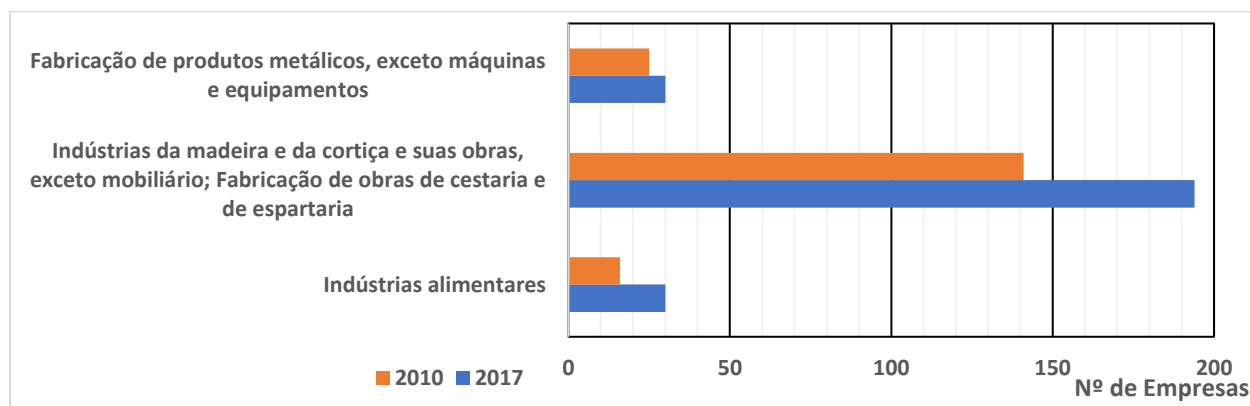




Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

Figura 41 - Empresas da indústria transformadora existentes, no concelho de Oleiros, por ramo de atividade económica (CAE Rev. 3), 2008/10 e 2017

O pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora beneficiou de um acréscimo de 72 postos de trabalho, no período entre 2010 e 2017 (Figura 42).





Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

Figura 42 - Pessoal ao serviço nos estabelecimentos existentes na indústria transformadora, no concelho de Oleiros, por ramo de atividade económica (CAE Rev. 3), 2010 e 2017

Turismo

A atividade turística no concelho de Oleiros apresentou uma dinâmica de crescimento em todos os indicadores disponíveis, o que corresponde a uma maior pressão sobre o território e os seus recursos e, ao mesmo tempo, um potencial de criação de riqueza, valor económico e emprego.

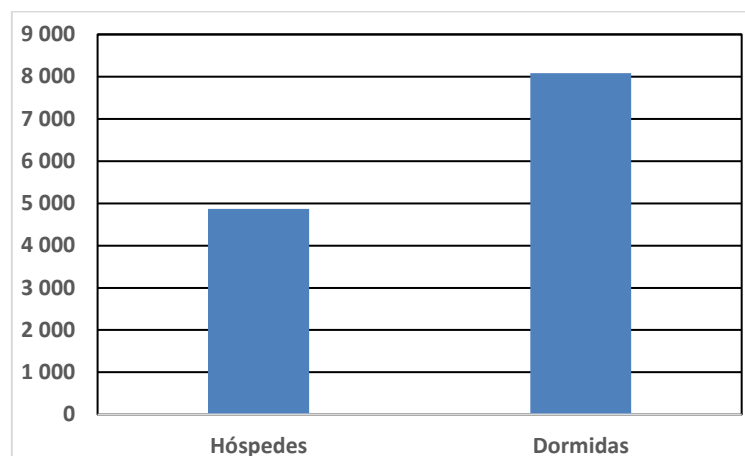
Relativamente ao ano de 2010, as estatísticas e os anuários estatísticos do INE não apresentam qualquer informação acerca dos estabelecimentos hoteleiros, sua capacidade e proveitos gerados. No ano de 2017, encontram registados 4 estabelecimentos hoteleiros, 94 camas e um total de 242 milhares de euros (Quadro 12).

	Estabelecimentos			Capacidade de alojamento			Proveitos de aposento		
	Nº			Nº			Milhares de €		
	Total	Hotéis	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	Total	Hotéis	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	Total	Hotéis	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação
2017	4	1	3	94	não disponível		242	não disponível	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

Quadro 12 - Evolução dos estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento e proveitos de aposento, no concelho de Oleiros, em 2017

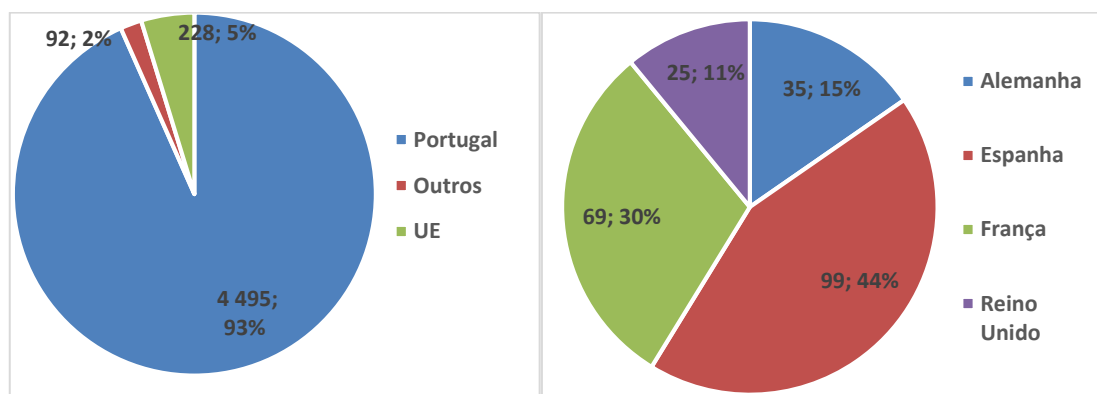
Para o ano de 2017, o número total de hóspedes foi de 4 868, que corresponderam a 8 085 dormidas (Figura 43).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

Figura 43 - Evolução do número de hóspedes e dormidas, nos estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho de Oleiros, em 2017

As taxas de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros mantiveram-se baixas ao longo deste período; em 2017 era de 23,2% da capacidade instalada e a estadia média não foi além dos 1,66 dias. A proveniência dos hóspedes é maioritariamente nacional; em 2017 corresponderam a 93% do total de hóspedes. Os hóspedes estrangeiros com maior expressão foram os espanhóis e os franceses (Figura 44).



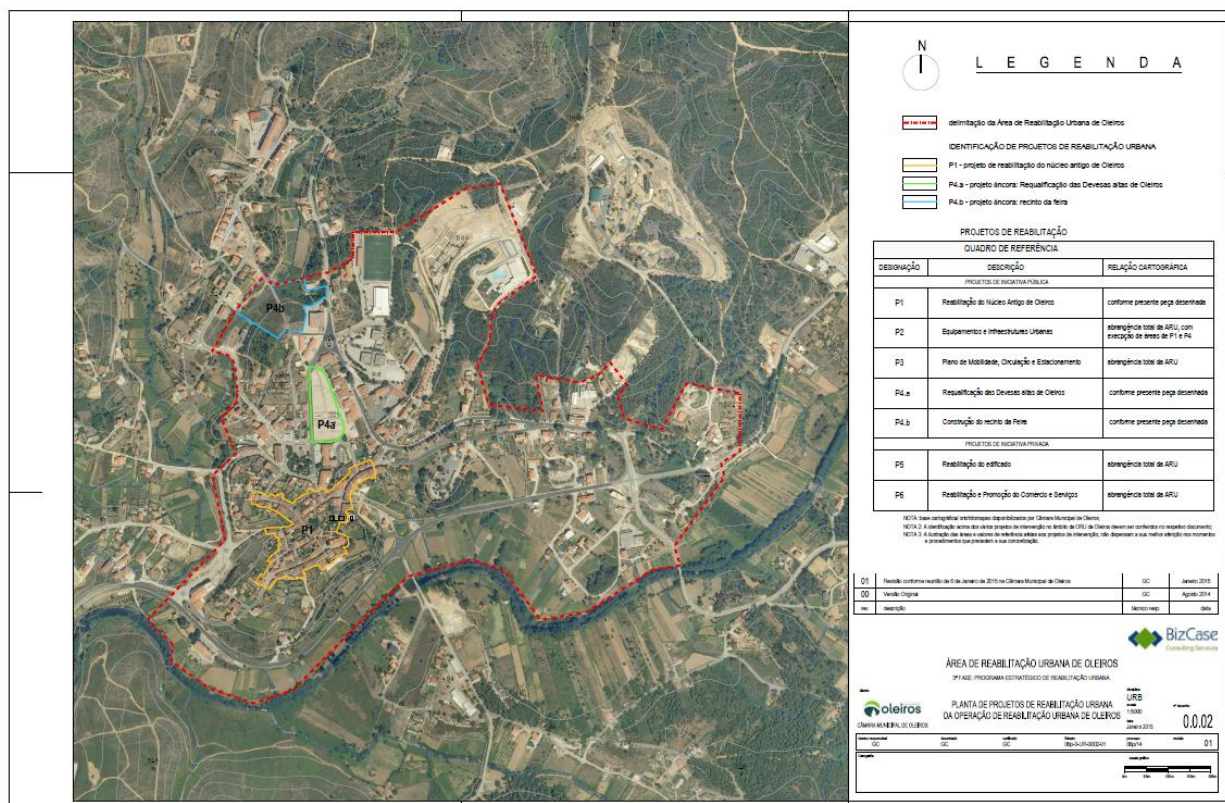
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro

Figura 44 - Número de hóspedes por nacionalidade nos estabelecimentos hoteleiros existentes, no concelho de Oleiros, em 2017

De acordo com o RNT (Registo Nacional de Turismo <https://rnt.turismodeportugal.pt>) em Oleiros existem 11 Alojamentos Locais (AL) de diferentes tipologias e capacidade de alojamento e 15 Empreendimentos turísticos.

6.5. Reabilitação urbana

No quadro do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro), foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vila de Oleiros (Aviso nº 5744/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 101, de 11 de maio) (Figura 45).

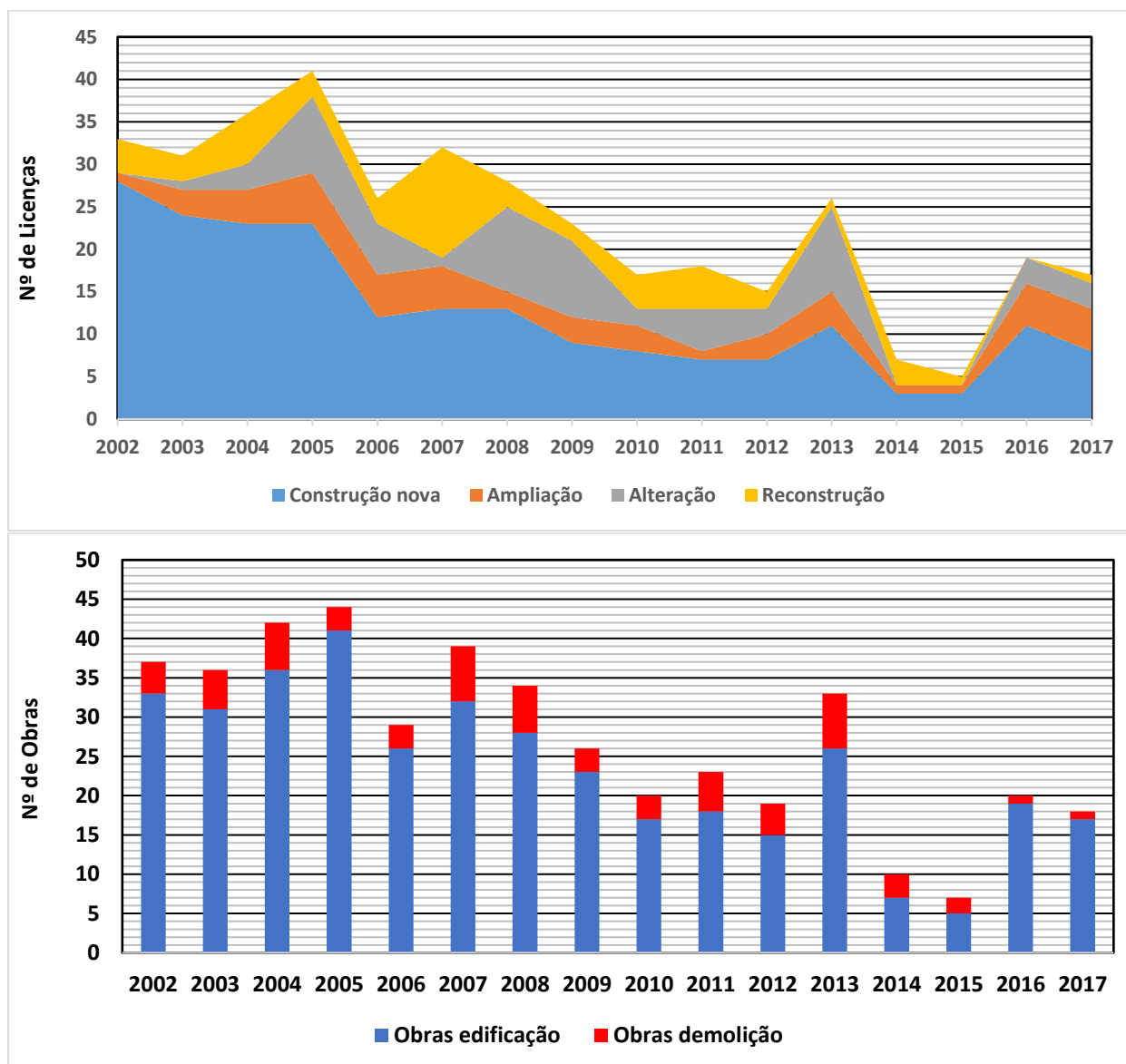


Fonte: CMO

Figura 45 - Área de Reabilitação Urbana da vila de Oleiros

6.6. Edificado

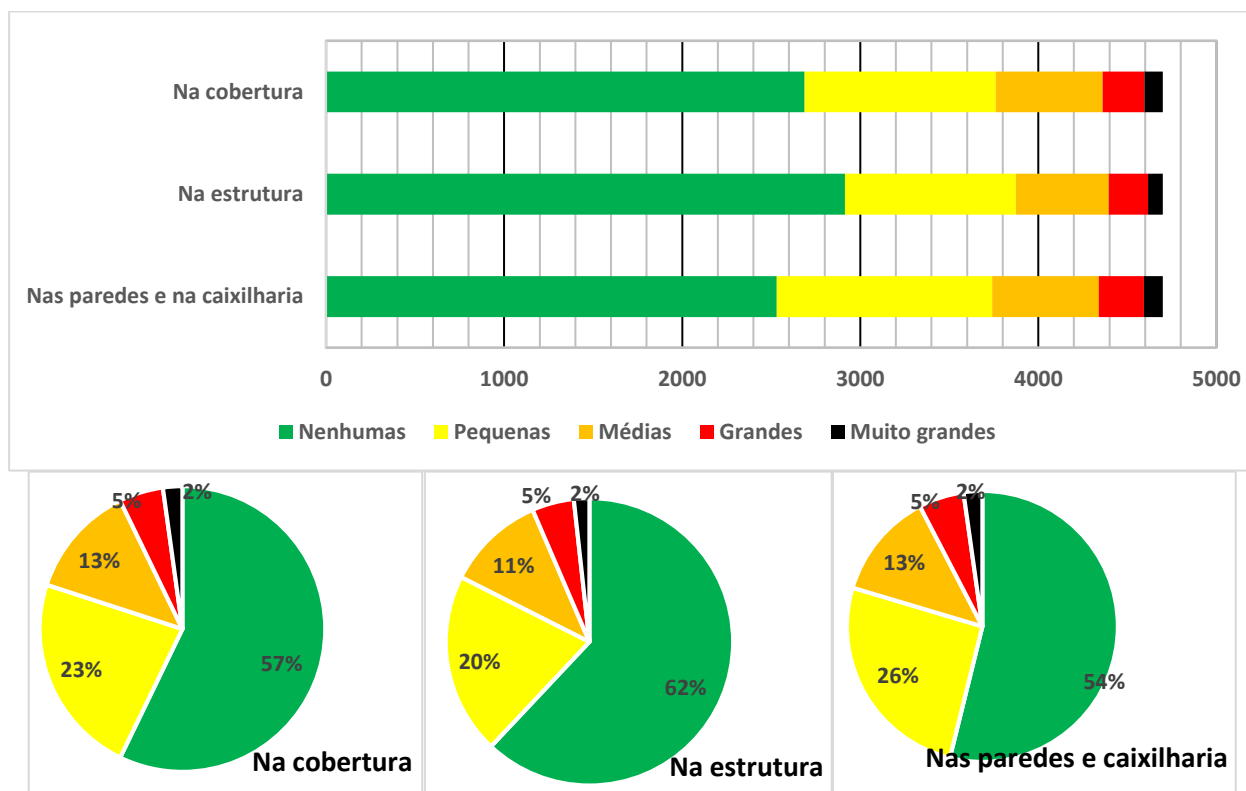
O ritmo de concessão de licenças para a edificação apresenta uma tendência de decréscimo desde 2002, que se acentuou em 2014-15 registrando-se uma recuperação em 2016, mas não tendo ainda superado os valores pré-crise (Figura 46). Ao longo destes 16 anos regista-se uma tendência de perda do peso das licenças para construções novas e um acréscimo das licenças para alteração e reconstrução. No total das séries consideradas as licenças concedidas para demolições representaram 14% e as licenças para obras de edificação (que incluem ampliações, alterações e reconstruções) representaram 86%.



Fonte: INE, Estatísticas da construção

Figura 46 - Evolução do nº de licenças concedidas, por tipo de obra, no concelho de Oleiros

Dos 4 699 edifícios recenseados em 2011, a maioria estava relativamente bem conservada, não precisando de obras de fundo. A nível de intervenções destacavam-se as paredes e caixilharias (46%), as coberturas (43%) e a estrutura (38%) (Figura 47).



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2011

Figura 47 - Necessidades de reparação dos edifícios, no concelho de Oleiros, em 2011

6.7. Equipamentos

Para avaliação da execução do plano em termos de equipamentos coletivos consideraram-se 6 tipologias de equipamentos que constam dos quadros em anexo (Anexos VI a XI): educação, cultura, desporto, saúde, solidariedade social e proteção e segurança pública.

A informação constante dos quadros anexos foi confirmada pela CMO.

A oferta de equipamentos de educação relacionados com a infância e com o ensino básico sofreu uma quebra significativa, existindo atualmente no concelho 4 unidades de equipamentos relacionados com a infância (sendo 3 deles públicos), 3 estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo (todos públicos) e um estabelecimento de ensino que comporta o 2º, o 3º ciclo e o secundário. Para os estudantes que moram longe da sede de concelho, é disponibilizada uma Residência de Estudantes (Anexo VI).

No setor da cultura, existem no concelho uma biblioteca, 3 Espaços Culturais/Salas de Espetáculos/Centros de Convívio e 2 Museus, 2 Espaços de acesso à internet, 11 Salões de Festas, 50

Associações Desportivas, Culturais e Recreativas, uma Sala de Exposições Temporárias, uma Casa dos Escuteiros, um Arquivo Municipal e um Equipamento Cultural Multiusos (Anexo VII). É pretensão do executivo executar o Museu da Montanha, prevê-se a abertura de um Centro Cultural e está em construção um Equipamento Cultural Multiusos na freguesia de Oleiros.

Em termos de desporto a rede de equipamentos é constituída por um Campo de Futebol, um Pavilhão Gimnodesportivo, um Pavilhão Multiusos, 5 Piscinas (sendo uma delas coberta), 3 Praias Fluviais, um Ginásio, um Parque Desportivo e de Lazer, 2 locais para a prática de Atividades Náuticas, 8 grandes Campos de Jogos, 5 pequenos Campos de Jogos e 5 Pavilhões Desportivos e Salas de Desporto Polivalentes (Anexo VIII).

O setor da saúde dispõe de uma unidade local de saúde com Serviço de Atendimento Permanente (SAP) das 8 às 24h, com 9 extensões, 3 farmácias, uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção e uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração e Reabilitação. Todas as freguesias são servidas por Apoio Domiciliário Integrado com viatura de assistência móvel, sendo os horários adequados à dimensão das mesmas. Esta viatura faz, anualmente, uma visita a todos os lugares e aldeias de todas as freguesias (Anexo IX).

No âmbito da solidariedade social no apoio à infância e à juventude encontram-se em funcionamento 3 Jardins de Infância/Creches e um Gabinete de Psicologia.

No apoio aos idosos, no concelho existem 4 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), 2 Centros de Dia e 6 Serviço de Apoio Domiciliário. É de destacar que existem 2 Serviço de Apoio Domiciliário de fora do concelho que prestam apoio a munícipes de Oleiros (Anexo X).

No setor da proteção e segurança pública encontram-se no concelho uma unidade da Guarda Nacional Republicana (GNR), um quartel de bombeiros (com uma extensão no Orvalho) e 3 Postos de Vigia (Anexo XI).

6.8. Infraestruturas de abastecimento de água

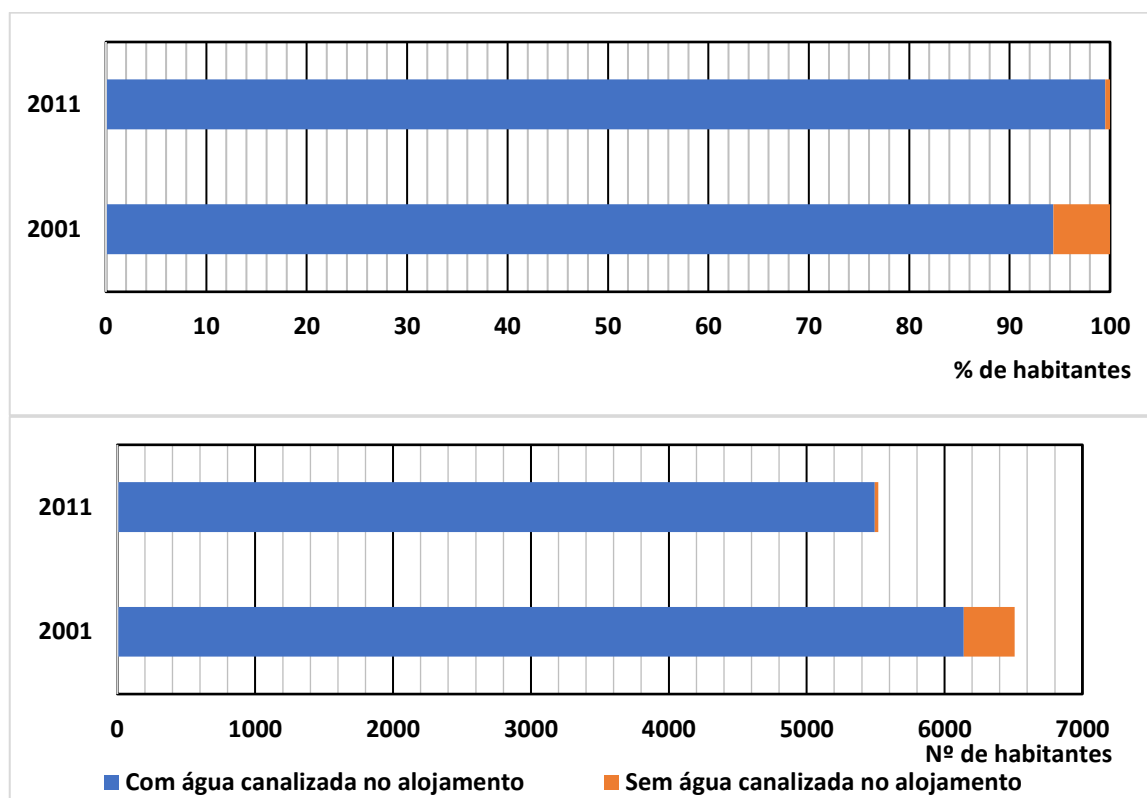
O Município de Oleiros é a entidade gestora responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de abastecimento de água, “em baixa”, para consumo humano e a empresa Águas do Centro, S.A. é responsável pela gestão do sistema “em alta”.

O atual sistema de abastecimento de água fornece água em quantidade e qualidade a praticamente todos os aglomerados do concelho. Segundo a CMO, dos 119 aglomerados/lugares identificados, a grande maioria (61) é servida a partir de minas, 23 com base nos pontos de entrega das Águas do Centro, S.A., 13 a partir de furos, 10 com base em nascentes, 10 com base em outras captações/poços. Além disso, existem 30 fontanários.

No concelho existem 94 reservatórios para abastecimento de água às populações sendo 81 da responsabilidade da CMO e 13 da responsabilidade das Águas de Portugal.

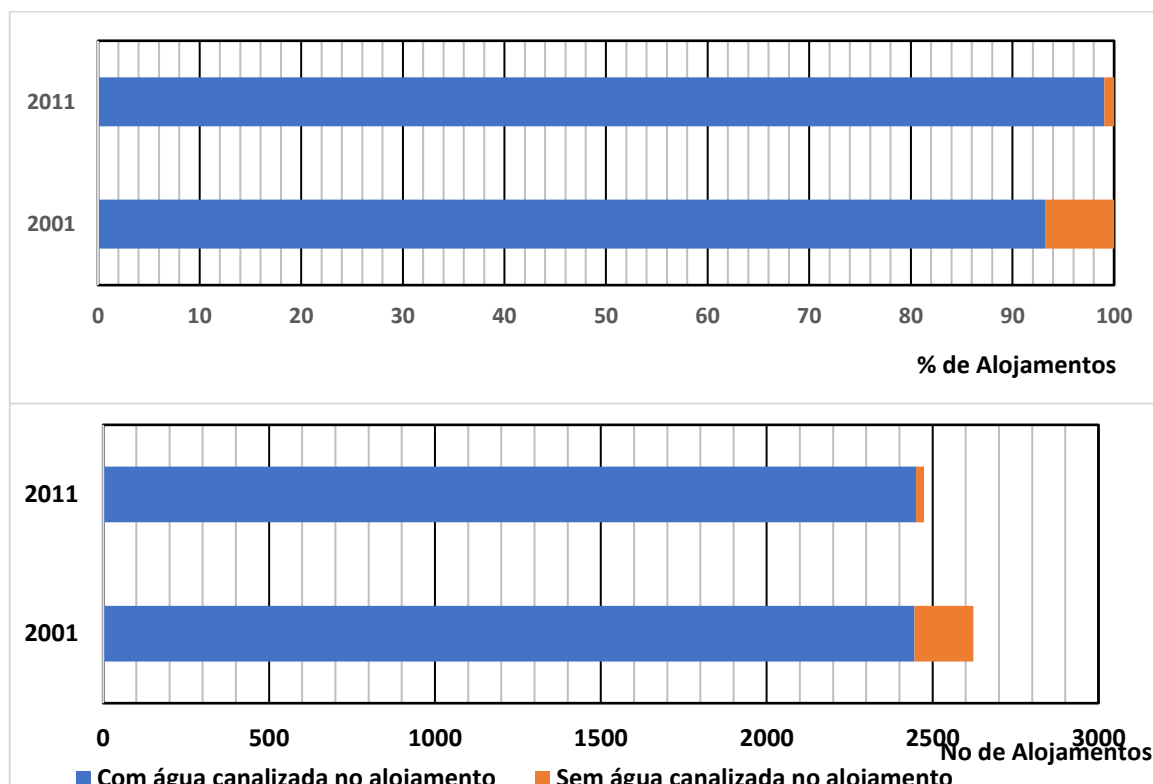
O sistema é constituído ainda por 19 estações elevatórias nas captações, 5 outras estações elevatórias e 93 estações de tratamento de água (Anexo XII).

No Censo da População de 2011 confirma-se as melhorias registadas ao nível do abastecimento de água. Os níveis de cobertura do serviço alcançavam já a quase totalidade dos alojamentos e da população residente (ambas com 99%) (Figuras 48 e 49).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 48 - População residente em alojamentos com residência habitual servida por abastecimento de água, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

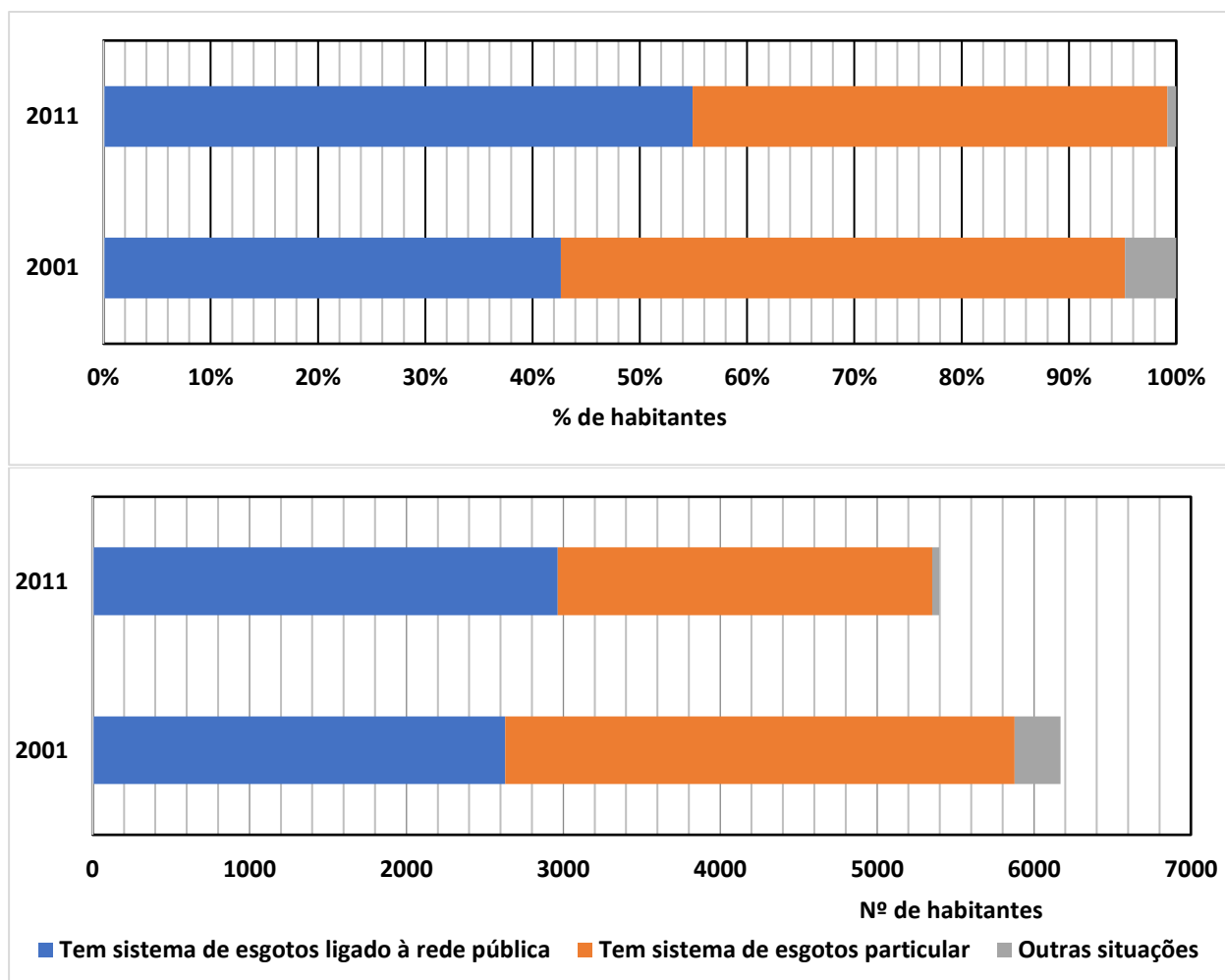
Figura 49 - Alojamentos com residência habitual servidos por abastecimento de água, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011

6.9. Infraestruturas de águas residuais

Dos 91 aglomerados identificados pela CMO, 61 não dispõem de rede de drenagem, 20 têm de rede de drenagem ligada a ETARs e 12 são servidos por fossa séptica. Encontram-se em funcionamento 5 ETARs e 2 Estações Elevatórias (Anexo XIII).

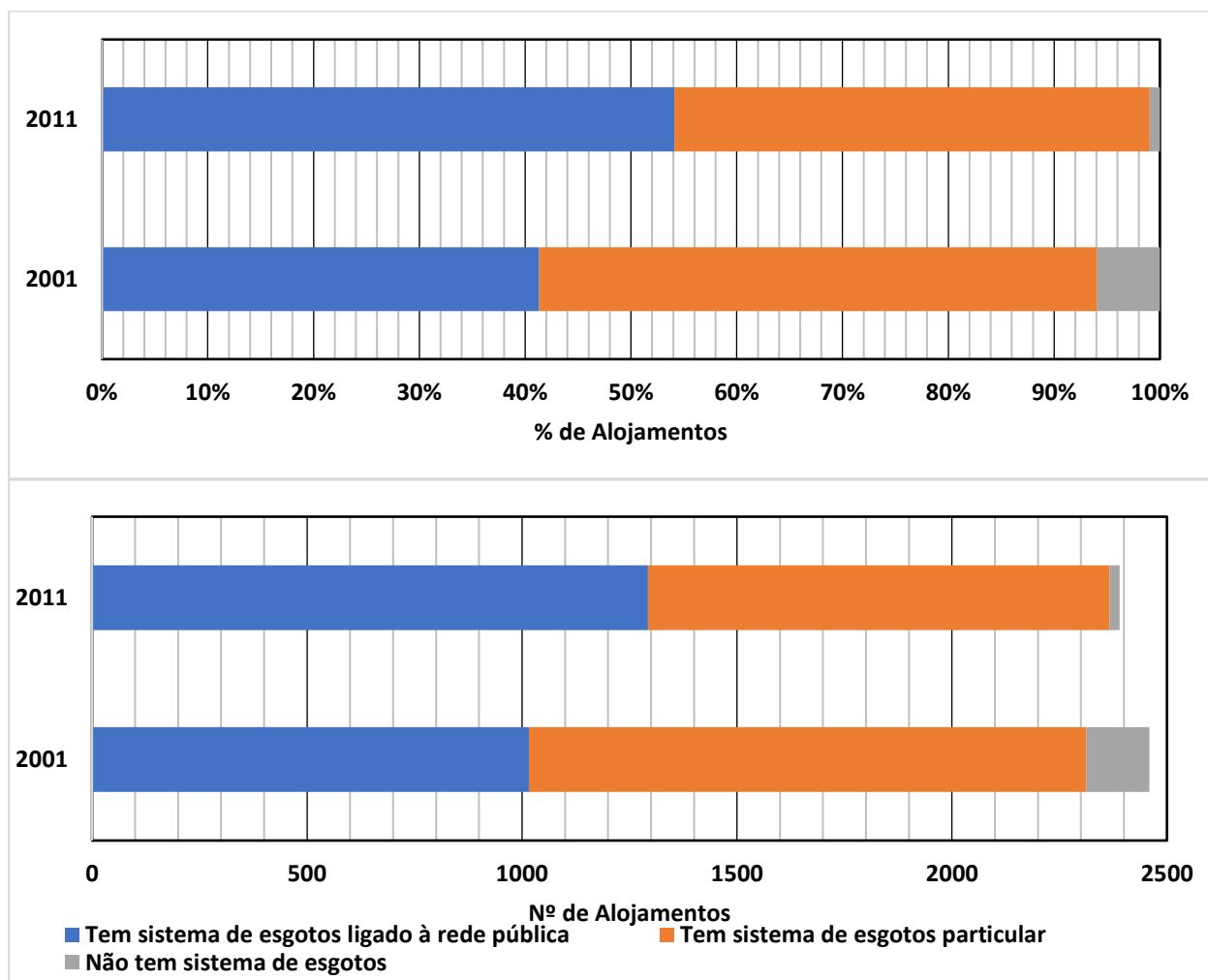
De acordo com os Censos de 2011, dos 5 721 habitantes a residir em alojamentos com residência habitual, 55% residia em alojamentos com ligação a sistema de esgotos ligado à rede pública e 44% residia em alojamentos com ligação a sistema de esgotos particular (fossa séptica, etc.). Considerando os 4 990 alojamentos com residência habitual existentes em 2011, 54% dispunha de sistema de drenagem de águas residuais ligado à rede pública e 45 % estava conectado a uma rede de drenagem de águas residuais ligado a sistema particular (Figuras 50 e 51).

Tendo em conta a dispersão dos alojamentos pelo território do concelho, o aumento destes valores (que se verificou no período analisado), correspondeu a um grande investimento técnico e financeiro por parte da autarquia.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

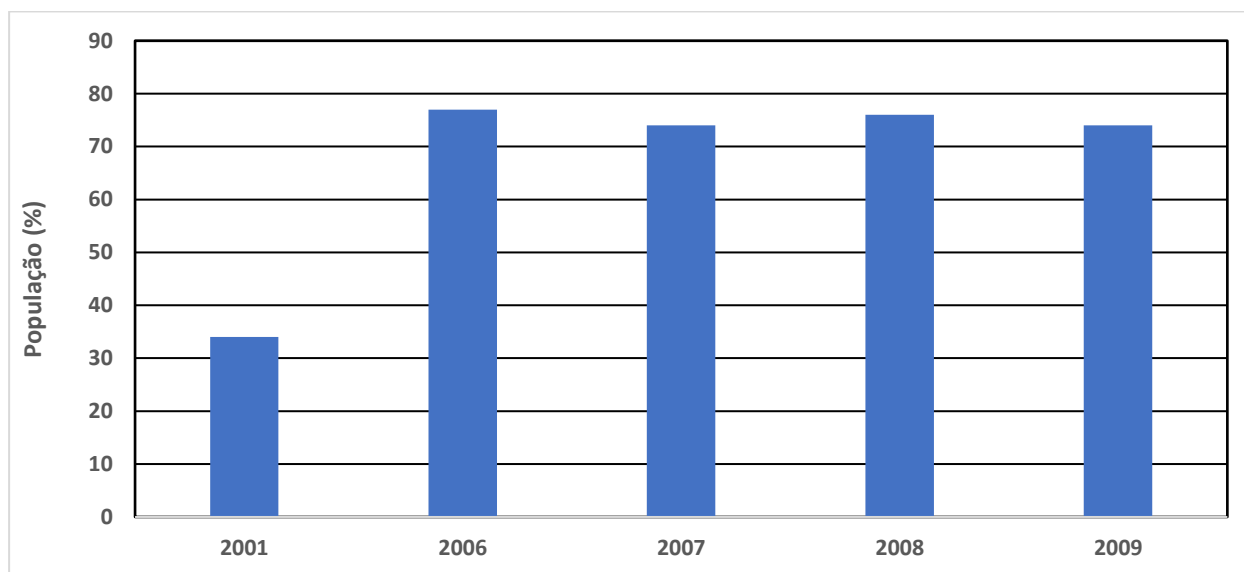
Figura 50 - População residente em alojamentos com residência habitual servida por sistema de esgotos, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 51 - Alojamentos com residência habitual servidos por sistema de esgotos, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011

De acordo como o INE, em 2009 (o último ano para que existem dados), 74 % da população residente no concelho de Oleiros era servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) (Figura 52).



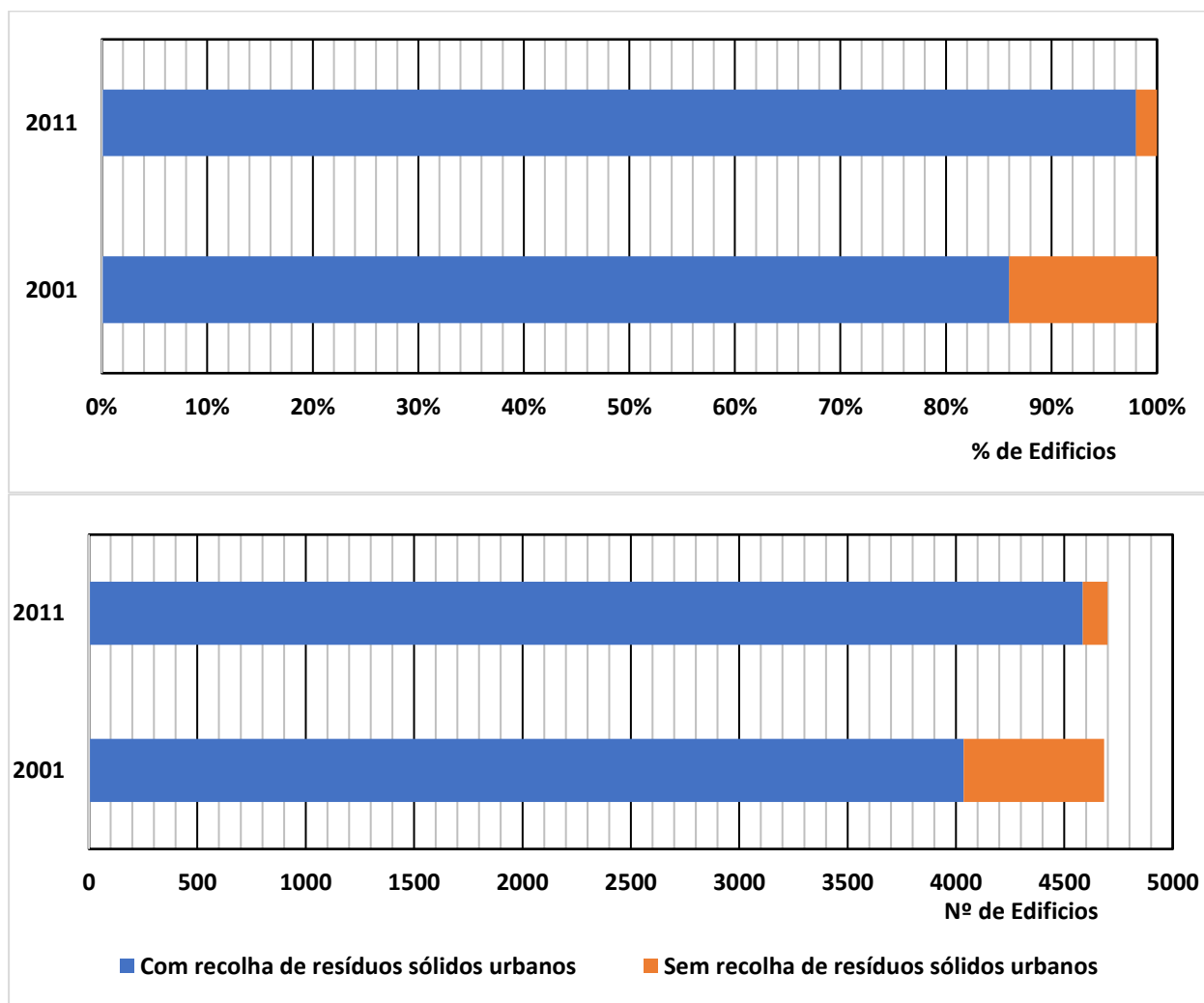
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Figura 52- Evolução da população servida por estações de tratamento de águas residuais, no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2009

6.10. Sistema de recolha de resíduos sólidos

Analizados os anos de 2001 a 2011, verifica-se uma melhoria substancial no que toca à recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no concelho de Oleiros, semelhante ao que ocorreu de forma generalizada no país.

Passou-se de uma taxa de recolha, no que toca aos edifícios, de 86% (em 2001) para 98% (em 2011) (Figura 53).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 53 - Edifícios com alojamentos servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Oleiros, em 2001 e 2011

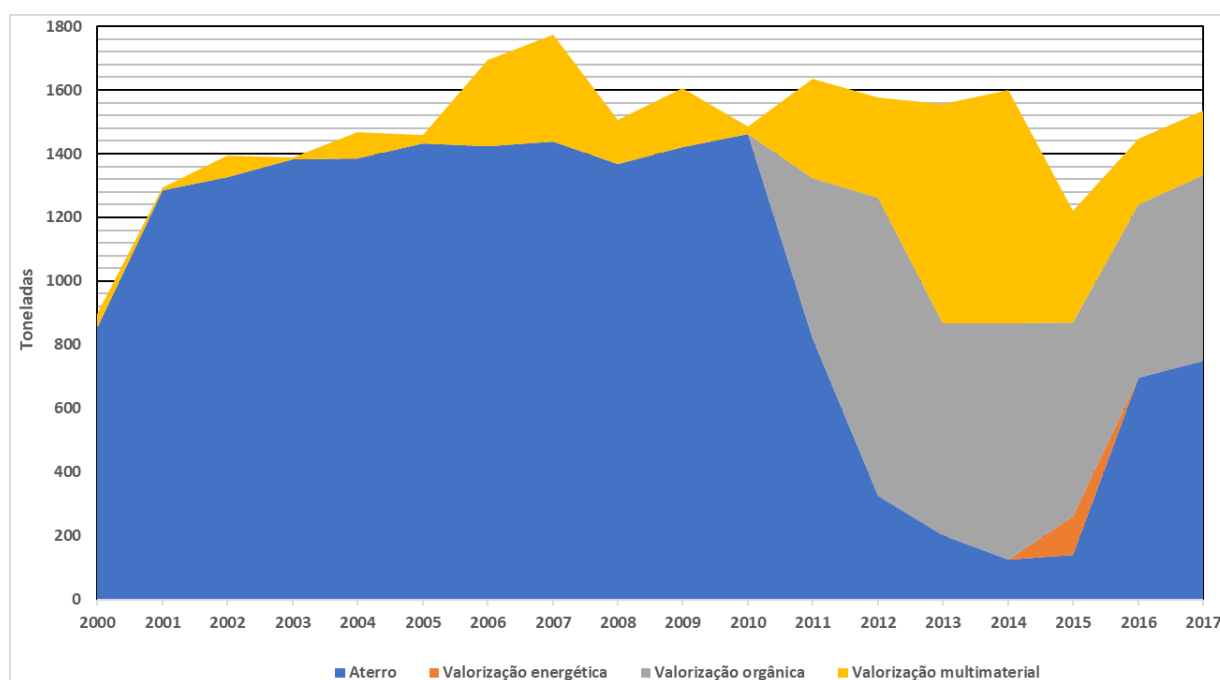
A maioria dos RSU foram depositados no Aterro Sanitário da Associação de Municípios Raia-Pinhal, situado no Monte de São Martinho, no concelho de Castelo Branco ou, quando este se encontrava encerrado, foram enviados para a Estação de Transferência, situada em Proença-a-Nova.

A recolha, triagem, valorização e tratamento dos RSU é efetuada pela VALNOR, entidade responsável pela recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos no município de Oleiros. A recolha indiferenciada dos RSU é da responsabilidade da CMO e é efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados. Relativamente aos resíduos resultantes da recolha seletiva estes são recolhidos pela VALNOR.

O atual sistema de gestão de RSU apresenta uma melhoria fruto da modernização, dos investimentos realizados, da intervenção de diversas entidades, sem esquecer o importante e essencial papel de consciencialização das populações para o ambiente.

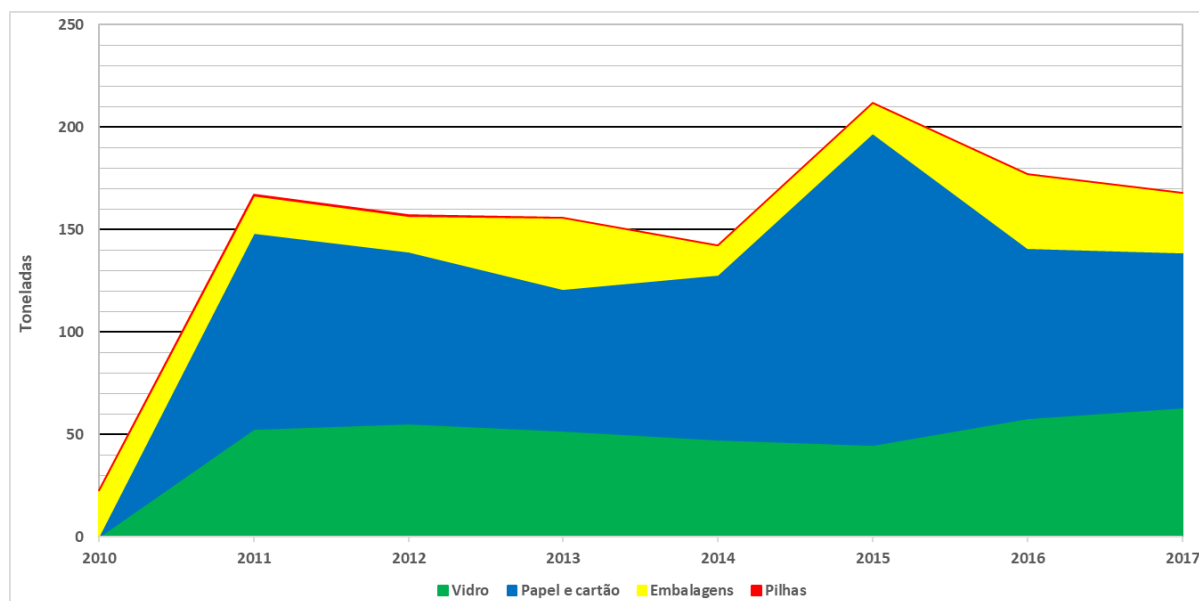
A recolha indiscriminada de RSU é realizada com maior frequência através dos circuitos de recolha de resíduos em todos os aglomerados do concelho, com exceção da população isolada. A recolha seletiva apresenta um padrão espacial mais concentrando, mas abrange a quase totalidade dos aglomerados, com exceção dos aglomerados de muito pequena dimensão e da população isolada.

A evolução registada nos volumes de RSU indiferenciados recolhidos e nos resíduos urbanos com recolha seletiva para reciclagem refletem, de alguma forma, os investimentos realizados no setor no concelho. Há que destacar o aumento da valorização orgânica e da valorização multimaterial, ambos desde 2010 (Figuras 54 e 55).



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Figura 54 - Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos por destino, no concelho de Oleiros, entre 2000 e 2017



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

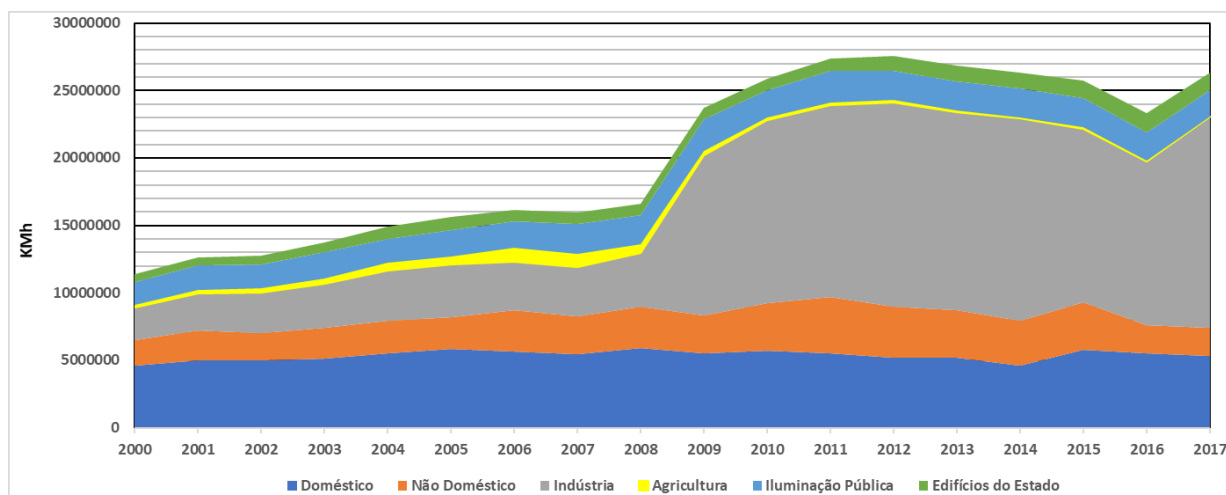
Figura 55 - Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, no concelho de Oleiros, entre 2010 e 2017

6.11. Infraestruturas de transporte de energia elétrica

A área do concelho de Oleiros, foi objeto de diversas intervenções no âmbito do transporte e distribuição da rede de alta e média tensão por parte da Rede Elétrica Nacional, S.A. (REN) e do transporte e distribuição da rede “em baixa” por parte da Energias de Portugal Distribuição, S.A. (EDP Distribuição), tendo em vista o reforço da oferta da energia elétrica e a melhoria da iluminação pública, mas também a conectividade das áreas de produção de energias renováveis que se desenvolveram no município e municípios limítrofes, tendo em vista o escoamento da energia produzida.

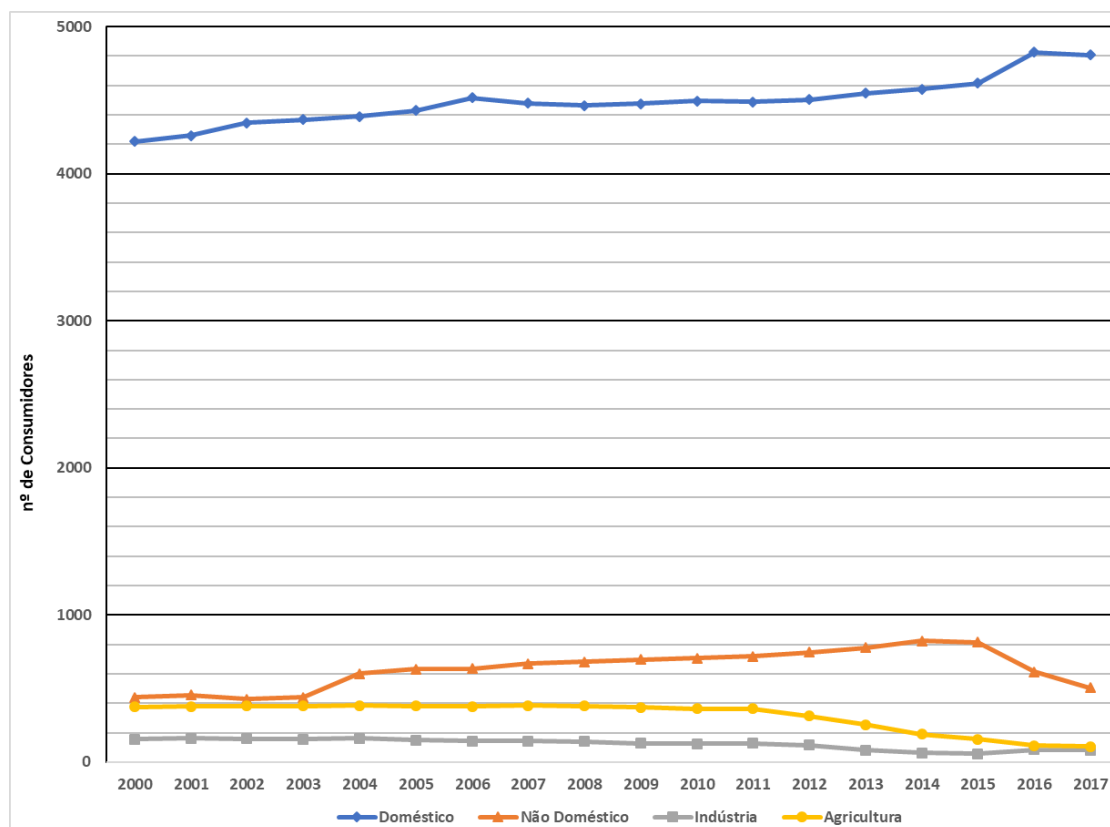
As redes de alta e média tensão do concelho de Oleiros fornecem energia a todos os aglomerados do concelho.

De acordo com o Censos de 2011, 101 alojamentos com residência habitual (4% do total de alojamentos) dispunham de aquecimento central através de eletricidade. O aumento do consumo de energia reflete, em certa medida, as intervenções realizadas, a mudança do padrão de consumos (em que agricultura reduz o consumo e a indústria cresce, fruto do desenvolvimento tecnológico) e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Oleiros (com maiores consumos *per capita*) (Figuras 56 e 57).



Fonte: INE, Estatísticas da Energia

Figura 56 - Evolução do consumo de energia elétrica, no concelho de Oleiros, entre 2000 e 2017



Fonte: INE, Estatísticas da Energia

Figura 57 - Evolução do nº de consumidores de energia elétrica, no concelho de Oleiros, entre 2000 e 2017

7. Conclusões e recomendações

Na área do município de Oleiros encontram-se em vigor e plenamente eficazes dois planos territoriais municipais, o Plano Diretor Municipal de Oleiros, na versão correspondente à 1ª Revisão aprovada em 2015 e o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros, aprovado em 1998 e alterado em 2018.

No município encontram-se em vigor diversos programas e planos territoriais da responsabilidade do governo. O Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território, na versão correspondente à 1ª Revisão aprovada em 2019, o Plano Nacional da Água, na versão correspondente à Revisão aprovada em 2016, o Plano Rodoviário Nacional, na versão aprovada pela 2ª Alteração em 2003, o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, aprovado em 2019, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, na versão aprovada em 2016 e o Plano (Programa) de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia, na versão aprovada pela 1ª Alteração, em 2012.

No período de vigência do Plano Diretor Municipal, cerca de 4 anos, a execução dos projetos/ações nele previstas decorre a bom ritmo. As ações previstas no Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oleiros já foram todas executadas.

Tendo em conta as obras de urbanização e de edificação realizadas e os compromissos assumidos a ocupação dos solos urbanizáveis previstos no Plano Diretor Municipal, num total de cerca de 94 ha, é muito baixa em todos os perímetros dos aglomerados onde estes solos foram delimitados.

A execução programada dos solos urbanizáveis apenas incidiu sobre uma parcela de terreno de 8 012,94m², através do loteamento de São Sebastião promovido pela Câmara Municipal de Oleiros com a criação de 13 lotes de terreno para habitações unifamiliares. Encontram-se ainda disponíveis 5 lotes sem qualquer compromisso.

Nos espaços urbanizados com execução programada existe apenas o Loteamento da Zona Industrial do Açude Pinto que incide sobre uma área de 99 479m² com 24 lotes de terreno, 23 destinados a instalação de atividades económicas e um a equipamento. Encontram-se disponíveis para ocupar apenas 4 lotes de terreno.

Os níveis de coordenação interna, entre os planos da responsabilidade do município de Oleiros são totais.

Os níveis de coordenação externa, entre os planos da responsabilidade do município e os planos da responsabilidade do governo, necessitam de alguns ajustamentos sobretudo em relação às diretrizes de

coordenação e articulação e às diretrizes de conteúdo constantes do Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território e às propostas constantes do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, que implicam adaptação obrigatória do Plano Diretor Municipal de Oleiros.

A entrada em vigor de leis e regulamentos em fase posterior à aprovação do Plano Diretor Municipal de Oleiros tem implicações diretas neste plano. Os regimes legais que enquadram a classificação do solo, a elaboração, revisão e alteração de planos territoriais, servidões de utilidade pública e cartografia, têm impacte direto nos conteúdos material e documental do Plano Diretor Municipal de Oleiros.

O novo regime em vigor sobre a classificação e qualificação do solo tem que ser obrigatoriamente vertido no Plano Diretor Municipal de Oleiros até julho de 2020, sob pena de não poderem ser executadas quaisquer obras de urbanização e edificação nos solos atualmente classificados como urbanizáveis.

O novo regime legal da Reserva Ecológica Nacional terá também impacte direto nas áreas do município que atualmente nela se encontram inseridas.

A gestão das transformações territoriais com base no PDMO em vigor tem-se confrontado com três tipos de problemas que dificultam a decisão sobre as pretensões de alteração de usos do solo.

Em primeiro lugar, a deficiente qualidade e legibilidade da cartografia que dificulta a identificação concreta das pretensões de alteração do uso do solo nas classes de espaço delimitadas e a consequente aplicação das disposições regulamentares. Em segundo, algumas disposições regulamentares do PDMO revelam-se inadequadas à realidade do município de Oleiros, dificultando a realização de investimentos e de obras de urbanização e de edificação por parte dos munícipes e dos investidores, o que esteve na base da correção material efetuada em 2019. Finalmente, a área de Reserva Ecológica Municipal no concelho de Oleiros é muito extensa e por vezes impede a realização de investimentos e de projetos com interesse para o desenvolvimento do município.

Da avaliação efetuada ao estado do ordenamento do território no município de Oleiros emanam as seguintes recomendações:

1. Face aos problemas identificados e à necessidade de articulação do PDM com o Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território, à exigência da sua articulação com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral e à necessidade de se articular com os novos regimes da classificação do solo e da Reserva Ecológica Nacional, é necessário proceder à revisão do Plano Diretor

Municipal de Oleiros;

2. Como a cartografia de base existente não cumpre os requisitos de atualização e de rigor posicional necessários à elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal de Oleiros é necessário proceder à aquisição de cartografia de acordo com o estabelecido no seu regime legal. Este procedimento de aquisição de cartografia já foi iniciado pela Câmara Municipal de Oleiros.

3. Para a reclassificação e delimitação do solo urbano e de algumas categorias do solo rústico recomenda-se a utilização conjunta de cartografia topográfica à escala 1:10 000, já em processo de aquisição, de ortofotomapas com resolução mínima de pixel de 50 cm e/ou de cartografia topográfica à escala 1:2 000 para as datas mais recentes disponíveis, de acordo com o definido na lei.

4. A aplicação do novo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional e das metodologias já desenvolvidas em outros municípios quando aplicadas ao concelho de Oleiros poderão resultar numa área inferior à atualmente integrada neste instrumento, sem comprometer a salvaguarda dos valores ambientais e dos recursos que pretende defender e valorizar. Desta forma, recomenda-se a elaboração de uma nova delimitação da Reserva Ecológica Municipal no município de Oleiros.

5. Atendendo às reduzidas disponibilidades de solos urbanos programados para acolher atividades económicas que se queiram instalar no concelho, recomenda-se que o município promova, através de um instrumento de gestão territorial adequado, a disponibilização de solos para o efeito.

8. Bibliografia

PLURAL/CMO (2015) – Relatório Síntese da 1ª Revisão do PDM de Oleiros.

PLURAL/CMO (2015) – 1ª Revisão do PDM de Oleiros, Volume I.

PLURAL/CMO (2015) – 1ª Revisão do PDM de Oleiros, Volume II.

PLURAL/CMO (2015) – 1ª Revisão do PDM de Oleiros, Volume III.

9. ANEXOS

Anexo I – Execução das ações / projetos propostos no PDMO (continua)

Linhas Estratégicas	Objetivo geral	Ações/Projetos Propostos	Documento onde é identificado	Natureza	Avaliação		Grau de execução			Observações
					Avaliado	Não avaliado	Total	Parcial	Não Executado	
Eixos estratégicos	EIXO I - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR SOCIAL	Requalificação Urbana das Devesas Altas	Relatório do PDM	Material	X			X		Em curso
		Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho	Relatório do PDM	Material	X		X			
		Construção do Campo de Feiras e Mercados	Relatório do PDM	Material	X		X			
		Construção da Unidade Nacional de Saúde Mental de Oleiros	Relatório do PDM	Material	X				X	
		Instalação do serviço de acesso à Internet nos PCs das escolas, ligando-as à sede do agrupamento	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Melhoria do material e recursos educativos disponíveis nas Escolas Básicas do concelho	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Promoção, pelo agrupamento de escolas de Oleiros, de iniciativas e projetos que tenham como público-alvo os alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo, fomentando a articulação do percurso escolar das crianças (feiras temáticas, semanas de ciência, divulgação de conteúdos, visitas de estudo às escolas do nível ensino seguinte, entre outros)	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Candidaturas das bibliotecas das escolas básicas do concelho à rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação, recorrendo-se ao apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas	Relatório do PDM	Imaterial		X	X			
		"Farmácia ao domicílio" nos aglomerados mais isolados	Relatório do PDM	Imaterial		X			X	
		Criação da valência creche em Estreito e Orvalho	Relatório do PDM	Imaterial		X			X	
		Criação de Apoio Domiciliário e Centro de Dia na freguesia de Mosteiro	Relatório do PDM	Misto		X			X	
		Ampliação da valência Lar nas freguesias de Álvaro e Estreito	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Criação de um "Clube Infante-Juvenil"	Relatório do PDM	Misto		X			X	

Anexo I – Execução das ações / projetos propostos no PDMO (continua)

Linhas Estratégicas	Objetivo geral	Ações/Projetos Propostos	Documento onde é identificado	Natureza	Avaliação		Grau de execução			Observações
					Avaliado	Não avaliado	Total	Parcial	Não Executado	
Eixos estratégicos	EIXO II – DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL	Central de Biomassa	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Projeto industrial para aproveitamento de resíduos de biomassa	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Piscicultura	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Requalificação dos espaços industriais do concelho	Relatório do PDM	Material		X	X			
		Projeto “Moinhos de Água”	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Quintas Pedagógicas Rurais	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Recuperação das Aldeias de Xisto	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Espaços públicos das Aldeias de Xisto	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Candidatura da aldeia de Isna à Rede de Aldeias de Xisto	Relatório do PDM	Imaterial		X			X	
		Projeto de conceção de sinalética	Relatório do PDM	Misto		X		X		Em curso
		Promoção de produtos regionais (artesanato e gastronomia) com criação de uma marca regional para a promoção e certificação dos produtos endógenos.	Relatório do PDM	Imaterial		X			x	
		Requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Criação de outros espaços para a prática desportiva informal e de lazer	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Criação de um Parque de Desportos Radicais/Centro de Interpretação Geológico	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Feira do Pinhal	Relatório do PDM	Misto		X	X			
		Fortalecer as relações com a Entidade Regional de Turismo do Centro	Relatório do PDM	Imaterial		X	X			
		Introdução crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação	Relatório do PDM	Imaterial		X		X		
		Construção de uma Incubadora de Empresas	Relatório do PDM	Material		X			X	

Anexo I – Execução das ações / projetos propostos no PDMO (continua)

Linhas Estratégicas	Objetivo geral	Ações/Projetos Propostos	Documento onde é identificado	Natureza	Avaliação		Grau de execução			Observações
					Avaliado	Não avaliado	Total	Parcial	Não Executado	
Eixos estratégicos	EIXO III VALORIZAÇÃO TERRITORIAL E DOS RECURSOS	Horto Municipal	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Requalificação de equipamentos urbanos	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Preservação e requalificação de núcleos antigos	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Construção de reservatórios de água para combates a incêndios	Relatório do PDM	Material		X	X			
		Projeto Ribeira Limpa	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Implementação de redes de percursos pedestres	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Recuperação das praias fluviais	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Criação de um Parque na Ribeira de Oleiros com circuito de manutenção	Relatório do PDM	Material		X		X		
		IC entre Oleiros e Castelo Branco	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Via Rápida do Pinhal	Relatório do PDM	Material	X		X			
		Agenda 21 Local	Relatório do PDM	Imaterial		X		X		
		Criação de uma Unidade de Valorização de Resíduos	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Expansão da rede de parques eólicos	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Ampliação da cobertura do abastecimento de água	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Ampliação da cobertura de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Criação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Oleiros / Operação de Reabilitação Urbana (ORU) em Estreito, Isna, Madeirã, Orvalho e Vale de Souto	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Concessão de ajuda material para a reconstrução de habitações degradadas	Relatório do PDM	Imaterial		X		X		
		Intermediação em Programas da Administração Central que visem situações de carência habitacional ou necessidade de reabilitação	Relatório do PDM	Imaterial		X	X			
		Construção do Loteamento de São Sebastião	Relatório do PDM	Material	X		X			
		Construção do Centro de Coordenação de Transportes Públicos	Relatório do PDM	Material		X			X	

Anexo I – Execução das ações / projetos propostos no PDMO (continuação)

Linhas Estratégicas	Objetivo geral	Ações/Projetos Propostos	Documento onde é identificado	Natureza	Avaliação		Grau de execução			Observações
					Avaliado	Não avaliado	Total	Parcial	Não Executado	
Eixos estratégicos	EIXO III VALORIZAÇÃO TERRITORIAL E DOS RECURSOS	Requalificação das margens da Ribeira de Oleiros	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Construção de Passeios na EN 112, em Orvalho	Relatório do PDM	Material		X		X		Em projeto
		Melhoria da Eficiência Energética das Piscinas Municipais	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Requalificação arquitetónica dos edifícios da EB/S Padre António de Andrade e áreas exteriores envolventes	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Requalificação das escolas em funcionamento	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Promoção da acessibilidade nos equipamentos educativos, com a adaptação à legislação em vigor para edifícios públicos, através de desnivelamento, da colocação de rampas, de placas elevatórias, entre outras	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Cedência de escolas encerradas para outros usos	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Criação de uma Escola de Artes e Ofícios	Relatório do PDM	Misto		X			X	
		Intervenções na rede viária	Relatório do PDM	Material		X		X		
		Construção de um equipamento cultural multiusos para servir de referência arquitetónica e cultural à escala regional	Relatório do PDM	Material		X		X		Em projeto
		Construção do Arquivo Municipal	Relatório do PDM	Material		X	X			
		Criação do Museu da Floresta/ Montanha	Relatório do PDM	Material		X			X	
		Criação de Espaços-internet em Estreito e Orvalho	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Potenciação dos Geomonumentos do Município (Garganta Epigénica de Malhada Velha e Cascata das Fráguas da Água d'Alta), com a criação de um miradouro e uma zona de estadia, com painéis informativos da geologia e recursos hídricos da região	Relatório do PDM	Misto		X		X		
		Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e Unidades de Execução U1 –	Relatório do PDM	Misto	X				X	
		Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e Unidades de Execução U2 –	Relatório do PDM	Misto	X				X	
		Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e Unidades de Execução U3 -	Relatório do PDM	Misto	X				X	
		Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e Unidades de Execução U4 -	Relatório do PDM	Misto	X				X	

Anexo II - Evolução da população residente, população ativa e famílias por freguesia no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

Freguesias	População Residente						População ativa						Famílias					
	2011		2001		Var 2001-2011		2011		2001		Var 2001-2011		2011		2001		Var 2001-2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Álvaro	237	4,14	315	4,72	-78	-0,58	54	2,92	62	2,52	-8	0,41	117	4,72	150	5,65	-33	-0,93
Amieira	116	2,03	207	3,10	-91	-1,07	17	0,92	72	2,92	-55	-2,00	58	2,34	97	3,65	-39	-1,31
Cambas	309	5,40	349	5,23	-40	0,17	71	3,84	80	3,25	-9	0,60	158	6,37	162	6,10	-4	0,27
Estreito	897	15,68	969	14,51	-72	1,17	270	14,62	356	14,45	-86	0,16	400	16,12	393	14,80	7	1,33
Isna	209	3,65	304	4,55	-95	-0,90	44	2,38	137	5,56	-93	-3,18	89	3,59	103	3,88	-14	-0,29
Madeirã	171	2,99	225	3,37	-54	-0,38	59	3,19	97	3,94	-38	-0,74	80	3,22	91	3,43	-11	-0,20
Mosteiro	307	5,37	422	6,32	-115	-0,95	99	5,36	150	6,09	-51	-0,73	148	5,97	172	6,48	-24	-0,51
Oleiros	2306	40,31	2470	36,99	-164	3,31	938	50,79	1008	40,93	-70	9,86	919	37,04	906	34,11	13	2,93
Orvalho	678	11,85	689	10,32	-11	1,53	181	9,80	270	10,96	-89	-1,16	276	11,12	270	10,17	6	0,96
Sarnadas de São Simão	217	3,79	317	4,75	-100	-0,95	54	2,92	97	3,94	-43	-1,01	111	4,47	141	5,31	-30	-0,83
Sobral	160	2,80	251	3,76	-91	-0,96	33	1,79	94	3,82	-61	-2,03	73	2,94	101	3,80	-28	-0,86
Vilar Barroco	114	1,99	159	2,38	-45	-0,39	27	1,46	40	1,62	-13	-0,16	52	2,10	70	2,64	-18	-0,54
TOTAL	5721	100	6677	100	-956	0,00	1847	100	2463	100	-616	0,00	2481	100	2656	100	-175	0,00

Anexo III - Evolução dos edifícios e alojamento familiares por freguesia no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011

Freguesias	Edifícios						Alojamentos Familiares					
	2011		2001		Var 2001-2011		2011		2001		Var 2001-2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Álvaro	298	6,34	318	6,79	-20	-0,45	298	5,97	318	6,43	-20	-0,46
Amieira	201	4,28	240	5,12	-39	-0,85	202	4,05	240	4,85	-38	-0,81
Cambas	454	9,66	435	9,29	19	0,37	454	9,10	436	8,82	18	0,28
Estreito	725	15,43	682	14,56	43	0,87	732	14,67	691	13,97	41	0,70
Isna	145	3,09	159	3,39	-14	-0,31	145	2,91	159	3,22	-14	-0,31
Madeirã	194	4,13	166	3,54	28	0,58	195	3,91	168	3,40	27	0,51
Mosteiro	308	6,55	268	5,72	40	0,83	308	6,17	268	5,42	40	0,75
Oleiros	1322	28,13	1268	27,07	54	1,06	1586	31,78	1505	30,43	81	1,35
Orvalho	518	11,02	508	10,85	10	0,18	534	10,70	516	10,43	18	0,27
Sarnadas de São Simão	259	5,51	288	6,15	-29	-0,64	259	5,19	288	5,82	-29	-0,63
Sobral	128	2,72	182	3,89	-54	-1,16	129	2,59	185	3,74	-56	-1,16
Vilar Barroco	147	3,13	170	3,63	-23	-0,50	148	2,97	171	3,46	-23	-0,49
TOTAL	4699	100	4684	100	15	0,00	4990	100	4945	100	45	0,00

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011 (continua)

	População Residente HM								Famílias							
Aglomerados	2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumula da	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumula da	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Abitureira	42	0,6	0,6	24	0,4	0,4	-18	-42,9	22	0,8	0,8	14	0,6	0,6	-8	-36,4
Açude Pinto	60	0,9	1,5	20	0,3	0,8	-40	-66,7	21	0,8	1,6	6	0,2	0,8	-15	-71,4
Ademoço	79	1,2	2,7	62	1,1	1,9	-17	-21,5	33	1,2	2,9	30	1,2	2,0	-3	-9,1
Adgiraldo	43	0,6	3,4	24	0,4	2,3	-19	-44,2	16	0,6	3,5	14	0,6	2,6	-2	-12,5
Alvaro	87	1,3	4,7	73	1,3	3,5	-14	-16,1	40	1,5	5,0	36	1,5	4,0	-4	-10,0
Alveca	36	0,5	5,2	b)	b)	3,5	b)	b)	13	0,5	5,5	b)	b)	4,0	b)	b)
Ameixoeira	56	0,8	6,0	52	0,9	4,5	-4	-7,1	24	0,9	6,4	25	1,0	5,0	1	4,2
Amieira	35	0,5	6,6	32	0,6	5,0	-3	-8,6	16	0,6	7,0	16	0,6	5,7	0	0,0
Bafareira	14	0,2	6,8	b)	b)	5,0	b)	b)	8	0,3	7,3	b)	b)	5,7	b)	b)
Bonjardim	21	0,3	7,1	17	0,3	5,3	-4	-19,0	10	0,4	7,6	9	0,4	6,0	-1	-10,0
Borralhal	35	0,5	7,6	19	0,3	5,6	-16	-45,7	13	0,5	8,1	10	0,4	6,4	-3	-23,1
Brejas do Barco	23	0,3	8,0	14	0,2	5,9	-9	-39,1	10	0,4	8,5	8	0,3	6,8	-2	-20,0
Cambas	87	1,3	9,3	93	1,6	7,5	6	6,9	44	1,7	10,2	51	2,1	8,8	7	15,9
Cancinos	116	1,7	11,0	123	2,1	9,7	7	6,0	41	1,5	11,7	46	1,9	10,7	5	12,2
Caneiros	19	0,3	11,3	9	0,2	9,8	-10	-52,6	13	0,5	12,2	7	0,3	11,0	-6	-46,2
Cardosa	141	2,1	13,4	86	1,5	11,3	-55	-39,0	65	2,4	14,6	44	1,8	12,7	-21	-32,3
Carvalheira	32	0,5	13,9	39	0,7	12,0	7	21,9	12	0,5	15,1	16	0,6	13,4	4	33,3
Casas da Zebreira	51	0,8	14,6	23	0,4	12,4	-28	-54,9	25	0,9	16,0	11	0,4	13,8	-14	-56,0
Cava	56	0,8	15,5	45	0,8	13,2	-11	-19,6	22	0,8	16,9	21	0,8	14,7	-1	-4,5
Cavalinho	10	0,1	15,6	b)	b)	13,2	b)	b)	4	0,2	17,0	b)	0,0	14,7	b)	b)
Cavalo	34	0,5	16,1	17	0,3	13,5	-17	-50,0	9	0,3	17,4	7	0,3	15,0	-2	-22,2
Chelinho	29	0,4	16,6	b)	b)	13,5	b)	b)	11	0,4	17,8	b)	0,0	15,0	b)	b)
Couço de Cima	18	0,3	16,8	12	0,2	13,7	-6	-33,3	9	0,3	18,1	6	0,2	15,2	-3	-33,3
Cova da Azenha	23	0,3	17,2	18	0,3	14,0	-5	-21,7	8	0,3	18,4	8	0,3	15,5	0	0,0
Dão	28	0,4	17,6	22	0,4	14,4	-6	-21,4	10	0,4	18,8	8	0,3	15,8	-2	-20,0
Eirigo	15	0,2	17,8	b)	b)	14,4	b)	b)	5	0,2	19,0	b)	0,0	15,8	b)	b)
Estorneiros	12	0,2	18,0	8	0,1	14,5	-4	-33,3	8	0,3	19,3	5	0,2	16,0	-3	-37,5
Estreito	309	4,6	22,6	280	4,9	19,4	-29	-9,4	119	4,5	23,8	119	4,8	20,8	0	0,0
Fernão Porco	21	0,3	22,9	13	0,2	19,7	-8	-38,1	9	0,3	24,1	6	0,2	21,1	-3	-33,3
Foz da Panasqueira	a)	a)	22,9	15	0,3	19,9	a)	a)	a)	a)	24,1	7	0,3	21,4	a)	a)
Foz Giraldo	115	1,7	24,7	101	1,8	21,7	-14	-12,2	54	2,0	26,1	46	1,9	23,2	-8	-14,8
Frazumeira	9	0,1	24,8	2	0,0	21,7	-7	-77,8	5	0,2	26,3	1	0,0	23,3	-4	-80,0
Gaspalha	22	0,3	25,1	20	0,3	22,1	-2	-9,1	9	0,3	26,7	9	0,4	23,6	0	0,0
Isna	144	2,2	27,3	100	1,7	23,8	-44	-30,6	50	1,9	28,5	43	1,7	25,4	-7	-14,0
Lameira	14	0,2	27,5	b)	b)	23,8	b)	b)	6	0,2	28,8	b)	b)	25,4	-6	b)
Lameirinhos do Pisão	a)	a)	27,5	16	0,3	24,1	a)	a)	a)	a)	28,8	8	0,3	25,7	a)	a)
Leiria de Cima	15	0,2	27,7	10	0,2	24,3	-5	-33,3	6	0,2	29,0	6	0,2	25,9	0	0,0
Longra	12	0,2	27,9	4	0,1	24,3	-8	-66,7	7	0,3	29,3	3	0,1	26,0	-4	-57,1
Madeirã	133	2,0	29,9	106	1,9	26,2	-27	-20,3	52	2,0	31,2	47	1,9	27,9	-5	-9,6
Malhadancha	8	0,1	30,0	b)	b)	26,2	b)	b)	3	0,1	31,3	b)	b)	27,9	b)	b)
Milríco	38	0,6	30,6	41	0,7	26,9	3	7,9	18	0,7	32,0	20	0,8	28,7	2	11,1
Mogadouro	7	0,1	30,7	b)	b)	26,9	b)	b)	5	0,2	32,2	b)	b)	28,7	b)	b)
Mosteiro	199	3,0	33,7	134	2,3	29,3	-65	-32,7	82	3,1	35,3	64	2,6	31,3	-18	-22,0
Moucho	48	0,7	34,4	50	0,9	30,1	2	4,2	17	0,6	35,9	18	0,7	32,0	1	5,9
Mougueiras de Baixo	a)	a)	34,4	11	0,2	30,3	a)	a)	a)	a)	35,9	5	0,2	32,2	a)	a)
Mougueiras de Cima	70	1,0	35,4	48	0,8	31,2	-22	-31,4	28	1,1	37,0	23	0,9	33,2	-5	-17,9
Moutinhosa	70	1,0	36,5	45	0,8	32,0	-25	-35,7	24	0,9	37,9	26	1,0	34,2	2	8,3
Oleiros	924	13,8	50,3	1054	18,4	50,4	130	14,1	322	12,1	50,0	381	15,4	49,6	59	18,3
Orelhão	a)	a)	50,3	19	0,3	50,7	a)	a)	a)	a)	50,0	8	0,3	49,9	a)	a)
Orvalho	478	7,2	57,5	527	9,2	59,9	49	10,3	174	6,6	56,6	203	8,2	58,1	29	16,7
Panasqueira	66	1,0	58,5	26	0,5	60,4	-40	-60,6	17	0,6	57,2	11	0,4	58,5	-6	-35,3
Pandos	24	0,4	58,8	15	0,3	60,6	-9	-37,5	10	0,4	57,6	8	0,3	58,8	-2	-20,0
Pessegueiras	16	0,2	59,1	11	0,2	60,8	-5	-31,3	8	0,3	57,9	6	0,2	59,1	-2	-25,0
Pião	27	0,4	59,5	24	0,4	61,2	-3	-11,1	10	0,4	58,2	10	0,4	59,5	0	0,0
Pisoria	69	1,0	60,5	48	0,8	62,1	-21	-30,4	33	1,2	59,5	26	1,0	60,5	-7	-21,2
Pombal	a)	a)	60,5	12	0,2	62,3	a)	a)	a)	a)	59,5	5	0,2	60,7	a)	a)

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011 (continuação)

Aglomerados	População Residente HM								Famílias							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumula da	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumula da	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Portela	a)	a)	60,5	31	0,5	62,8	a)	a)	a)	a)	59,5	14	0,6	61,3	a)	a)
Póvoa da Ribeira	8	0,1	60,6	7	0,1	63,0	-1	-12,5	5	0,2	59,7	5	0,2	61,5	0	0,0
Póvoa de Cambas	9	0,1	60,8	4	0,1	63,0	-5	-55,6	6	0,2	59,9	3	0,1	61,6	-3	-50,0
Quartos de Além	9	0,1	60,9	4	0,1	63,1	-5	-55,6	6	0,2	60,1	3	0,1	61,7	-3	-50,0
Quartos de Aquém	19	0,3	61,2	17	0,3	63,4	-2	-10,5	9	0,3	60,5	10	0,4	62,2	1	11,1
Rabaças	24	0,4	61,5	12	0,2	63,6	-12	-50,0	13	0,5	61,0	8	0,3	62,5	-5	-38,5
Raposeira	26	0,4	61,9	13	0,2	63,8	-13	-50,0	11	0,4	61,4	7	0,3	62,8	-4	-36,4
Rebisca	39	0,6	62,5	49	0,9	64,7	10	25,6	15	0,6	61,9	21	0,8	63,6	6	40,0
Retaxo	16	0,2	62,8	17	0,3	65,0	1	6,3	8	0,3	62,2	9	0,4	64,0	1	12,5
Ribeira de Isna	87	1,3	64,1	20	0,3	65,3	-67	-77,0	30	1,1	63,4	9	0,4	64,3	-21	-70,0
Ribeira de Milríco	23	0,3	64,4	22	0,4	65,7	-1	-4,3	12	0,5	63,8	9	0,4	64,7	-3	-25,0
Ribeiro	a)	a)	64,4	13	0,2	66,0	a)	a)	a)	a)	63,8	6	0,2	64,9	a)	a)
Ribeiro do Peso	a)	a)	64,4	42	0,7	66,7	a)	a)	a)	a)	63,8	15	0,6	65,5	a)	a)
Roda	41	0,6	65,0	23	0,4	67,1	-18	-43,9	15	0,6	64,4	10	0,4	65,9	-5	-33,3
Roda de Baixo	43	0,6	65,7	27	0,5	67,6	-16	-37,2	19	0,7	65,1	13	0,5	66,5	-6	-31,6
Roda de Cima	38	0,6	66,2	26	0,5	68,0	-12	-31,6	12	0,5	65,5	11	0,4	66,9	-1	-8,3
Roqueiro	93	1,4	67,6	93	1,6	69,6	0	0,0	44	1,7	67,2	49	2,0	68,9	5	11,4
Rouco de Baixo	12	0,2	67,8	b)	b)	69,6	b)	b)	5	0,2	67,4	b)	b)	68,9	b)	b)
Rouco de Cima	15	0,2	68,0	b)	b)	69,6	b)	b)	6	0,2	67,6	b)	b)	68,9	b)	b)
Roucos	a)	a)	68,0	24	0,4	70,1	a)	a)	a)	a)	67,6	12	0,5	69,4	a)	a)
São Torcato	61	0,9	68,9	89	1,6	71,6	28	45,9	22	0,8	68,4	36	1,5	70,8	14	63,6
Sardeiras de Baixo	89	1,3	70,3	85	1,5	73,1	-4	-4,5	33	1,2	69,7	38	1,5	72,3	5	15,2
Sardeiras de Cima	46	0,7	71,0	25	0,4	73,5	-21	-45,7	16	0,6	70,3	11	0,4	72,8	-5	-31,3
Sarnadas de Baixo	11	0,2	71,1	4	0,1	73,6	-7	-63,6	8	0,3	70,6	2	0,1	72,9	-6	-75,0
Sarnadas de Cima	19	0,3	71,4	15	0,3	73,9	-4	-21,1	8	0,3	70,9	7	0,3	73,2	-1	-12,5
Sarnadas de São Simão	145	2,2	73,6	108	1,9	75,8	-37	-25,5	60	2,3	73,2	55	2,2	75,4	-5	-8,3
Selada das Pedras	9	0,1	73,7	9	0,2	75,9	0	0,0	4	0,2	73,3	5	0,2	75,6	1	25,0
Sendinho da Senhora	28	0,4	74,1	10	0,2	76,1	-18	-64,3	13	0,5	73,8	5	0,2	75,8	-8	-61,5
Sendinho de Santo Amaro	29	0,4	74,6	19	0,3	76,4	-10	-34,5	13	0,5	74,3	7	0,3	76,1	-6	-46,2
Senhora das Candeias	36	0,5	75,1	94	1,6	78,1	58	161,1	14	0,5	74,8	38	1,5	77,6	24	171,4
Serra	a)	a)	75,1	22	0,4	78,4	a)	a)	a)	a)	74,8	8	0,3	77,9	a)	a)
Silvosa	18	0,3	75,4	13	0,2	78,7	-5	-27,8	11	0,4	75,2	8	0,3	78,2	-3	-27,3
Sobral	a)	a)	75,4	47	0,8	79,5	a)	a)	a)	a)	75,2	17	0,7	78,9	a)	a)
Sobral de Baixo	61	0,9	76,3	b)	b)	79,5	b)	b)	23	0,9	76,1	b)	b)	78,9	b)	b)
Sobral de Cima	31	0,5	76,8	21	0,4	79,9	-10	-32,3	14	0,5	76,6	11	0,4	79,4	-3	-21,4
Torna	35	0,5	77,3	b)	b)	79,9	b)	b)	10	0,4	77,0	b)	b)	79,4	b)	b)
Urraca	27	0,4	77,7	10	0,2	80,0	-17	-63,0	12	0,5	77,4	5	0,2	79,6	-7	-58,3
Vale	63	0,9	78,6	47	0,8	80,9	-16	-25,4	20	0,8	78,2	21	0,8	80,4	1	5,0
Vale da Colmeia	13	0,2	78,8	b)	b)	80,9	b)	b)	6	0,2	78,4	b)	b)	80,4	b)	b)
Vale da Horta	a)	a)	78,8	42	0,7	81,6	a)	a)	a)	a)	78,4	16	0,6	81,1	a)	a)
Vale das Ovelhas	9	0,1	79,0	7	0,1	81,7	-2	-22,2	4	0,2	78,6	4	0,2	81,2	0	0,0
Vale de Ouzanda	18	0,3	79,2	14	0,2	82,0	-4	-22,2	8	0,3	78,9	6	0,2	81,5	-2	-25,0
Vale Peixe	a)	a)	79,2	10	0,2	82,1	a)	a)	a)	a)	78,9	4	0,2	81,6	a)	a)
Vale Saboroso	25	0,4	79,6	b)	b)	82,1	b)	b)	8	0,3	79,2	b)	b)	81,6	b)	b)
Vale Souto	118	1,8	81,4	95	1,7	83,8	-23	-19,5	51	1,9	81,1	48	1,9	83,6	-3	-5,9
Várzeas	12	0,2	81,5	b)	b)	83,8	b)	b)	7	0,3	81,4	b)	b)	83,6	b)	b)
Vidigal	31	0,5	82,0	19	0,3	84,1	-12	-38,7	15	0,6	81,9	10	0,4	84,0	-5	-33,3
Vilar Barroco	95	1,4	83,4	72	1,3	85,4	-23	-24,2	40	1,5	83,4	29	1,2	85,1	-11	-27,5
Vilar Fundeiro	8	0,1	83,6	3	0,1	85,4	-5	-62,5	4	0,2	83,6	3	0,1	85,2	-1	-25,0
Vilarinho	29	0,4	84,0	17	0,3	85,7	-12	-41,4	12	0,5	84,0	9	0,4	85,6	-3	-25,0
Vinha	13	0,2	84,2	10	0,2	85,9	-3	-23,1	5	0,2	84,2	4	0,2	85,8	-1	-20,0
Isolados	1056	15,8	100,0	806	14,1	100,0	-250	-23,7	419	15,8	100,0	353	14,2	100,0	-66	-15,8
Total	6677	100		5721	100		-954	-2008,1	2656	100		2481	100		-186	-1176

a) Não identificado no Censo de 2001

b) Não identificado no Censo de 2011

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011 (continua)

	Alojamentos								Edifícios							
Aglomerado	2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumula da	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Abitureira	49	1,0	1,0	48	1,0	1,0	1	-2,0	49	1,0	1,0	48	1,0	1,0	-1	-2,0
Açude Pinto	33	0,7	1,7	13	0,3	1,2	20	-60,6	31	0,7	1,7	13	0,3	1,3	-18	-58,1
Ademoço	73	1,5	3,1	69	1,4	2,6	4	-5,5	73	1,6	3,3	69	1,5	2,8	-4	-5,5
Adgiraldo	23	0,5	3,6	23	0,5	3,1	0	0,0	23	0,5	3,8	23	0,5	3,3	0	0,0
Alvaro	83	1,7	5,3	86	1,7	4,8	-3	3,6	83	1,8	5,5	86	1,8	5,1	3	3,6
Alveca	29	0,6	5,9	b)	b)	4,8	b)	b)	17	0,4	5,9	b)	b)	5,1	b)	b)
Ameixoeira	42	0,8	6,7	44	0,9	5,7	-2	4,8	41	0,9	6,8	43	0,9	6,0	2	4,9
Amieira	41	0,8	7,5	42	0,8	6,5	-1	2,4	41	0,9	7,6	42	0,9	6,9	1	2,4
Bafareira	12	0,2	7,8	b)	b)	6,5	b)	b)	12	0,3	7,9	b)	b)	6,9	b)	b)
Bonjardim	13	0,3	8,0	12	0,2	6,8	1	-7,7	13	0,3	8,2	12	0,3	7,2	-1	-7,7
Borralhal	15	0,3	8,4	15	0,3	7,1	0	0,0	15	0,3	8,5	15	0,3	7,5	0	0,0
Brejas do Barco	24	0,5	8,8	30	0,6	7,7	-6	25,0	24	0,5	9,0	30	0,6	8,1	6	25,0
Cambas	112	2,3	11,1	140	2,8	10,5	-28	25,0	112	2,4	11,4	140	3,0	11,1	28	25,0
Cancinos	59	1,2	12,3	68	1,4	11,8	-9	15,3	59	1,3	12,7	65	1,4	12,5	6	10,2
Caneiros	35	0,7	13,0	38	0,8	12,6	-3	8,6	35	0,7	13,4	38	0,8	13,3	3	8,6
Cardosa	124	2,5	15,5	95	1,9	14,5	29	-23,4	124	2,6	16,1	95	2,0	15,3	-29	-23,4
Carvalheira	14	0,3	15,8	22	0,4	14,9	-8	57,1	14	0,3	16,4	22	0,5	15,8	8	57,1
Casas da Zebreira	49	1,0	16,8	42	0,8	15,8	7	-14,3	49	1,0	17,4	42	0,9	16,7	-7	-14,3
Cava	42	0,8	17,6	44	0,9	16,7	-2	4,8	41	0,9	18,3	44	0,9	17,6	3	7,3
Cavalinho	14	0,3	17,9	b)	b)	16,7	b)	b)	14	0,3	18,6	b)	b)	17,6	b)	b)
Cavalo	15	0,3	18,2	11	0,2	16,9	4	-26,7	15	0,3	18,9	11	0,2	17,8	-4	-26,7
Chelinho	14	0,3	18,5	b)	b)	16,9	b)	b)	14	0,3	19,2	b)	b)	17,8	b)	b)
Couço de Cima	16	0,3	18,8	14	0,3	17,2	2	-12,5	16	0,3	19,5	14	0,3	18,1	-2	-12,5
Cova da Azenha	17	0,3	19,2	17	0,3	17,5	0	0,0	17	0,4	19,9	17	0,4	18,5	0	0,0
Dão	23	0,5	19,6	12	0,2	17,7	11	-47,8	23	0,5	20,4	12	0,3	18,7	-11	-47,8
Eirigo	15	0,3	19,9	b)	b)	17,7	b)	b)	15	0,3	20,7	b)	b)	18,7	b)	b)
Estorneiros	13	0,3	20,2	10	0,2	17,9	3	-23,1	13	0,3	21,0	10	0,2	19,0	-3	-23,1
Estreito	195	3,9	24,1	207	4,1	22,1	-12	6,2	192	4,1	25,1	205	4,4	23,3	13	6,8
Fernão Porco	15	0,3	24,4	15	0,3	22,4	0	0,0	15	0,3	25,4	15	0,3	23,6	0	0,0
Foz da Panasqueira	a)	a)	24,4	10	0,2	22,6	a)	a)	a)	a)	25,4	10	0,2	23,9	a)	a)
Foz Giraldo	86	1,7	26,2	91	1,8	24,4	-5	5,8	86	1,8	27,2	91	1,9	25,8	5	5,8
Frazumeira	15	0,3	26,5	12	0,2	24,6	3	-20,0	15	0,3	27,6	12	0,3	26,0	-3	-20,0
Gaspalha	30	0,6	27,1	32	0,6	25,3	-2	6,7	30	0,6	28,2	32	0,7	26,7	2	6,7
Isna	83	1,7	28,8	81	1,6	26,9	2	-2,4	83	1,8	30,0	81	1,7	28,5	-2	-2,4
Lameira	11	0,2	29,0	b)	b)	26,9	b)	b)	11	0,2	30,2	b)	b)	28,5	b)	b)
Lameirinhos do Pisão	a)	a)	29,0	10	0,2	27,1	a)	a)	a)	a)	30,2	10	0,2	28,7	a)	a)
Leiria de Cima	12	0,2	29,2	10	0,2	27,3	2	-16,7	11	0,2	30,4	10	0,2	28,9	-1	-9,1
Longra	18	0,4	29,6	13	0,3	27,6	5	-27,8	18	0,4	30,8	13	0,3	29,2	-5	-27,8
Madeirã	93	1,9	31,5	106	2,1	29,7	-13	14,0	92	2,0	32,8	105	2,2	31,4	13	14,1
Malhadancha	12	0,2	31,7	b)	b)	29,7	b)	b)	12	0,3	33,0	b)	b)	31,4	b)	b)
Milrico	28	0,6	32,3	32	0,6	30,3	-4	14,3	28	0,6	33,6	32	0,7	32,1	4	14,3
Mogadouro	11	0,2	32,5	b)	b)	30,3	b)	b)	11	0,2	33,9	b)	b)	32,1	b)	b)
Mosteiro	124	2,5	35,0	136	2,7	33,1	-12	9,7	124	2,6	36,5	136	2,9	35,0	12	9,7
Moucho	22	0,4	35,5	20	0,4	33,5	2	-9,1	22	0,5	37,0	20	0,4	35,4	-2	-9,1
Mougueiras de Baixo	a)	a)	35,5	11	0,2	33,7	a)	a)	a)	a)	37,0	11	0,2	35,6	a)	a)
Mougueiras de Cima	29	0,6	36,1	31	0,6	34,3	-2	6,9	29	0,6	37,6	31	0,7	36,3	2	6,9
Moutinhosa	37	0,7	36,8	38	0,8	35,1	-1	2,7	36	0,8	38,4	38	0,8	37,1	2	5,6
Oleiros	624	12,6	49,4	699	14,0	49,1	-75	12,0	410	8,8	47,1	446	9,5	46,6	36	8,8
Orelhão	a)	a)	49,4	11	0,2	49,3	a)	a)	a)	a)	47,1	11	0,2	46,8	a)	a)
Orvalho	355	7,2	56,6	375	7,5	56,8	-20	5,6	347	7,4	54,5	359	7,6	54,5	12	3,5
Panasqueira	24	0,5	57,1	21	0,4	57,2	3	-12,5	20	0,4	55,0	21	0,4	54,9	1	5,0
Pandos	14	0,3	57,4	16	0,3	57,6	-2	14,3	14	0,3	55,3	16	0,3	55,2	2	14,3

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Oleiros, entre 2001 e 2011 (continuação)

Aglomerado	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumula da	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumula da	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Pessegueiras	15	0,3	57,7	17	0,3	57,9	-2	13,3	15	0,3	55,6	17	0,4	55,6	2	13,3
Plão	18	0,4	58,0	17	0,3	58,2	1	-5,6	18	0,4	56,0	17	0,4	56,0	-1	-5,6
Pisoria	68	1,4	59,4	66	1,3	59,6	2	-2,9	67	1,4	57,4	66	1,4	57,4	-1	-1,5
Pombal	a)	a)	59,4	11	0,2	59,8	a)	a)	a)	a)	57,4	11	0,2	57,6	a)	a)
Portela	a)	a)	59,4	23	0,5	60,2	a)	a)	a)	a)	57,4	23	0,5	58,1	a)	a)
Póvoa da Ribeira	20	0,4	59,8	26	0,5	60,8	-6	30,0	20	0,4	57,8	26	0,6	58,7	6	30,0
Póvoa de Cambas	23	0,5	60,3	17	0,3	61,1	6	-26,1	23	0,5	58,3	17	0,4	59,0	-6	-26,1
Quartos de Além	13	0,3	60,5	11	0,2	61,3	2	-15,4	13	0,3	58,6	11	0,2	59,2	-2	-15,4
Quartos de Aquém	20	0,4	61,0	18	0,4	61,7	2	-10,0	20	0,4	59,0	18	0,4	59,6	-2	-10,0
Rabaças	25	0,5	61,5	35	0,7	62,4	-10	40,0	25	0,5	59,6	35	0,7	60,4	10	40,0
Raposeira	18	0,4	61,8	14	0,3	62,7	4	-22,2	18	0,4	59,9	14	0,3	60,7	-4	-22,2
Rebisca	37	0,7	62,6	38	0,8	63,4	-1	2,7	36	0,8	60,7	38	0,8	61,5	2	5,6
Retaxo	14	0,3	62,9	17	0,3	63,8	-3	21,4	14	0,3	61,0	17	0,4	61,8	3	21,4
Ribeira de Isna	48	1,0	63,8	11	0,2	64,0	37	-77,1	48	1,0	62,0	11	0,2	62,1	-37	-77,1
Ribeira de Milríco	18	0,4	64,2	18	0,4	64,3	0	0,0	18	0,4	62,4	18	0,4	62,5	0	0,0
Ribeiro	a)	a)	64,2	10	0,2	64,5	-10	a)	a)	a)	62,4	10	0,2	62,7	a)	a)
Ribeiro do Peso	a)	a)	64,2	23	0,5	65,0	-23	a)	a)	a)	62,4	23	0,5	63,2	a)	a)
Roda	22	0,4	64,6	15	0,3	65,3	7	-31,8	22	0,5	62,9	15	0,3	63,5	-7	-31,8
Roda de Baixo	31	0,6	65,3	23	0,5	65,8	8	-25,8	31	0,7	63,6	23	0,5	64,0	-8	-25,8
Roda de Cima	23	0,5	65,7	14	0,3	66,1	9	-39,1	23	0,5	64,0	14	0,3	64,3	-9	-39,1
Roqueiro	106	2,1	67,9	107	2,1	68,2	-1	0,9	102	2,2	66,2	104	2,2	66,5	2	2,0
Rouco de Baixo	19	0,4	68,3	b)	b)	68,2	b)	b)	19	0,4	66,6	b)	b)	66,5	b)	b)
Rouco de Cima	23	0,5	68,7	b)	b)	68,2	b)	b)	23	0,5	67,1	b)	b)	66,5	b)	b)
Roucos	a)	a)	68,7	39	0,8	69,0	a)	a)	a)	a)	67,1	39	0,8	67,3	a)	a)
São Torcato	35	0,7	69,4	59	1,2	70,2	-24	68,6	35	0,7	67,9	58	1,2	68,5	23	65,7
Sardeiras de Baixo	54	1,1	70,5	52	1,0	71,2	2	-3,7	54	1,2	69,0	52	1,1	69,7	-2	-3,7
Sardeiras de Cima	21	0,4	70,9	16	0,3	71,5	5	-23,8	20	0,4	69,4	16	0,3	70,0	-4	-20,0
Sarnadas de Baixo	20	0,4	71,3	13	0,3	71,8	7	-35,0	20	0,4	69,9	13	0,3	70,3	-7	-35,0
Sarnadas de Cima	14	0,3	71,6	11	0,2	72,0	3	-21,4	14	0,3	70,2	11	0,2	70,5	-3	-21,4
Sarnadas de São Simão	121	2,4	74,1	118	2,4	74,4	3	-2,5	121	2,6	72,8	118	2,5	73,0	-3	-2,5
Selada das Pedras	17	0,3	74,4	16	0,3	74,7	1	-5,9	17	0,4	73,1	16	0,3	73,4	-1	-5,9
Sendinho da Senhora	31	0,6	75,0	23	0,5	75,2	8	-25,8	31	0,7	73,8	23	0,5	73,8	-8	-25,8
Sendinho de Santo Amaro	27	0,5	75,6	17	0,3	75,5	10	-37,0	27	0,6	74,4	17	0,4	74,2	-10	-37,0
Senhora das Candeias	17	0,3	75,9	57	1,1	76,6	-40	235,3	16	0,3	74,7	53	1,1	75,3	37	231,3
Serra	a)	a)	75,9	10	0,2	76,8	a)	a)	a)	a)	74,7	10	0,2	75,5	a)	a)
Silvosa	32	0,6	76,6	31	0,6	77,5	1	-3,1	32	0,7	75,4	31	0,7	76,2	-1	-3,1
Sobral	a)	a)	76,6	32	0,6	78,1	a)	a)	a)	a)	75,4	31	0,7	76,9	a)	a)
Sobral de Baixo	47	1,0	77,5	b)	b)	78,1	b)	b)	45	1,0	76,3	b)	b)	76,9	b)	b)
Sobral de Cima	23	0,5	78,0	20	0,4	78,5	3	-13,0	23	0,5	76,8	20	0,4	77,3	-3	-13,0
Torna	14	0,3	78,3	b)	b)	78,5	b)	b)	12	0,3	77,1	b)	b)	77,3	b)	b)
Urraca	41	0,8	79,1	31	0,6	79,1	10	-24,4	41	0,9	78,0	31	0,7	78,0	-10	-24,4
Vale	30	0,6	79,7	31	0,6	79,7	-1	3,3	30	0,6	78,6	31	0,7	78,6	1	3,3
Vale da Colmeia	12	0,2	80,0	b)	b)	79,7	b)	b)	12	0,3	78,9	b)	b)	78,6	b)	b)
Vale da Horta	a)	a)	80,0	18	0,4	80,1	a)	a)	a)	a)	78,9	16	0,3	79,0	a)	a)
Vale das Ovelhas	10	0,2	80,2	13	0,3	80,4	-3	30,0	10	0,2	79,1	13	0,3	79,2	3	30,0
Vale de Ouzanda	12	0,2	80,4	12	0,2	80,6	0	0,0	12	0,3	79,3	12	0,3	79,5	0	0,0
Vale Peixe	a)	a)	80,4	11	0,2	80,8	a)	a)	a)	a)	79,3	11	0,2	79,7	a)	a)
Vale Saboroso	14	0,3	80,7	b)	b)	80,8	b)	b)	14	0,3	79,6	b)	b)	79,7	b)	b)
Vale Souto	81	1,6	82,3	92	1,8	82,7	-11	13,6	81	1,7	81,4	92	2,0	81,7	11	13,6
Várzeas	11	0,2	82,5	b)	b)	82,7	b)	b)	11	0,2	81,6	b)	b)	81,7	b)	b)
Vidigal	22	0,4	83,0	23	0,5	83,1	-1	4,5	22	0,5	82,1	23	0,5	82,2	1	4,5
Vilar Barroco	83	1,7	84,7	68	1,4	84,5	15	-18,1	83	1,8	83,8	67	1,4	83,6	-16	-19,3
Vilar Fundeiro	11	0,2	84,9	13	0,3	84,7	-2	18,2	11	0,2	84,1	13	0,3	83,9	2	18,2
Vilarinho	28	0,6	85,5	22	0,4	85,2	6	-21,4	28	0,6	84,7	22	0,5	84,3	-6	-21,4
Vinha	11	0,2	85,7	13	0,3	85,5	-2	18,2	11	0,2	84,9	13	0,3	84,6	2	18,2
Isolados	708	14,3	100,0	726	14,5	100,0	-18	2,5	707	15,1	100,0	723	15,4	100,0	16	2,3
Total	4945	100		4990	100		-117	-55,9	4684	100		4699	100		41	-31,8

a) Não identificado no Censo de 2001

b) Não identificado no Censo de 2011

Anexo VI - Equipamentos coletivos de Educação (Públicos e Privados)

Freguesias	Estabelecimentos de Educação Público e Privado: Infantil e Pré-Escolar/Jardim de Infância		Estabelecimentos de Educação Básico: 1º, 2º e 3º Ciclos	Estabelecimentos de Educação Secundária	Residência de Estudantes
	Público	Privado	Público	Público	
Álvaro	0	0	0	0	0
Amieira	0	0	0	0	0
Cambas	0	0	0	0	0
Estreito	1	0	1	0	0
Isna	0	0	0	0	0
Madeirã	0	0	0	0	0
Mosteiro	0	0	0	0	0
Oleiros	1	1	1	1	1
Orvalho	1	0	1	0	0
Sarnadas de São Simão	0	0	0	0	0
Sobral	0	0	0	0	0
Vilar Barroco	0	0	0	0	0
Total	3	1	3	1	1

Anexo VII - Equipamentos coletivos de Cultura

Freguesias	Biblioteca	Pousada da Juventude	Espaços Culturais/Salas de Espetáculos/Centros de Convívio	Museu	Espaço Internet	Salão de Festas	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa	Sala de Exposições Temporárias	Casa dos Escuteiros	Arquivo Municipal	Equipamento Cultural Multíusos
Álvaro	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	0
Amieira	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Cambas	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0
Estreito	0	0	1	0	0	1	8	0	0	0	0
Isna	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0
Madeirã	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Mosteiro	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Oleiros	1	0	2	1	1	1	12	1	1	1	*
Orvalho	0	0	0	0	1	1	6	0	0	0	1
Sarnadas de São Simão	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Sobral	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Vilar Barroco	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0
Total	1	0	3	2	2	11	50	1	1	1	1

* o de Oleiros está em construção

Anexo VIII - Equipamentos coletivos de Desporto

Freguesias	Campo de Futebol	Pavilhões Gimnodesportivos	Pavilhão Multiusos	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Praias Fluviais	Ginásio	Parque desportivo e lazer	Atividades náuticas	Grandes Campos de Jogos	Pequenos Campos de Jogos	Pavilhões Desportivos e Salas de Desporto Polivalentes	Parque de Desportos Radicais
Álvares	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Amieira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cambas	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Estreito	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0
Isna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Madeirã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mosteiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Oleiros	1	1	0	1	4	1	1	1	0	1	2	1	0
Orvalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Sarnadas de São Simão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Sobral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Vilar Barroco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	4	3	1	1	2	8	5	5	0

Anexo IX - Equipamentos coletivos de Saúde

Freguesias	Hospital de referência - Hospital Amato Lusitano	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco com SAP	Extensões de Centro de Saúde	Unidades de Saúde Familiar	Apoio domiciliário integrado com viatura de assistência móvel	Farmácia ao domicílio	Farmácia	Unidade Nacional de Saúde Mental	Unidade de Cuidados Continuados Integrados Longa Duração e Manutenção	Unidade de Cuidados Continuados Integrados Média Duração e Reabilitação
Álvaro	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Amieira	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Cambas	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Estreito	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Isna	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Madeirã	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Mosteiro	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Oleiros	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
Orvalho	0	0	2	0	1	0	1	0	1	1
Sarnadas de São Simão	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Sobral	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Vilar Barroco	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Total	0	1	9	0	12	0	3	0	1	1

Anexo X - Equipamentos coletivos de Solidariedade Social

Freguesias	Centro de Dia	SAD Serviço de Apoio Domiciliário	ERPI Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas	Jardim de Infância Creche	Residência de Estudantes	Gabinete de Psicologia
Álvaro	0	1	0	0	0	0
Amieira	0	0	0	0	0	0
Cambas	0	0	0	0	0	0
Estreito	1	1	1	1	0	0
Isna	0	0	0	0	0	0
Madeirã	0	0	0	0	0	0
Mosteiro	0	0	0	0	0	0
Oleiros	0	2	1	1	1	1
Orvalho	0	1	2	1	0	0
Sarnadas de São Simão	0	0	0	0	0	0
Sobral	1	1	0	0	0	0
Vilar Barroco	0	0	0	0	0	0
Total	2	6	4	3	1	1

Há 2 SAD fora do concelho que servem munícipes de Oleiros

Anexo XI - Equipamentos coletivos de Proteção e Segurança Pública

Freguesias	PSP	GNR	Quartel dos Bombeiros	Postos de Vigia	Heliporto
Álvaro	0	0	0	0	0
Amieira	0	0	0	0	0
Cambas	0	0	0	0	0
Estreito	0	0	0	1	0
Isna	0	0	0	0	0
Madeirã	0	0	0	0	0
Mosteiro	0	0	0	0	0
Oleiros	0	1	1	1	0
Orvalho	0	0	0	1	0
Sarnadas de São Simão	0	0	0	0	0
Sobral	0	0	0	0	0
Vilar Barroco	0	0	0	0	0
Total	0	1	1	3	0

Orvalho tem 1 extensão dos bombeiros de Oleiros

Anexo XII – Sistemas de abastecimento de águas (continua)

Freguesia	Aglomerados	Designação do Subsistema em alta que serve a zona de abastecimento	Sistema de Abastecimento						Reservatório (CMO)	Reservatório da responsabilidade da empresa em alta - Águas de Portugal	Estação elevatória na captação	Estações elevatórias	E T A *	N o t a s	
			Captação			Pontos de entrega: alta/baixa (Águas de Portugal)	Captações de reserva estratégica	Fornecimento							
			Furo	Mina	Poço										
															Nascente
Álvaro	Álvaro	Álvaro	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0	
Álvaro	Frazumeira	Frazumeira	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Gaspalha	Gaspalha	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	a
Álvaro	Longra	Longra	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Álvaro	Pandos	Pandos	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Álvaro	Pessegueiras	Pessegueiras	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	
Álvaro	Portela	Sarnadas	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	b
Álvaro	Quartos de Além	Quartos	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	c
Álvaro	Quartos de Aquém	Quartos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Sarnadas de Baixo	Sarnadas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Álvaro	Sarnadas de Cima	Sarnadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Sendinho de Santo Amaro	Sendinho de Santo Amaro	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	2
Cambas	Muro-Reboucinhas	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	
Cambas	Ademoço	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	
Cambas	Brejas do Barco	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Brejas do Gavião	NA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Cambas	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	
Cambas	Caneiros	Caneiros	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	
Cambas	Pisoria	Pisoria	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Cambas	Roucos	Rouco	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Cambas	Selada das Pedras	Selada das Pedras	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	
Cambas	Sobral do Gavião	Sobral do Gavião	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	d
Estreito-Vilar Barroco	Amelxoira	Amelxoira	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Bafareira	Bafareira (Rede fontanários)	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Cova da Azenha *	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	e
Estreito-Vilar Barroco	Estorneiros	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Estreito	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Malhadancha	Malhadancha	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Mougueiras de Cima	Mougueiras de Cima	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Pero Cabeço de Áquem	Pero Cabeço	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Piã*	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Póvoa da Ribeira	Póvoa da Ribeira	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Póvoa de Cambas	Póvoa de Cambas	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Estreito-Vilar Barroco	Raposeira*	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Anexo XII – Sistemas de abastecimento de águas (continua)

Freguesia	Aglomerados	Designação do Subsistema em alta que serve a zona de abastecimento	Sistema de Abastecimento							Reservatório (CMO)	Reservatório da responsabilidade da empresa em alta - Águas de Portugal	Estação elevatória na captação	Estações elevatórias	E T A *	N o t a s	
			Captação			Pontos de entrega: alta/baixa (Águas de Portugal)	Captações de reserva estratégica	Fornecimento								
			Furo/Mina	Poço/Nascente	Outra Captação											
Estreito-Vilar Barroco	Rebisca	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Estreito-Vilar Barroco	Retaxo	Retaxo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Estreito-Vilar Barroco	Roqueiro	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	São Torcato	Vale	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Vale	Vale	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Vale de Centeio	--	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	f
Estreito-Vilar Barroco	Vale de Ouzanda	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Vidigal	Vidigal	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Vilar Barroco	Vilar Barroco	0	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	
Estreito-Vilar Barroco	Vilarinho	Vilarinho	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	
Isna	Isna	Isna	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	
Ribeira de Isna	Ribeira de Isna	Ribeira de Isna	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Madeira	Madeirã	Madeirã	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	
Madeirã	Cava	Cava	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Madeirã	Vilar Cimeiro	Vilares	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	g
Madeirã	Vilar Fundeiro	Vilares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mosteiro	Cavalinho/Chelinho	Cavalinho/Chelinho	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	2	
Mosteiro	Mosteiro **	Mosteiro	1	0	0	3	0	1	1	0	2	0	0	0	3	h
Mosteiro	Vale Souto	Vale Souto	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	2	
Dleiros-Amieira	Abitureira****	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	i
Dleiros-Amieira	Açude Pinto***	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	h
Dleiros-Amieira	Amieira	Amieira	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	
Dleiros-Amieira	Azinheira	NA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dleiros-Amieira	Bonjardim**	Bonjardim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	h
Dleiros-Amieira	Borralhal	Borralhal	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Dleiros-Amieira	Braçal	Braçal	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Dleiros-Amieira	Cancinos**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	h
Dleiros-Amieira	Cançal	Cançal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Dleiros-Amieira	Carvalheira**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	h
Dleiros-Amieira	Casalinho do Dão	Casalinho do Dão	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2	
Dleiros-Amieira	Cavalo	Cavalo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Dleiros-Amieira	Couço de Cima**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	h
Dleiros-Amieira	Dão	Dão	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Dleiros-Amieira	Elrigo	Elrigo	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	

Anexo XII – Sistemas de abastecimento de águas (continua)

Freguesia	Agglomerados	Designação do Subsistema em alta que serve a zona de abastecimento	Sistema de Abastecimento							Reservatório (CIMO)	Reservatório da responsabilidade da empresa em alta - Águas de Portugal	Estação elevatória na captação	Estações elevatórias	E T A *	N o t a s	
			Captação			Pontos de entrega: alta/baixa (Águas de Portugal)	Captações de reserva estratégica	Fontes								
			Furo	Mina	Poço											
									Nascente							Outra Captação
Oleiros-Amieira	Fernão Porco	Fernão Porco	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Foz da Panasqueira	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Lameirinhos do Pisão	Lameirinhos do Pisão	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Lontreira	Lontreira	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Milríco	Milríco	0	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	
Oleiros-Amieira	Monte Fundeiro	NA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Mouchão	Mouchão	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	1	
Oleiros-Amieira	Mougueiras de Baixo	NA	0	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	1	j
Oleiros-Amieira	Moutinhosa	Moutinhosa	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	
Oleiros-Amieira	Oleiros**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	0	0	h
Oleiros-Amieira	Orelhão	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Panasqueira	Santa Luzia	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Pombal**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Portela**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	h
Oleiros-Amieira	Rabaças	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Ribeira de Milríco	Milríco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Ribeira de Sendinho	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Ribeiro do Peso	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Ribeiro	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Roda	Roda (Oleiros)	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Oleiros-Amieira	Carujo	Carujo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Sardeiras de Baixo	Sardeiras de Baixo	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Sardeiras de Cima	Sardeiras de Cima	0	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Sendinho da Senhora****	Sendinho da Senhora	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	i
Oleiros-Amieira	Senhora das Candeias**	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	h
Oleiros-Amieira	Serra	Serra	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Peso Redondo	Peso Redondo	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Tojeiras	Peso Redondo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Urraca	Urraca	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Oleiros-Amieira	Vale da Colmeia	Casalinho do Dão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale da Horta	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale das Ovelhas	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale Peixe	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale Saboroso	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Várzeas	Várzeas	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	

Anexo XII – Sistemas de abastecimento de águas (continua)

Freguesia	Aglomerados	Designação do Subistema em alta que serve a zona de abastecimento	Sistema de Abastecimento							Reservatório (CMO)	Reservatório da responsabilidade da empresa em alta - Águas de Portugal	Estação elevatória na captação	Estações elevatórias	E T A *	N o t a s
			Captação			Pontos de entrega: alta/baixa (Águas de Portugal)	Captações de reserva estratégica	Fontanário							
			Furo	Mina	Poço				Nascente						
Orvalho	Adgiraldo	Adgiraldo	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
Orvalho	Casas da Zebreira	Casas da Zebreira	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
Orvalho	Foz do Giraldo	Foz do Giraldo	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	
Orvalho	Orvalho	Santa Luzia	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	
Sarnadas de S. Simão	Cardosa	Cardosa	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	
Sarnadas de S. Simão	Vinha	Vinha	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Sarnadas de São Simão	Sarnadas de S. Simão	Sarnadas de S. Simão	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	2	
Sarnadas de São Simão	Silvosa	Silvosa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Sobral	Curral do Faval	Curral Faval* (NA)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Sobral	Leiria de Cima	Leiria de Cima	1	1	0	0	0	0	1	1	0	2	0	1	
Sobral	Pessilgal	Pessilgal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Sobral	Roda de Baixo	Roda (Sobral)	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	
Sobral	Roda de Cima	Roda (Sobral)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sobral	Sabugal	Sabugal*	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	
Sobral	Sobral	Sobral de Baixo	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	
Sobral	Sobral de Cima	Sobral de Cima	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	
	Não afeta nenhum aglomerado		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total		13	61	1	10	9	23	4	30	13	19	5	93	

NA Localidade sem rede de abastecimento com poucos habitantes ou sem habitantes

Curral Faval* (NA) Subsistema sem residentes

Sabugal* (NA) Subsistema sem residentes

a O furo considerado é a mesma captação de reserva estratégica

b O subsistema de Sarnadas serve as povoações de Portela, Sarnadas de Cima e Sarnadas de Baixo.

c O subsistema de Quartos serve as povoações de Quartos d'Alem e Quartos de Aquem.

d O subsistema de Sobral do Gavião serve as povoações de Sobral do Gavião e Brejas do Gavião.

e O PE de Cova da Azenha Abastece as povoações de Pião e Raposeira.

f Sistema fora de serviço

g O subsistema de Vilarres serve as povoações de Vilar Cimeiro e Vilar Fundeiro.

h O ponto de entrega de Oleiros serve as povoações de Açude Pinto, Bonjardim, Oleiros (vila), Cancinos, Carvalheira, Couço de Cima, Portela e Vale da Horta.

i O ponto de entrega de Abitureira serve as povoações de Abitureira e Sendinho da Senhora

j Sistema de fontanários

Anexo XIII - Sistemas de águas residuais (continua)

Freguesia	Aglomerados	Sem Tratamento	Rede de Drenagem	Fossa Sética (CMO)	Fossa Sética com leito percolador (CMO)	Fossa septica (Águas de Portugal)	ETAR (Águas de Portugal)	ETAR (CMO)	ETAR Compacta (CMO)	Estação Elevatória	Observações
Álvaro	Álvaro	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Álvaro	Frazumeira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Gaspalha	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Longra	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Pandos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Pessegueiras	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Quartos de Além	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Quartos de Aquém	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Sarnadas de Baixo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Sarnadas de Cima	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Álvaro	Sendinho de Santo Amaro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Ademoço	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Brejas do Barco	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Cambas	0	1	0	0	1	0	0	0	0	
Cambas	Caneiros	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Pisoria	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Roucos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cambas	Selada das Pedras	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Ameixoeira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	c
Estreito-Vilar Barroco	Cova da Azenha	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Estorneiros	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Estreito	0	1	0	0	0	b	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Mougueiras de Cima	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Pião	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Póvoa da Ribeira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Póvoa de Cambas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Raposeira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Rebisca	0	1	0	0	0	b	0	0	0	c
Estreito-Vilar Barroco	Retaxo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	c
Estreito-Vilar Barroco	Roqueiro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	c
Estreito-Vilar Barroco	São Torcato	0	1	0	0	0	b	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Vale	0	1	0	0	0	b	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Vidigal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Vilar Barroco	0	1	2	0	0	0	0	0	0	
Estreito-Vilar Barroco	Vilarinho	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Isna	Isna	0	1	2	0	0	0	0	0	0	
Isna	Ribeira de Isna	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Madeirã	Cava	0	1	0	0	0	0	0	1	0	
Madeirã	Madeirã	0	1	1	0	0	0	0	0	0	
Madeirã	Vilar Fundeiro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mosteiro	Mosteiro	0	1	1	0	0	0	0	0	0	
Mosteiro	Vale Souto	0	1	0	0	0	0	0	1	2	
Oleiros-Amieira	Abitureira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Açude Pinto	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Amieira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Bonjardim	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Borrhalhal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	

Anexo XIII - Sistemas de águas residuais (continuação)

Freguesia	Aglomerados	Sem Tratamento	Rede de Drenagem	Fossa Sética (CMO)	Fossa Sética com leito percolador (CMO)	Fossa septica (Águas de Portugal)	ETAR (Águas de Portugal)	ETAR (CMO)	ETAR Compacta (CMO)	Estação Elevatória	Observações
Oleiros-Amieira	Cancinos	0	1	0	0	0	a	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Carvalheira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	c
Oleiros-Amieira	Cavalo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Couço de Cima	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Dão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Fernão Porco	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Foz da Panasqueira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Lameirinhos do Pisão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Milrico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Moucho	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Mougueiras de Baixo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Moutinhosa	0	1	0	0	0	0	0	1	0	
Oleiros-Amieira	Oleiros	0	1	0	0	0	a	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Orelhão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Panasqueira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Pombal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Portela	1	0	0	0	0	a	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Rabaças	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Ribeira de Milrico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Ribeiro do Peso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Roda	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Sardeiras de Baixo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Sardeiras de Cima	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Sendinho da Senhora	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Senhora das Candeias	1	0	0	0	0	0	0	0	0	c
Oleiros-Amieira	Serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Urraca	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale da Horta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale das Ovelhas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale de Ouzanda	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oleiros-Amieira	Vale Peixe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Orvalho	Adgiraldo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Orvalho	Casas da Zebreira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Orvalho	Foz Giraldo	0	1	0	1	0	0	0	0	0	
Orvalho	Orvalho	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Sarnadas de S. Simão	Cardosa	0	1	0	1	0	0	0	0	0	
Sarnadas de S. Simão	Sarnadas de São Simão	0	1	1	1	0	0	0	0	0	
Sarnadas de S. Simão	Silvosa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sarnadas de S. Simão	Vinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sobral	Leiria de Cima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sobral	Roda de Baixo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sobral	Roda de Cima	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sobral	Sobral	0	1	0	1	0	0	0	0	0	
Sobral	Sobral de Cima	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total		61	20	7	4	1	2	0	3	2	

a ETAR de Oleiros serve os aglomerados de Alverca, Cancinos e Oleiros

b ETAR de Estreito serve os aglomerados de Estreito, Rebisca, São Torcato e Vale

c Rede de drenagem em construção com ligação a ETAR

Anexo XIV – Ecopontos (continua)

Aglomerados	Nº de Ecopontos Existentes	Aglomerados	Nº de Ecopontos Existentes
Abitureira	1	Couço de Baixo	0
Açude Pinto	2	Couço de Cima	0
Adgiraldo	1	Cova da Azenha	0
Admoço	1	Covão	0
Alto do Cavalo	0	Covão Seixoso	0
Álvaro	3	Curral Faval	0
Alverca	1	Dão	0
Ameixoeira	1	Dona Maria	0
Amieira	1	Eirigo	0
Amieirinha	0	Engarnal	0
Atalaios	0	Estorneiros (freg. Oleiros-Amieira)	1
Aziral	0	Estorneiros (freg. Estreito-Vilar Barroco)	0
Bafareira	0	Estorneiros de Cima	0
Banhado	0	Estreito	3
Barroca	0	Estremanças de Baixo	0
Barroca das Covas	0	Estremanças de Cima	0
Bico da Pedra	0	Feiteiras	0
Bonjardim	0	Fernão Porco	0
Borrhalhal	0	Folga	0
Braçal	0	Fonte da Isna	0
Brejas do Barco	0	Fonte da Mata	0
Brejas do Gavião	1	Foz da Lontreira	0
Brejo	0	Foz da Panasqueira	0
Cambas	3	Foz das Sardeiras	0
Caneiros	0	Foz do Giraldo	1
Canical	0	Fozes	0
Canças	0	Frazumeira	0
Cardal	0	Gasalha	0
Cardosa	1	Gavião	0
Carujo	0	Gosendo	0
Carvalho	0	Guardina	0
Carvalheira	1	Isna	1
Casal Novo	0	Lameirinhos do Pisão	0
Casalinho (freg. Oleiros-Amieira)	0	Leiria de Baixo	0
Casalinho (freg. Sobral)	0	Leiria de Cima	0
Casalinho do Dão	0	Lomba da Serra	0
Casas da Zebreira	0	Longra	0
Catraia	0	Lontreira	0
Cava	1	Madeirã	1
Cavalinho	0	Malhadancha	0
Cavalo	0	Milrico	1
Cavinha	0	Mogadouro	0
Celadinha	0	Monte Fundeiro	0
Chelinho	1	Mosteiro	2
Corga do Moinho	0	Moucho	0

Anexo XIV – Ecopontos (continua)

Aglomerados	Nº de Ecopontos Existentes	Aglomerados	Nº de Ecopontos Existentes
Mougueiras de Baixo	0	Ribeiro do Peso	0
Mougueiras de Cima	1	Roda	0
Moutinhosa	1	Roda de Baixo	1
Muro	0	Roda de Cima	1
Oleiros (freg. Oleiros-Amieira)	15	Roqueirinho	0
Oleiros (freg. Estreito-Vilar Barroco)	0	Roqueiro	2
Orelhão	0	Rouco	0
Orvalho	5	Sabugal	0
Panasqueira	0	São Paulo	0
Pandos	0	São Paulo de Baixo	0
Pedintal	0	São Torcato	1
Permourinho	0	Sardeiras de Baixo	1
Pero Cabeço (freg. Estreito-Vilar Barroco)	0	Sardeiras de Cima	0
Pero Cabeço (freg. Oleiros-Amieira)	0	Sarnadas de Baixo	0
Peso	0	Sarnadas de São Simão	2
Peso Redondo	1	Selada da Cova	1
Pessegueiras	0	Selada das Pedras	1
Pessilgal	0	Sendinho da Senhora	0
Piã	0	Sendinho de Santo Amaro	0
Picorreia	0	Senhora das Candeias	1
Pisoria	1	Serra	0
Poeiros	0	Sertã Velha	0
Pontinha	0	Sesmarias	0
Portela (freg. Álvaro)	0	Silvosa	0
Portela (freg. Estreito-Vilar Barroco)	0	Sobral de Baixo	2
Porto da Ribeira	0	Sobral de Cima	0
Póvoa da Carvalha	0	Sobral do Gavião	0
Póvoa da Ribeira	0	Talvinheira	0
Póvoa de Cambas	0	Tapadona	0
Povoinha	0	Tojeira de Cima	0
Quartos d' Além	0	Torna	1
Quartos d'Aquem	0	Urraca	0
Quinta do Moinho Ferreiro	0	Vale (freg. Álvaro)	0
Rabaças	0	Vale (freg. Estreito-Vilar Barroco)	1
Rabaceiras	0	Vale Canelas	0
Rabacinas	0	Vale Centeio	0
Raposeira	0	Vale Cervo	0
Rebisca	0	vale da Colmeia	0
Reboucinnhas	0	Vale da Cuba	0
Retaxo	0	Vale da Figueira	0
Ribeira	0	Vale da Fonte	0
Ribeira da Azinheira	0	Vale da Freira	0
Ribeira da Feira	0	Vale da Lousa	0
Ribeira da Isna	1	Vale da Ouzanda	0
Ribeira da Serra	0	Vale da Sardinha	0
Ribeira das Várzeas	0	Vale das Ovelhas	0
Ribeira do Carujo	0	Vale de Horta	0
Ribeira do Milrico	0	Vale de Mós	0
Ribeira do Sendinho	0	Vale de Souto	1
Ribeiro das Hortas	0	Vale do Peixe	0

Anexo XIV – Ecopontos (continuação)

Aglomerados	Nº de Ecopontos Existentes
Vale dos Pinheiros	0
Vale Formoso	0
Vale Redondo	0
Vale Salgueiro	0
Várzeas	0
Vidigal	0
Vilar Barroco	1
Vilar Fundeiro	0
Vilarejo	0
Vilares	0
Vilarinho	0
Vinha	0
TOTAL	71

Anexo XV – Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (continua)

Aglomerados	Nº de Contentores	Aglomerados	Nº de Contentores
Abitureira	8	Estorneiros (freg. Oleiros-Amieira)	4
Açude Pinto	5	Estorneiros (freg. Estreito-Vilar Barroco)	1
Adgiraldo	2	Estreito	34
Admoço	4	Estremanças de Baixo	1
Alto do Cavalo	1	Estremanças de Cima	1
Álvaro	10	Feiteiras	1
Alverca	15	Fernão Porco	3
Ameixoeira	5	Folga	1
Amieira	6	Fonte da Isna	1
Amieirinha	1	Fonte da Mata	1
Atalaia	1	Foz da Lontreira	3
Aziral	1	Foz da Panasqueira	5
Bafareira	2	Foz das Sardeiras	1
Banhado	2	Foz do Giraldo	10
Barroca	1	Fozes	1
Barroca das Covas	1	Frazumeira	1
Bico da Pedra	3	Gaspalha	2
Bonjardim	2	Gavião	1
Borralhal	2	Gosendo	2
Braçal	1	Guardina	1
Brejas do Barco	2	Isna	10
Brejas do Gavião	1	Lameirinhos do Pisão	4
Brejo	1	Leiria de Baixo	1
Cambas	15	Leiria de Cima	2
Caneiros	4	Lomba da Serra	1
Canical	1	Longra	1
Canças	1	Lontreira	1
Cardal	2	Madeirã	23
Cardosa	14	Malhadancha	1
Carujo	2	Milrico	12
Carvalhal	1	Mogadouro	2
Carvalheira	7	Monte Fundeiro	2
Casal Novo	1	Mosteiro	27
Casalinho (freg. Oleiros-Amieira)	1	Moucho	5
Casalinho (freg. Sobral)	1	Mougueiras de Baixo	1
Casalinho do Dão	1	Mougueiras de Cima	5
Casas da Zebreira	1	Moutinhosa	6
Catraia	3	Muro	1
Cava	7	Oleiros (freg. Oleiros-Amieira)	107
Cavalinho	2	Orelhão	4
Cavalo	4	Orvalho	46
Cavinha	2	Panasqueira	4
Celadinha	1	Pandos	1
Chelhinho	5	Pedintal	1
Corga do Moinho	1	Permourinho	1
Couço de Baixo	3	Pero Cabeço (freg. Estreito-Vilar Barroco)	4
Couço de Cima	2	Peso	1
Cova da Azenha	2	Peso Redondo	3
Covão	2	Pessegueiras	1
Covão Seixoso	1	Pessilgal	1
Curral Faval	1	Piã	2
Dão	2	Picorreia	1
Dona Maria	1	Pisoria	8
Eirigo	3	Poeiros	2
Engarnal	1	Pontinha	2

Anexo XV – Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (continuação)

Aglomerados	Nº de Contentores	Aglomerados	Nº de Contentores
Portela (freg. Álvaro)	2	Silvosa	1
Portela (freg. Estreito-Vilar Barroco)	1	Sobral de Baixo	9
Porto da Ribeira	1	Sobral de Cima	4
Póvoa da Carvalha	1	Sobral do Gavião	2
Póvoa da Ribeira	3	Talvinheira	1
Póvoa de Cambas	2	Tapadona	1
Povoinha	1	Tojeira de Cima	2
Quartos d' Além	2	Torna	6
Quartos d'Aquem	3	Urraca	2
Quinta do Moinho Ferreiro	1	Vale (freg. Álvaro)	2
Rabaças	4	Vale (freg. Estreito-Vilar Barroco)	7
Rabaceiras	1	Vale Canelas	1
Rabacinas	1	Vale Centeio	1
Raposeira	1	Vale Cervo	2
Rebisca	1	vale da Colmeia	2
Reboucinhas	1	Vale da Cuba	2
Retaxo	3	Vale da Figueira	1
Ribeira	1	Vale da Fonte	1
Ribeira da Azinheira	1	Vale da Freira	1
Ribeira da Feira	1	Vale da Lousa	1
Ribeira da Isna	9	Vale da Ouzanda	1
Ribeira da Serra	1	Vale da Sardinha	1
Ribeira das Várzeas	3	Vale das Ovelhas	1
Ribeira do Carujo	1	Vale de Horta	2
Ribeira do Milrico	2	Vale de Mós	1
Ribeira do Sendinho	1	Vale de Souto	8
Ribeiro das Hortas	1	Vale do Peixe	2
Ribeiro do Peso	2	Vale dos Pinheiros	3
Ribeiro Souto	1	Vale Formoso	1
Roda	3	Vale Redondo	1
Roda de Baixo	3	Vale Salgueiro	2
Roda de Cima	2	Várzeas	1
Roqueirinho	3	Vidigal	6
Roqueiro	12	Vilar Barroco	7
Rouco	7	Vilar Fundeiro	1
Sabugal	2	Vilarejo	1
São Paulo	1	Vilares	5
São Paulo de Baixo	1	Vilarinho	1
São Torcato	7	Vinha	1
Sardeiras de Baixo	10	TOTAL	763
Sardeiras de Cima	3		
Sarnadas de Baixo	2		
Sarnadas de São Simão	13		
Selada da Cova	2		
Selada das Pedras	2		
Sendinho da Senhora	5		
Sendinho de Santo Amaro	3		
Senhora das Candeias	10		
Serra	2		
Sertã Velha	3		
Sesmarias	1		

